

**Pelo Êxodo da Sociedade Salarial  
A Evolução do Conceito de  
Trabalho em André Gorz**

**André Langer**

# Sumário

<i>Introdução</i> .....	3
<i>1 A crise da sociedade salarial</i> .....	5
1.1 A revolução tecnológica .....	5
1.2 O trabalhador pós-fordista .....	8
1.3 A “brasilianização” do mundo do trabalho.....	9
1.4 A crise da sociedade salarial.....	12
<i>2 O conceito de trabalho em André Gorz</i> .....	15
2.1 A invenção moderna do trabalho .....	16
2.2 A emergência da racionalidade econômica.....	19
2.3 O trabalho como essência do homem .....	22
2.4 Da libertação no trabalho para a libertação do trabalho: a evolução de Gorz .....	27
2.5 Questionamento de atributos relacionados ao conceito emprego.....	29
2.6 O emprego: isso que se “tem” ou não se “tem” .....	34
2.7 O trabalho: isso que se faz.....	38
2.8 O fim do trabalho e a sua não-centralidade .....	41
<i>3 Propostas para o êxodo da sociedade salarial</i> .....	43
3.1 Para além da lógica mercantil – rumo a uma economia plural.....	43
3.2 Redução do tempo de trabalho e nova cultura do tempo livre.....	48
3.3 Mínimo vital universal e suficiente .....	52
3.4 Mudança política e cultural .....	56
<i>Considerações Finais</i> .....	58
<i>Referências bibliográficas</i> .....	60

.....  
**O autor é licenciado em Filosofia pela PUC-PR e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UNISINOS. Trabalha no CEPAT, Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, em Curitiba, e participa da Pastoral Operária.**  
.....

# Introdução

O trabalho tem estado no centro de profundas e radicais transformações provocadas pelo capitalismo no final do século passado e início deste novo milênio. O impacto da revolução tecnológica em curso tem sido tão grande que ainda estamos como que no meio do redemoinho por ela causado. Muitas idéias, pensamentos e práticas, tidos como certos e que serviram de portos seguros para interpretar a realidade social e, mais especificamente, a realidade do mundo do trabalho, se esvaeceram. Os fenômenos do desemprego, da flexibilização, da desregulamentação e da precarização relacionados ao trabalho tomaram de assalto sociedades inteiras. Já não há um indivíduo que possa se sentir seguro nesta nova sociedade que vai emergindo. O capitalismo parece mesmo ter feito desta situação de insegurança generalizada um princípio de organização social e do trabalho.

Muito já se refletiu, escreveu e divulgou sobre o trabalho, sua natureza, seu estatuto e suas atuais mutações. Foi abordado sob ângulos muito diferentes e sob pontos de vista não raramente contraditórios. Tem-se a impressão de que tudo já foi descoberto e escrito sobre o tema. Mas, por outro lado, por vezes, emerge o sentimento de que nada se sabe a seu respeito. Um espesso véu de ignorância o cobre.

Dizemos isso não porque queremos, através destas ponderações, trazer todas as luzes sobre o assunto, o que seria pretensão demais da nossa parte, mas, antes, dizer com que cuidados queremos tratar deste tema. Nossa intenção é, isso sim, a de nos aproximar do tema do trabalho conduzidos pela mão de um pensador que, a nosso ver, o conhece muito bem e cujo pensamento nos tem seduzido. A nossa reflexão sobre as transformações sofridas pelo trabalho e, mais amplamente, pela sociedade do trabalho, sobre a urgência de repensar conceitualmente a noção de trabalho,

sobre possíveis saídas para ousar o êxodo da sociedade salarial, será sempre conduzida de perto por André Gorz.

Gorz, cujo nome verdadeiro é Gerhard Horst, é austríaco de nascimento e está radicado na França há muitos anos. Nasceu em 1923 e vive atualmente perto de Paris. Jornalista por profissão, Gorz é reconhecido, também, como filósofo e sociólogo. O tema do trabalho sempre tem sido uma constante na sua produção teórica. Gorz foi militante de esquerda e sempre pensou tendo o socialismo como horizonte. Mas, por conta da sua concepção de trabalho e o lugar deste na sociedade, Gorz tem desafiado a esquerda tradicional a repensar o socialismo.

Nossa reflexão, em primeiro lugar, não pretende ser sobre a vida e a obra de André Gorz, mas sobre sua contribuição para o tema do trabalho. Em segundo lugar, não nos importa toda a obra de Gorz. Interessa-nos a produção teórica, realizada por ele a partir do final da década de 1970, mais especificamente a que vai desde sua obra *“Adeus ao proletariado”* (publicada em 1980, na França). Este livro reflete uma importante inflexão no pensamento de Gorz, razão pela qual é considerado um divisor de águas na sua produção teórica. Ele passa do campo dos essencialistas ao campo dos historicistas, como veremos no segundo capítulo. E essa mudança é cheia de conseqüências políticas, econômicas e sociais. Gorz não acredita mais na possibilidade de a classe operária se liberar no trabalho e passa a ser um ardoroso defensor da libertação do trabalho.

Mas, por que a reflexão de Gorz pode contribuir para uma nova compreensão do trabalho? Em que reside a ousadia apresentada pelo pensamento de Gorz? Fundamentalmente, por três grandes razões.

A primeira diz respeito à leitura que Gorz faz da “crise” da sociedade salarial. Uma revolução tecnológica, a revolução informacional, está na base das transformações ocorridas principalmente no último quartel do século XX. Gorz chama a atenção para a diferença dessas tecnologias em relação àquelas que proporcionaram o surgimento da revolução industrial. A revolução informacional é, ao mesmo tempo, poupadora de trabalho, de tempo de produção e maximizadora da produtividade. E isso faz toda a diferença, quando são apropriadas unilateralmente pelo capital. A sociedade do pleno emprego acabou e não voltará mais. Para Gorz, não se trata de lamentar as chances e oportunidades perdidas, mas aproveitar-se das chances não realizadas.

Num segundo momento, tratamos de esmiuçar a segunda razão. Por trás da crise do emprego, há algo mais. Essa forma particular de trabalho, o emprego, é uma invenção da modernidade, ou seja, o emprego é contemporâneo da indústria, do capitalismo industrial. Por trás da crise do emprego, Gorz enxerga a necessidade de se diferenciar, conceitualmente, as noções de emprego e de trabalho. E concluímos, afirmando com ele que o que está em crise é uma determinada forma de trabalho, o trabalho entendido como emprego, isto é, aquele que foi submetido à racionalidade econômica. O trabalho guarda uma riqueza que não pode ser confundida com o emprego. Resgatar essa diferença torna-se crucial para uma melhor compreensão dessa realidade, ao mesmo tempo em que aponta para as consequências políticas e sociais oriundas desse rigor conceitual.

Gorz, como partidário do campo historicista, defende a limitação da racionalidade econômica.

Para ele é preciso arrancar do domínio do capital o máximo de tempo das pessoas e não fomentar que, para solucionar o problema do desemprego, mais atividades não-remuneradas sejam incorporadas ao campo das atividades remuneradas. Mas, sabe-se que a criação de novos empregos significa muito frequentemente trabalho mais precário, mal remunerado e mal protegido.

Terceira razão. A crise do emprego e a diferenciação conceitual estabelecida entre as noções de emprego e de trabalho abrem um vasto leque de possibilidades para se pensar uma sociedade não mais organizada principalmente sobre o trabalho. Uma sociedade de multiatividades pode ser fonte de uma densa rede de relações, de proximidades, de entre-ajudas, capaz de desenvolver as potencialidades presentes em cada pessoa. Não há mais a preocupação em ampliar somente aquelas potencialidades requeridas e úteis às empresas.

Gorz elabora algumas propostas ou conjunto de políticas que tornam possível ousar o êxodo da sociedade salarial ou do trabalho: a redução do tempo de trabalho e a renda de cidadania, universal e suficiente. Ambas devem ser tomadas em conjunto. Isoladamente, podem correr o risco de se verem transformadas em medidas pontuais e, portanto, fadadas ao fracasso.

É por essas razões que o pensamento de Gorz é extremamente instigante e desafiador.

As reflexões que seguem são realizadas com a firme convicção de que estamos num momento crucial da história e de que o trabalho pode contribuir decisivamente para uma nova organização das nossas sociedades. Ele poderá nos ajudar a escolher mais mercado ou mais sociedade.

# 1 A crise da sociedade salarial

O trabalho é o foco central das reflexões de André Gorz. Ele vem acompanhando de perto as principais transformações que o trabalho vem sofrendo especialmente no último quartel do século XX. Gorz é um daqueles homens que aprendeu a transitar em diversas áreas do pensamento social (sociologia, filosofia, economia), o que lhe dá uma visão abrangente dos acontecimentos. Não se contenta em seguir caminhos já trilhados. Quando o faz, é no sentido de caminhar para além, abrir novos atalhos, jogar novas luzes sobre temas antigos e novos, sempre para realizar aquilo que chama de “buscas de sentido”. Ou seja, não basta analisar a realidade, mas faz-se necessário realizar buscas de sentido para compreender a ação humana em cada momento da história.

Gorz debruça-se sobre a problemática do desemprego, o alcance da precarização do mundo do trabalho, a introdução e o impacto das novas tecnologias sobre a produção, bem como sobre a reorganização e a posição dos trabalhadores em relação aos empregos existentes.

Na compreensão de Gorz, o trabalho está inserido num sistema mais amplo, mais abrangente, a partir do qual se deve entender suas “metamorfoses”. O trabalho, tal como o entendemos hoje, deve sua natureza, suas funções e seus modos de organização, ao capitalismo. Não é possível pensar as transformações pelas quais está passando o trabalho, sem ter presente as dinâmicas do capitalismo e as características que este assume para manter, em tempos de mundialização (globalização para muitos), o controle sobre os trabalhadores.

O capitalismo passou a compreender o trabalho como emprego e a valorizar mais a este do que àquele (capítulo 2). No entanto, no afã de acumular e de manter, ou mesmo de aumentar os lucros, recorre à “revolução tecnológica” para cortar custos e, portanto, economizar trabalho vivo. Essa “racionalidade econômica” acaba por instaurar uma crise da sociedade do trabalho, que induz a uma crise da sociedade salarial.

## 1.1 A revolução tecnológica

Em 1983, em *“Les chemins du Paradis”*, Gorz chama a atenção para o fato de que a crise de crescimento que os países do Primeiro Mundo atravessavam não era passageira. Ela era o esgotamento do modelo de desenvolvimento, baseado no crescimento infinito e na extensão das relações mercantis. Nem o industrialismo capitalista, nem o socialista “podem ser estendidos em escala planetária, por serem destruidores dos recursos naturais limitados e dos equilíbrios necessários para a continuação da vida”<sup>1</sup>. E isso nem os teóricos da direita nem os intelectuais da esquerda estão compreendendo. Obcecados pelo crescimento econômico não se dão conta da profundidade e da natureza da crise em andamento. Na realidade, segundo Gorz, são dois séculos de história que estão sendo rompidos. Portanto, há algo de magnitude apenas “comparável à primeira revolução industrial”<sup>2</sup> em vias de tomar forma. Gorz estava se referindo à revolução microeletrônica.

A mundialização do capital é “favorecida pela revolução tecnológica”<sup>3</sup>. Ou seja, a globalização,

---

1 GORZ, André. *Les chemins du Paradis: l'agonie du capital*. Paris: Galilée, 1983. p. 23.

2 *Ib.*, p. 13.

3 NEUTZLING Inácio; KREIN, José Dari. A mundialização do capital e o mundo do trabalho (II). *Convergência*, Rio de Janeiro, n. 303, p. 315, 1997.

tal como se processa neste momento da história, é tributária da revolução tecnológica surgida, sobretudo, na década de 1970. Sem os notáveis avanços nas áreas da microeletrônica, da automação, da computação, das comunicações, as grandes empresas transnacionais não poderiam ter feito o que fizeram. Ao mesmo tempo, é preciso compreender o seu alcance para a organização e a natureza do trabalho.

Na origem desta revolução, está a chamada “informação”, que não deve ser reduzida ao desenvolvimento tecnológico de comunicações, como a *Internet* ou a televisão, portanto, aos meios. A informação é também conteúdo, pois ela pode ser registrada, arquivada, calculada (“computada”) em máquinas e artefatos que se tornam “informatizados”, e não automatizados, como se diz frequentemente<sup>4</sup>.

O último quartel do século XX foi testemunha de um amplo processo de automação ocorrido nas fábricas. A automação vem a ser algo qualitativamente diferente da simples mecanização. Por mecanização entende-se o trabalho físico realizado pelo homem por meio de uma máquina. Já a automação ocorre “quando a máquina realiza o trabalho humano, controlando as suas próprias operações e corrigindo os seus próprios erros”. Ou seja, a automação consiste “na substituição dos órgãos humanos de esforço, de memória e de decisão por órgãos tecnológicos”<sup>5</sup>.

A revolução tecnológica, na perspectiva de Gorz, é fundamental para que hoje possamos falar em mundialização.

A mundialização não teria podido se desenvolver, nem sequer considerar-se, na ausência do potencial, em grande parte não explorado até esse momento, das ‘tecnologias da informação’. Se cada grande grupo não tivesse esperado obter uma participação suplementar no mercado mundial, tirando melhor e mais rápido proveito que os outros das possibilidades latentes que a revolução informática oferecia, é verossímil pensar que teria prevalecido a tendência à cartelização e a uma repartição do mundo por acordos de cartel [...].<sup>6</sup>

Gorz mostra como a revolução tecnológica foi vital para os interesses do capital. Este se apropria daquela para alavancar a continuidade e a exacerbação da concentração das riquezas e do poder<sup>7</sup>. Ou seja, a revolução tecnológica atende aos dinamismos do capitalismo<sup>8</sup>.

### 1.1.1 Natureza da revolução

Gorz é partidário daquele grupo de pensadores que - como Jacques Robin, Roger Sue, entre outros - acreditam que, com as transformações tecnológicas em andamento, não estamos entrando propriamente numa terceira revolução industrial. Antes, por suas características, seu impacto sobre o sistema produtivo, sobre a organização do trabalho e sobre a própria sociedade, convém que seja concebida como uma verdadeira “revolução”. Para ele, a robótica na indús-

4 Cf. ROBIN, Jacques. In: AZNAR, G. et al. *Vers une économie plurielle: un travail, une activité, un revenue pour tous*. Paris: Syros, 1997. p. 26. O livro é um debate entre pensadores franceses sobre os diversos temas discriminados no subtítulo.

5 MARÉCHAL, Jean-Paul. Imaginar uma outra sociedade. Por uma economia solidária. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 39, p. 2, maio 1999. Lojkine fala em “revolução informacional”, revolução que nasce da “oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial” (p. 14). Para Lojkine, a revolução informacional se opõe à revolução industrial pelas seguintes características: polifuncionalidade, flexibilidade e as redes descentralizadas (p. 73). A grande novidade da revolução informacional seria a alta potencialidade de criação, de circulação e de estocagem de imensa massa de informação antes monopolizadas. Ela estaria empreendendo um caminho de superação das divisões de atividades e funções próprias da revolução industrial (p. 14-15). LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

6 GORZ, André. *Misères du présent. Richesse du possible*. Paris: Galilée, 1997. p. 29.

7 Gorz, contudo, já em *Les chemins du Paradis* chama a atenção para o caráter ambivalente das tecnologias da microeletrônica, que ele chama de tecnologias-encruzilhada, em oposição às tecnologias-ferrolho, próprias do capitalismo fordista. A especificidade das tecnologias-encruzilhada está em que não comportam necessariamente um determinado tipo de desenvolvimento, pois podem servir à hipercentralização, assim como à autogestão. GORZ, 1983, p. 67.

8 Sobre como o capital reage diante da crise do keynesianismo e seus limites, cf. *ib.*, p. 27-66.

tria “possibilita uma economia ao mesmo tempo dos investimentos (capital constante fixo), da mão-de-obra (capital variável) e das matérias-primas. Esta é a radical novidade. Ela justifica plenamente a expressão ‘revolução microeletrônica’”<sup>9</sup>. É essa nova natureza da revolução que convém seja apreendida e compreendida para que se tenha uma correta visão da realidade e do rumo que os acontecimentos podem tomar, ou efetivamente estão tomando.

A revolução realça o aspecto da ruptura, da descontinuidade, do intervalo, ainda que as mudanças paradigmáticas não sejam vistas a olho nu no curto período de tempo<sup>10</sup>. Uma linha de pensamento – Gorz, Castells, Beaud, Neutzling, Pereira da Silva, para citar alguns – está de acordo que, no final do século XX, vivemos uma dessas rupturas, isto é, que presenciamos uma revolução tecnológica e não simplesmente uma Terceira Revolução Industrial.

Qualquer revolução implica uma mudança de relações com a natureza e com os outros. Marx já havia chamado a atenção para o significado daquilo que estava ocorrendo na sua época e que teve a burguesia como elemento propulsor. Ela teve um papel extremamente revolucionário, afirma Marx.<sup>11</sup>

As transformações operadas afetam profundamente a produção, as condições sociais e culturais. Foi Polanyi, posteriormente, que pôs em

evidência o alcance e a profundidade da revolução que culmina com a colocação no centro da sociedade do mercado e, com ele, da economia. A economia, de periférica que era, passa a ocupar o lugar de destaque nas sociedades modernas de mercado. Essa transformação altera os alicerces sociais, culturais e econômicos<sup>12</sup>. Assim, o que vivemos no final do século XX, leva-nos a crer que se trata de uma revolução no sentido de que “um grande aumento repentino e inesperado de aplicações tecnológicas transformou os processos de produção e distribuição, criou uma enxurrada de novos produtos e mudou, de maneira decisiva, a localização das riquezas e do poder no mundo”<sup>13</sup>.

As mudanças que se dão na produção, no chão da fábrica, entranham uma mutação cultural igualmente cheia de conseqüências. Duas delas são as mais importantes. A primeira é que “o tempo de trabalho não poderá mais ser a medida do valor de troca, nem o valor de troca a medida do valor econômico”<sup>14</sup>. A segunda é que “o salário não poderá mais ser função da quantidade de trabalho, nem o direito a uma renda ser subordinado à ocupação de um emprego”<sup>15</sup>.

Essa “revolução” tem profundas conseqüências econômicas e sociais, pois significa que hoje se pode produzir mais em menos tempo<sup>16</sup>, com menos trabalho<sup>17</sup>, enquanto se caminha para a desmaterialização dos produtos e do próprio trabalho.

9 GORZ, 1983, p. 68. Cf. também \_\_\_\_\_. Pourquoi la société salariale a besoin de nouveaux valets. *Le Monde Diplomatique*, Paris, jun. 1990, p. 22; \_\_\_\_\_. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. p. 161.

10 Cf. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 49.

11 Cf. MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis: Vozes. 1999. p. 69.

12 POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

13 CASTELLS, 1999, p. 53.

14 *Ib.*, p. 69.

15 GORZ, 1983, p. 69.

16 Dados sobre o aumento da produtividade podem ser encontrados em: GORZ, 1990, p. 22; RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995. p. 7; AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Scritta. 1995, p. 41; GORZ, André. *Cambios sociales en la era posindustrial*. Disponível em: <[http://www.iztapalapa.uam.mx/iztapala.www/topodriilo/23/td23\\_11.html](http://www.iztapalapa.uam.mx/iztapala.www/topodriilo/23/td23_11.html)> Acesso em: 15 jun. 2003b. Entrevista concedida a John Keane; NEUTZLING, Inácio. Sem emprego... Por quê? A CF-99 e a grande transformação do mundo do trabalho. *Convergência*, Rio de Janeiro, n. 319, p. 16, 1999.

17 Informações sobre a redução do tempo de trabalho podem ser encontradas em: GORZ, 1990, p. 22; Id. El futuro del empleo. *Documentación Social*, Madrid, n. 93, p. 77, oct-dic. 1993a; BEAUD, Michel. *Le basculement du monde*. Paris: La Découverte, 1997. p. 213.

A revolução da microeletrônica inaugura, portanto, a “era da abolição do trabalho”, que deve ser compreendida num duplo sentido:

- a) a quantidade de trabalho necessário decresce rapidamente até tornar-se marginal na maior parte das produções materiais e das atividades de organização;
- b) o trabalho não implica mais um face a face do trabalhador com a matéria. A transformação dessa última não resulta mais de uma atividade imediata completa e soberana.<sup>18</sup>

Segundo Méda,

a riqueza é cada vez mais o produto de um conjunto de interações complexas entre os capitais, os sistemas de informação, o trabalho ‘das máquinas’ e o trabalho humano, no qual o trabalho humano não é o único produtor de riqueza. O trabalho humano é hoje tão imbricado no conjunto de máquinas e sistemas que a eficácia dessas não pode ser distinguida da sua<sup>19</sup>

## 1.2 O trabalhador pós-fordista

O sistema pós-fordista de produção não mais se assenta sobre o tipo de trabalhador requerido pela organização do trabalho taylorista-fordista<sup>20</sup>. O novo trabalhador requerido pela empresa flexível deve ser basicamente polivalente, ter capacidade de trabalhar em equipe, estar apto a lidar com a fragmentação, ter capacidade de aceitar novos riscos e viver sob a égide dos “laços fracos”<sup>21</sup>.

Como observa Gollain, a mudança é mais profunda, pois

forçoso é constatar que a favor da rapidez das novas transformações atuais, a empresa e o assalariado estão em vias de desaparecer como entidades que podem fa-

cilmente ser identificadas e que as diversas estratégias de utilização da força de trabalho adotadas pelas empresas nos últimos anos questionam a clivagem tradicional entre assalariado e independente.<sup>22</sup>

Há mesmo nisso um processo paradoxal. “As novas modalidades de contratação aproximam os assalariados do estatuto tradicional dos independentes, ao mesmo tempo, esta independência perde sua substância para os dois grupos de trabalhadores”<sup>23</sup>. Ou seja, exige-se cada vez mais iniciativa, criatividade e responsabilidade por parte do trabalhador assalariado. Os trabalhadores independentes, por sua vez, são instados a suportarem todos os riscos inerentes à situação.

Para Gorz, a nova tendência do capital é tornar cada trabalhador um empresário, o empresário de si. Num parágrafo denso ele mostra em que consiste este trabalhador-empresário:

A diferença entre a pessoa e a empresa, entre a força de trabalho e o capital, deve ser suprimida. A pessoa deve tornar-se por si mesma uma empresa, deve tornar-se por si mesma, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento deve ser imposto de fora, ela deve ser seu próprio produtor, seu próprio empregado e seu próprio vendedor, obrigando-se a se impor os constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é.<sup>24</sup>

Cada trabalhador-empresário é responsável pela sua produção enquanto empresário e, como tal, deve assumir as responsabilidades necessárias para que possa estar à altura de poder competir com os outros trabalhadores-empresários.

Cada um deve se sentir responsável pela sua saúde, pela sua mobilidade, pela sua capacidade de se adaptar aos

18 GORZ, 1983, p. 73.

19 MÉDA, Dominique. *Le travail*. Paris: Aubier, 1995. p. 181.

20 Muitos são os autores e os estudos sobre o sistema taylorista-fordista. Cf. NEUTZLING, Inácio; KREIN, José Dari. Organização do trabalho. In: ENDERLE, Georges et al. *Dicionário de Ética Econômica*. São Leopoldo: Unisinos, 1997b. p. 701-2; CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Revan; Ed. UFRJ, 1994; TENÓRIO, Fernando G. *Flexibilização organizacional: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

21 Cf. SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

22 GOLLAIN, Françoise. *Une critique du travail: entre écologie et socialismo*. Paris: La Découverte, 2000. p. 166.

23 GOLLAIN, loc. cit.

24 GORZ, André. *L'Immateriel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée, 2003. p. 25.



horários variáveis, pela colocação em prática de seus conhecimentos. Cada qual deve gerir seu capital humano ao longo de toda a sua vida, sem deixar de investir nele com momentos de formação [...].<sup>25</sup>

Ou seja, cada qual é responsável por sua empregabilidade. Dessa maneira, a ideologia liberal consegue jogar sobre os ombros dos próprios trabalhadores o problema do desemprego. Há uma individualização das causas do desemprego. A rigor, já não há mais desemprego, pois com o fim do assalariamento, não há mais trabalhadores no sentido tradicional.

As exigências de liberdade e de autonomia queridas pelos trabalhadores vêm ao seu encontro de forma paradoxal: o que parecia libertar, na verdade, escraviza.

### 1.3 A “brasilianização”<sup>26</sup> do mundo do trabalho

As conseqüências, tanto da revolução informacional quanto da ditadura do sistema financeiro para a realidade do trabalho, são profundas e

dramáticas. As sociedades parecem estar mergulhando, cada vez mais profundamente, num futuro incerto e inseguro, ao menos para uma grande parcela de suas populações. Não é por nada que o sociólogo alemão Ulrich Beck fala em “sociedade de risco”. A sociedade de risco não é uma sociedade das catástrofes. Caracteriza-se, acima de tudo, por “um desenvolvimento social no qual a expectativa do inesperado, a expectativa dos riscos possíveis domina cada vez mais a cena da nossa vida: riscos individuais e riscos coletivos”<sup>27</sup>. E desses riscos sequer o trabalho escapa.

A chamada “revolução da microeletrônica” abre novas possibilidades para o agir humano. Veremos, agora, que ela terá também repercussões que afetarão a natureza mesma do trabalho e, por conseguinte, as condições dos trabalhadores e trabalhadoras<sup>28</sup>. Para Gorz, a imagem que retrata com mais fidelidade os seres humanos neste início de novo século não é mais a figura do trabalhador, mas sim a imagem do precário. Estamos fadados a sermos “todos precários”<sup>29</sup>. Se não vejamos.

25 GORZ, loc. cit.

26 O conceito “brasilianização” é usado na Europa por Alain Lipietz. Ele o usa no contexto das políticas de flexibilização adotadas na Europa do Sul, na França, mas sobretudo pelos países anglo-saxões, aplicadas com a finalidade de superar a crise do fordismo. Para ele, a “brasilianização” conduz ao neotaylorismo na medida em que preserva os princípios da organização do trabalho taylorista, mas sem as vantagens concedidas aos trabalhadores pelo fordismo. Cf. LIPIETZ, Alain. *La société en sablier: Le partage du travail contre la déchirure sociale*. Paris: La Découverte, 1998. p. 33. Outro europeu a usar o mesmo conceito é o sociólogo alemão BECK, Ulrich. *Il lavoro nell'epoca della fine del lavoro. Tramonto delle sicurezze e nuovo impegno civile*. Torino: Einaudi, 2000. No entanto, o conceito foi cunhado, em 1995, pelo norte-americano Michael Land. Para ele, “o perigo principal com o qual os Estados Unidos confrontar-se-ão no século XXI não é a balcanização, mas o que se poderia chamar de brasilianização. Com a brasilianização não compreendo a separação das culturas pela etnicidade, mas a separação da etnicidade pelas classes”. LAND, M. *The next American Nation*. New York–London: s/Editora, 1995 apud NEUTZLING, Inácio. Sociedade do trabalho e sociedade sustentável: algumas aproximações. In: OSOWSKI, Cecília; MÉLO, José Luiz Bica de (org.). *O Ensino Social da Igreja e a globalização*. São Leopoldo: 2002. p. 37. O próprio Neutzling usa o conceito por meio do qual se exprime o forte processo de flexibilização e precarização ocorrido no trabalho. Outro que assume a tendência da “brasilianização” do mundo do trabalho, ainda que não use este conceito, é Antonio D. Cattani, que usa o termo “servidão” para designar o processo de precarização francamente em expansão no Brasil e que ameaça os países do Primeiro Mundo. Finaliza a sua análise perguntando: “Trata-se de dados sobre um país do Terceiro Mundo. Estarão eles anunciando o que poderá acontecer em breve nos países avançados?” CATTANI, Antonio David. Desemprego e trabalho precário: bases para a servidão moderna? *Revista de Ciências Humanas*, Curitiba: Ed. UFPR, n. 10, p. 203, 2001.

27 BECK, Ulrich. A sociedade do risco. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 72, p. 66-7, maio 2001. Ver a este respeito também \_\_\_\_\_. Terceira Via de esquerda perdeu força. *Folha de S.Paulo*, 27 out. 2002.

28 Cf. GORZ, 1990, p. 22.

29 GORZ, 1997, p. 89.

### 1.3.1 O desemprego

O desemprego tornou-se um dos mais sérios e dramáticos problemas no início deste novo século. Praticamente todas as sociedades convivem com altos índices de desemprego e subemprego. Transformou-se num dos problemas sociais e políticos mais prementes.

A categoria sociológica desemprego é contemporânea da generalização forçada da relação salarial, e, portanto, é também uma invenção da sociedade moderna. O conceito evoluiu e sofreu modificações, o que nos leva a distinguir três tipos básicos de desemprego: o estrutural, o tecnológico e o cíclico ou conjuntural.

Desemprego *estrutural* é aquele que resulta da desproporção qualitativa entre demanda e oferta de força de trabalho, devido sobretudo à falta de força de trabalho qualificada ou, mesmo, à inadequação do tipo de qualificação às necessidades do mercado. O desemprego *tecnológico* é caracterizado pela diminuição relativa da quantidade de trabalho humano empregado nas atividades produtivas ou de serviço, que resulta da crescente mecanização ou automação dessas atividades. O desemprego *cíclico ou conjuntural*, por sua vez, é aquele associado à insuficiência de demanda decorrente das oscilações da atividade econômica.<sup>30</sup>

Somos partidários da tese de que a atual experiência do desemprego se deve prioritariamente à revolução tecnológica em curso<sup>31</sup>, ainda que não exclusivamente. Há também, evidentemente, outras razões, entre as quais se destacam as políticas econômicas adotadas pelos governos nacionais, as opções políticas que favorecem a concentração da produtividade socialmente produzida e a implementação da reorganização da produção e do trabalho.

No mundo e no Brasil, assiste-se a uma tendência ascendente do desemprego aberto. Considerando-se o período 1975-1999, “o Brasil destacou-se por ter a sua taxa de desemprego aberto aumentada em 369,4%, alterando-se de 1,73% em 1975, para 9,85%, em 1999”<sup>32</sup>.

Se levarmos em conta os anos 90, a “década neoliberal”, houve entre 1989 e 1999 um forte aumento do desemprego em nosso país. “O volume de desempregados cresceu a uma taxa média anual de 15,4%, significando que a cada dois postos de trabalho criados, surgia mais um novo desempregado”<sup>33</sup>. Ou seja, neste período a quantidade de desempregados passou de 1,8 milhão para 7,6 milhões de pessoas, o que fez o desemprego aberto passar de 3% da PEA para 9,6%<sup>34</sup>.

Aqui estamos nos referindo unicamente ao chamado desemprego aberto. Caso incluirmos o desemprego oculto precário (bicos, serviços temporários enquanto se aguarda por outro emprego) ou o desemprego oculto por desalento, as cifras certamente serão bem mais elevadas, chegando a atingir mais de 19% da PEA<sup>35</sup>.

No entanto, o desemprego é apenas uma das sombrias faces da “brasilianização” do mundo do trabalho. Ou, como afirma Castel, “é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego”<sup>36</sup>.

### 1.3.2 A precarização do trabalho

É inegável que todo o processo de reestruturação produtiva e do trabalho esteja, por um lado, suprimindo empregos, mas por outro, criando novos empregos. A diferença é que os chamados novos “empregos” são qualitativamente diferen-

30 SILVA, Josué Pereira da. Cidadania e/ou trabalho: o dilema da questão social neste final de século. *Idéias*, Campinas, v. 5, n. 2-vol. 6, n. 1, p. 126-127, 1998-1999.

31 Recente estudo da UFRJ revela que as novas tecnologias são responsáveis pelo fechamento de quase 11 milhões de postos de trabalho no Brasil. Cf. FERNANDES, Fátima. Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos. *Folha de S.Paulo*, 18 jan. 2004.

32 POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 86.

33 POCHMANN, Marcio. *E-trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2002. p. 72.

34 POCHMANN, 2001a, p. 48.

35 Sobre as diferentes metodologias usadas para medir as taxas de desemprego, cf. DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 132.

36 CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 514.

tes dos empregos tradicionais, de tempo integral e de duração indeterminada. Os novos “empregos” acabam modificando profundamente o estatuto dos assalariados e as condições de emprego<sup>37</sup>. Trata-se, cada vez mais, de empregos desqualificados, pouco atraentes e mal remunerados. São “empregos” de tempo parcial ou de duração determinada. Roger Sue estima que 90% dos empregos criados nos Estados Unidos, em 1993, tenham sido precários ou de tempo parcial. Possivelmente mais da metade dos empregados norte-americanos estejam nesta situação<sup>38</sup>. Estas, entretanto, não são apenas estatísticas válidas apenas para os Estados Unidos. “Na Inglaterra, os ‘trabalhadores flexíveis’ aumentaram em 16%, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6%, ficando em 15,6 milhões”<sup>39</sup>.

O processo de flexibilização implantado no Brasil foi decisivo para o surgimento de um novo paradigma do mercado de trabalho brasileiro, mais fortemente acentuado na década de 1990. Várias mudanças estruturais importantes estão em andamento e afetam, em cheio, a sociedade brasileira. Simplesmente elencamos as mais notáveis: crescimento do trabalho informal, progressivo desassalariamento, decrescente participação do trabalho na renda nacional e crescimento do fenômeno chamado sobretrabalho<sup>40</sup>.

### 1.3.3 A metamorfose do assalariado

Todo esse processo de precarização do trabalho conduzirá a uma “metamorfose do assalariado”, que acaba por dividir o conjunto dos trabalhadores em duas grandes categorias:

Primeiramente, há um núcleo central composto de assalariados permanentes e de tempo integral, capazes de polivalência profissional e de mobilidade. Participar deste núcleo central é privilégio de poucos. Significa gozar de uma estabilidade econômica e de trabalhos maiores. As condições de trabalho são boas e a proteção da lei, assegurada. Ao redor deste primeiro núcleo, há uma massa importante de trabalhadores periféricos, dos quais uma proporção importante de precários e de interinos com horários e salários variáveis. Um pouco mais distante do núcleo central, mas gravitando em torno do segundo grupo, se ajunta uma proporção cada vez mais importante de “externos”, ou seja, prestadores de serviços pretensamente “independentes”, pagos por tempo ou tarefa, cuja carga de trabalho varia segundo as necessidades do momento. Esses “independentes” não contam com nenhuma proteção social e são os mais expostos às incertezas conjunturais e comerciais que as empresas descarregam sobre eles<sup>41</sup>.

A tendência da reengenharia é reduzir drasticamente o núcleo central de trabalhadores nas empresas. Em contrapartida, a política das empresas consiste em ampliar a participação dos trabalhadores “contratuais”, que fazem praticamente tudo o que os primeiros faziam, mas com a diferença de que não contam com os “mesmos direitos sociais, nem a mesma remuneração”<sup>42</sup>. Ou seja, a competitividade e a contenção de “gastos” com mão-de-obra faz com que as empresas optem por um trabalhador que tem uma relação contratual mais frágil, tênue, com elas. Isso evidentemente entra em conflito, muitas vezes, com a ideologia empregada pelas empresas de que o

37 Cf. GORZ, André. Saindo da sociedade do trabalho assalariado. *São Paulo em Perspectiva*, n. 3, p. 136, coluna 1, jul.-set. 1995.

38 Cf. SUE, Roger. *La richesse des hommes: vers l'économie quaternaire*. Paris: Odile Jacob, 1997. p. 27-8.

39 HARVEY, 1999, p. 144.

40 Sobre esses tópicos há vasta bibliografia e dados. Basta conferir, entre outros, POCHMANN, 2001a e b; GORZ, 1997; NEUTZLING, 2002; KREIN, José Dari. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90*. Campinas: UNICAMP, 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

41 Cf. GORZ, 1997, p. 82-3.

42 GORZ, 1997, p. 82-3.

trabalhador deve “vestir a camisa” da firma e transformá-la (a esta) em sua “família”.

Para Gorz, por trás da lógica da externalização dos trabalhadores, “abre-se a perspectiva da abolição do próprio assalariado, batizado de ‘pós-salarial’: ela permite arrematar a ‘flexibilização’, tornando a remuneração do trabalho livremente negociável entre a empresa e cada um dos prestadores de trabalho individual”<sup>43</sup>.

À margem dessas duas categorias, encontra-se uma outra: a dos desempregados. Castel os chama de “inúteis para o mundo”, de “supranumerários”. “São menos excluídos do que abandonados”. “Nem sequer são explorados [...] São superfluos”<sup>44</sup>. Para uma parte deles, a esperança de encontrar novamente um emprego torna-se remota. Figuram na lista dos chamados “desalentados”, pois já desistiram de procurar um emprego e se viram por conta própria ou são atraídos por trabalhos precários, de tempo parcial.

Esquemas semelhantes ao concêntrico, adotado por Gorz, podem ser encontrados em outros autores: Roger Sue<sup>45</sup>, David Harvey<sup>46</sup> e Alain Lipietz<sup>47</sup>.

#### 1.4 A crise da sociedade salarial

Gorz usa dois conceitos que são importantes definir: “sociedade do trabalho” e “sociedade salarial”. Ele os usa como sinônimos. Refere-se a ambos como resultando num “modo específico de pertença social e um tipo específico de sociedade”<sup>48</sup>. São, portanto, criações humanas, situadas historicamente. Têm cerca de 150 anos de existência.

A sociedade do trabalho é, na visão de Gorz, aquela sociedade em que o trabalho, na sua forma emprego, aparece como fundamento de direitos e de cidadania. Na sociedade do trabalho, este é colocado no centro da sociedade como a ação social por excelência. Todas as dimensões sociais, jurídicas, políticas, econômicas passam inevitavelmente pelo trabalho. A sociedade se organiza a partir do trabalho.

A sociedade salarial, por sua vez, é aquela em que as pessoas são definidas e descritas na sua cidadania pelo trabalho assalariado que possuem<sup>49</sup>. O acento recai sobre o fato do assalariamento. Por ser um trabalho demandado pela sociedade, portanto, útil a ela, ele é pago. O pagamento (salário) é o reconhecimento, por parte da sociedade, dado ao trabalhador e o passaporte de pertença a esta sociedade também como consumidor.

Robert Castel também usa o termo “sociedade salarial”. A sociedade salarial coincide com o momento histórico em que a proporção dos assalariados na população ativa passa a representar a maior parte dessa população. E situa 1975 como o ano que marca a apoteose da sociedade salarial<sup>50</sup>. Daí para diante começa a declinar.

Na introdução a *Misères du présent. Richesse du possible*, Gorz afirma que a crise da sociedade salarial ou do trabalho consiste em que “um novo sistema tende a abolir massivamente o ‘trabalho’. Este sistema restaura as piores formas de dominação, de servidão, de exploração ao obrigar todos a lutar contra todos para obter esse ‘trabalho’ que ela aboliu”<sup>51</sup>.

A figura do precário é, para Gorz, a figura emblemática do trabalhador do século XXI: “Nos

43 GORZ, 1997, p. 85.

44 CASTEL, 1998, p. 32-3.

45 Cf. SUE, 1997, p. 29-30.

46 Cf. HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1990. p. 143-4.

47 Cf. LIPIETZ, Alain. *La société en sablier: le partage du travail contre la déchirure sociale*. Paris: La Découverte, 1998. p. 37-8.

48 GORZ, 1997, p. 95.

49 Cf. NEUTZLING, 2002, p. 37.

50 Cf. CASTEL, 1998, p. 452.

51 GORZ, 1997, p. 11.

sabemos, nos sentimos, nos apreendemos a cada um de nós como desempregados em potência, subempregados em potência, precários, temporários, de tempo parcial em potência”<sup>52</sup>. “A figura central e a condição ‘normal’, como tendência ao menos, não são mais a do ‘trabalhador’”, tal como foi compreendido ao longo dos últimos 150 anos. ‘Normal’ parece ser a figura do “precário que ora ‘trabalha’, ora não ‘trabalha’, que exerce, de maneira descontínua, múltiplos ofícios, dos quais nenhum é um ofício, que não tem profissão identificável e que tem como profissão a de não ter nenhuma”. E finaliza dizendo que “esta figura central do precário é a que se apresenta potencialmente como a nossa”<sup>53</sup>.

Neste cenário econômico e político, o trabalho tornou-se uma “mercadoria rara” e o “emprego, um privilégio”<sup>54</sup>. Por isso precioso, segundo a lógica econômica reinante. O capital já “não tem mais necessidade e terá cada vez menos necessidade do trabalho de todos”<sup>55</sup>. Por outro lado, a “ideologia do trabalho-valor”<sup>56</sup> nunca foi tão propalada e a sua necessidade tão exaltada. Mas,

convertido em algo precário, flexível, intermitente, com duração, horários e salários variáveis, o emprego deixa de integrar num coletivo, deixa de estruturar o tempo cotidiano, semanal, anual e as idades da vida, deixa de ser o alicerce sobre o qual cada um pode construir seu projeto de vida.<sup>57</sup>

Nesse contexto, como garantir que o trabalho continue sendo atrativo, estimulante para os trabalhadores? O capitalismo e a sociedade auto-regulada criam mecanismos para a incitação ao trabalho.

Conservar a idéia de uma contribuição e de uma retribuição proporcionais ao trabalho realizado, ao diplo-

ma, ao mérito, é guardar a idéia da incitação ao trabalho, de agulhão individual, de interesse individual ou, o que dá no mesmo, do medo da fome. Se não houvesse mais o engodo do ganho, as pessoas não trabalhariam mais; é, pois, impossível de encarar a dissociação entre renda e trabalho realizado.<sup>58</sup>

O trabalho perde a sua centralidade. Tende a desaparecer. Mas, cuidado! Não é, porém, todo e qualquer trabalho que tende a desaparecer.

O trabalho que desaparece é o trabalho abstrato, o trabalho em si, mensurável, quantificável, separável da pessoa que o ‘oferece’, suscetível de ser comprado e vendido no ‘mercado de trabalho’, em resumo, o trabalho pelo qual se ganha dinheiro ou o trabalho-mercadoria, que foi inventado e imposto pela força e com grandes penúrias pelo capitalismo manufatureiro a partir do fim do século XVIII.<sup>59</sup>

Nossas sociedades chegam, assim, a um paradoxo: tornar atraente aquilo que tende a ser sempre mais escasso ou precário. Incitar ao trabalho para que não deixe de ser marginal na vida e no imaginário das pessoas. Fazer repousar sobre ele os direitos, a cidadania, o laço social. É justamente aqui que se situa uma das rupturas fundamentais de Gorz a fim de superar a sociedade do trabalho ou a sociedade salarial. A ruptura tem um duplo vértice:

Primeiro: “trata-se de desconectar do ‘trabalho’ o direito a ter direitos e, sobretudo, o direito ao que é produzido e produzível sem trabalho, ou cada vez com menos trabalho”<sup>60</sup>. Ou seja, o “trabalho” já não pode mais ser o fundamento de todos os direitos, tanto individuais quanto sociais. A equação da sociedade industrial trabalho/produção/salário caducou. Como afirma Aznar: “querer continuar a determinar o salário pela produção, a renda pelo tempo passado na produ-

52 *Ib.*, p. 89.

53 GORZ, 1997, p. 89-90. Cf. também GORZ, 1987, p. 89-90. Aí Gorz falava em “neoproletariado pós-industrial”, referindo-se a esses trabalhadores precários, de tempo parcial.

54 GORZ, 1997, p. 97.

55 GORZ, loc. cit.

56 *Ib.*, p. 98.

57 GORZ, loc. cit.

58 MÉDA, 1995, p. 182.

59 GORZ, op. cit., p. 95.

60 GORZ, 1997, p. 90-1. Cf., também, p. 11.

ção é, então, uma noção absurda e, em certa medida, injusta. Querer continuar enquadrado pela lei do século passado (trabalho/produção/salário) é um *nonsense* econômico”<sup>61</sup>.

Segundo: trata-se de fazer com que o “trabalho” “perca seu lugar central na consciência, no pensamento, na imaginação de todos”<sup>62</sup>. Essa é uma aposta cultural e política. Cultural, porque envolve uma mudança das mentalidades. Política, porque se trata de “uma luta pelo poder”<sup>63</sup>. Em outras palavras, a saída da sociedade salarial implica uma visão mais ampla que a meramente econômica. Em outra passagem, Gorz volta a este ponto: “O problema se situa no limite do cultural e do político. É preciso que as mentalidades mudem para que a economia e a sociedade possam mudar”<sup>64</sup>.

Mas, as dificuldades de uma tal “mutação cultural” são enormes. Para Gorz, se situam no âmbito do político, “no atraso da política a respeito da evolução das mentalidades”<sup>65</sup>. Está na dificuldade que a mentalidade política tem de superar o

horizonte de que os direitos da pessoa não precisam necessariamente estar assentados no direito ao trabalho.

É indiscutível que, na sociedade industrial capitalista, o “trabalho” tenha servido de grande instrumento jurídico e econômico de inserção das pessoas na sociedade. Atualmente, devido às mudanças ocorridas no mundo do trabalho por influência da revolução tecnológica em curso e da financeirização do capital, parece ter havido uma mudança de sinal. O trabalho deixa, cada vez mais, de ser fator de inclusão para sedimentar a exclusão e a desigualdade. O trabalho deixa de cumprir sua função, na medida em que sua força é mais desestabilizadora e fonte de privilégios para uma pequena elite<sup>66</sup>. Assim, o desencanto com o trabalho aciona a necessidade de colocar em ação a “nossa capacidade de encantar outros espaços que não os da produção”<sup>67</sup>. Gorz acredita numa sociedade em que o trabalho pode voltar a assumir outras formas, mais ricas, mais plenas de sentido.

---

61 AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Scritta, 1995. p. 107.

62 GORZ, 1997, p. 91.

63 GORZ, loc. cit.

64 *Ib.*, p. 101.

65 *Ib.*, p. 108.

66 Cf. GORZ, André. *Métamorphoses du travail*. Quête du sens. Paris: Galilée, 1988, a primeira parte ‘Métamorphoses du travail’.

67 MÉDA, 1995, p. 309.

## 2 O conceito de trabalho em André Gorz

O trabalho tornou-se, especialmente a partir do final do século XVII e princípio do século seguinte, aquilo que Dominique Méda denomina de “fato social total”. Em nossa sociedade, o trabalho foi elevado a fator estruturante da organização econômica, política e social. “Ele estrutura não somente a nossa relação com o mundo, mas também as nossas relações sociais. Ele é a relação social fundamental. Está, além disso, no centro da visão de mundo que é a nossa [...]”<sup>68</sup>. O trabalho é a roda que gira a economia e a sociedade. Uma vez que o trabalho é colocado no centro da sociedade, essa passa a se identificar como sociedade do trabalho e na qual este é o seu fundamento.

Para que as sociedades se transformassem em sociedades do trabalho, este teve que sofrer uma mutação em sua natureza. Na prática, o trabalho, reconhecido como tal pela sociedade, é a forma particular de trabalho remunerado ou mais comumente entendido como emprego. É este tipo de atividade que “se tornou a principal fonte de renda que permite aos indivíduos viver, mas que é também uma relação social fundamental [...] e finalmente o meio para alcançar a abundância”<sup>69</sup>. Todo o “trabalho”, deve, portanto, ter as seguintes condições: ser remunerado, ser realizado em vista da obtenção de uma renda, ser uma atividade social e socialmente definida e mediante a qual se alcança a abundância, isto é, as riquezas.

Na verdade, é a forma particular de trabalho chamado emprego que foi projetado para o cen-

tro da sociedade industrial. Esta forma particular e historicamente curta de trabalho é a mais difundida e valorizada. Não é por nada que a escassez de empregos provoca tanto frenesi em todos os setores da sociedade, especialmente no meio político. É porque seu desaparecimento coloca em xeque a estrutura inteira da nossa sociedade<sup>70</sup>. Tirar o emprego é o mesmo que abrir um abismo intransponível diante de nós. A crise de empregos que todas as sociedades ocidentais hoje experimentam, em menor ou maior grau, aponta para a sua centralidade nestas sociedades, mas, historicamente, também denuncia, a nosso ver, um “reducionismo”<sup>71</sup> da noção e da natureza daquilo que denominamos trabalho.

Por outro lado, o conceito genérico “trabalho” esconde muitas formas de atividades praticadas, como veremos mais adiante. O termo “trabalho” serve como uma espécie de guarda-chuva que abriga todas as atividades humanas. Na sociedade do trabalho, “todo ato humano é trabalho”<sup>72</sup>. É trabalho a atividade realizada pela mulher que cuida das crianças em casa; é trabalho aquilo que o operário faz na indústria; é trabalho a composição de uma música ou o ato de pintar um quadro; é trabalho o parto realizado pela grávida... A noção “trabalho” tornou-se onipresente. O trabalho é como o ar que se respira. Tudo remete a ele e tudo dele depende.

Atacar o “trabalho”, ou dizer que estamos caminhando para o “fim do trabalho”, é um ato de

---

68 MÉDA, 1995, p. 26.

69 *Ib.*, p. 8.

70 MÉDA, 1995, p. 26.

71 Na perspectiva aberta por Gorz, a rigor, não se pode falar em “redução” da noção de trabalho, pois a concepção moderna de trabalho é antes uma invenção sem precedentes na história da humanidade. Nesta linha de pensamento, vai também Méda. Não se pode pensar que a economia teria operado uma redução em relação a um conceito ou uma realidade mais rica e mais ampla do trabalho, o que “seria cometer um contra-senso, pois esse famoso conceito ou esta famosa realidade não existia anteriormente, nem em si nem como representação”. MÉDA, *op. cit.*, p. 68.

72 *Ib.*, p. 101.

vandalismo injustificado contra a sociedade do trabalho.

Várias perguntas nascem do que foi exposto: Como o trabalho veio a ser o que é hoje? Se ele engloba todas as atividades humanas, como é possível defini-lo ou mesmo descrever sua especificidade? A saída para a crise do emprego é realmente alargar a noção de trabalho a tal ponto que todas as atividades devem ser remuneradas, como preferem alguns? Ou devem-se colocar limites a essa tentativa de mercantilização de todas as atividades e esferas humanas?

Dois são, portanto, os objetivos que iremos perseguir neste capítulo: num primeiro momento, procuraremos definir o que é o emprego e quais são as suas implicações para a nossa sociedade; num segundo momento, passaremos a definir o que entendemos por trabalho e acenar para as novas possibilidades que esta concepção de trabalho pode trazer para uma sociedade de multiatividades. Antes, porém, se faz necessário discorrer sobre como o trabalho chegou a ser o que é hoje e que fatores foram determinantes para que a nossa sociedade viesse a se compreender como uma sociedade assalariada. Dessa maneira, queremos contribuir para um debate sobre a natureza e o lugar do trabalho na nossa sociedade e, ao mesmo tempo, perceber a força potencializadora que uma outra compreensão do trabalho pode assumir na construção de uma nova organização social.

## 2.1 A invenção moderna do trabalho

Gorz parte da constatação de que, historicamente, o trabalho nem sempre foi aquilo que ele é hoje. O que nós nos acostumamos a chamar “trabalho” é uma invenção da modernidade. A forma sob a qual o conhecemos, praticamos e o

situamos no centro da vida individual e social, foi inventada, e em seguida generalizada com o industrialismo”<sup>73</sup>. A compreensão que dele temos e o lugar que lhe damos, são novos. Ele ocupou outro lugar em outras sociedades<sup>74</sup>.

No entanto, para uma visão mais ampla e menos asfixiante da noção de trabalho um olhar de longo prazo pode ser útil. Gorz olha, particularmente, para a realidade e o significado desta realidade que denominamos trabalho entre os gregos.

Os gregos faziam uma diferenciação mais aguda entre as atividades que constituíam a *vita activa*. Eles distinguiam o labor, o trabalho e a ação. O *labor* diz respeito à luta pela sobrevivência física do corpo. É realizado em vista da manutenção da vida e da sobrevivência da espécie humana. O labor está associado ao processo biológico do corpo. Há uma estreita relação entre produção e consumo. Tudo o que é produzido pelo labor é destinado ao consumo imediato, motivo pelo qual não deixa nada atrás de si<sup>75</sup>. O labor reúne estas características: é menosprezado, não glorificado, pertence ao reino das necessidades, é realizado na esfera doméstica ou privada e distingue-se pela sua transitoriedade. Está no degrau mais baixo da hierarquia de valores do ideal grego. Enfim, é marcado pela eterna circularidade entre produção e consumo.

Um segundo grupo de atividades é aquele denominado de *trabalho*<sup>76</sup>.

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita a vida de cada indivíduo, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.<sup>77</sup>

73 GORZ, André. *Métamorphoses du travail*: quête du sens. Critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988. p. 25.

74 Para ver como o trabalho era compreendido por outras sociedades, conferir: MÉDA, 1995, p. 30-59; POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 62-75.

75 Cf., ib., p. 98.

76 Vale a pena recordar que entre os gregos não havia uma noção unívoca que englobasse os diferentes ofícios e ‘produtos’. Cf. MÉDA, 1995, p. 39.

77 ARENDT, 1989, p. 15.



O *homo faber*, em contraposição ao “animal laborans”, que requer o organismo humano por inteiro, caracteriza-se pelo uso das mãos. Com elas o homem fabrica a infinita variedade de coisas que o rodeiam e passam a constituir a sua mundanidade<sup>78</sup>. O *homo faber* é dependente das suas mãos; elas são o seu instrumento primordial<sup>79</sup>. Nesse sentido, o homem já não mais labora, mas obra.

Se o labor combina necessidade e futilidade, o trabalho combina permanência e liberdade. O trabalho, também chamado de *poiësis*, não está mais a serviço das necessidades e dos constrangimentos materiais da subsistência. Por esse motivo, ele pode prescindir deste nível elementar e tornar-se criação, inovação, expressão, realização de si.

A terceira atividade fundamental da *vita activa* é a *ação* ou a *praxis*. “A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo”<sup>80</sup>.

Quatro são as características básicas que distinguem a ação, tanto do labor como do trabalho: a pluralidade, a não-mediação material, o fato de ser exercida na esfera pública e a liberdade. “No homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se singularidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares”<sup>81</sup>. A singularidade própria da ação aparece na sua intransferibilidade. É possível que alguém faça outros trabalharem no seu lugar e assim lhe providenciam a sobrevivência, mas não é possível que abdique do discurso e da ação, uma vez que “trata-se de uma iniciativa

da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano”<sup>82</sup>. Não há vida humana sem ação.

Ao contrário do labor e do trabalho, a ação não tem mediação material. A práxis é exercida diretamente entre as pessoas. A ação e o discurso são capacidades humanas imprescindíveis. “Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares [...]”<sup>83</sup>. Cada ser humano se revela plenamente aos outros naquilo que é, comunicando-se. É no discurso e na ação que ele se mostra aos outros na sua individualidade.

Por essas razões, o lugar próprio da ação ou da práxis é a esfera pública, não a vida privada. A polis grega é o lugar por excelência onde se constrói a comunidade pelo agir e pelo falar, mas também o lugar da aparência.<sup>84</sup>

A ação produz uma realidade distinta da do labor e do trabalho; o “produto” mais imediato da ação é a realidade do próprio eu, da própria identidade ou a realidade do mundo circundante. A práxis não produz objetos, mas acima de tudo reflexões, ensinamentos, relações. Refere-se à produção de sentido, à produção do humano nas pessoas e elas entre si. Por isso a insistência de que “só a ação é prerrogativa exclusiva do homem”<sup>85</sup>. Mas, tal só pode ser alcançado num espaço em que predomina a liberdade. É evidente que, neste estágio, o suposto fundamental é que as necessidades já tenham sido atendidas. A polis não nega a esfera privada, o espaço da família, da “economia”, da necessidade, mas a transcende. A vida doméstica só existe em função da vida na *polis*. “A esfera da *polis* era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural

---

78 Ib., p. 149.

79 Ib., p. 157.

80 Ib., p. 15.

81 ARENDT, 1989, p. 189.

82 ARENDT, loc. cit.

83 Ib., p. 192.

84 Ib., p. 211.

85 ARENDT, 1989, p. 31.

para a liberdade na *polis*<sup>86</sup>. Por isso, cada cidadão “se esforçava para reduzir ao mínimo o peso das necessidades da vida”<sup>87</sup>, para poder dispor de mais tempo para a polis.

Como se vê, os gregos estabeleceram uma hierarquização das atividades constitutivas da *vita activa*. Nessa hierarquia, a práxis ocupava o lugar mais alto, ao passo que o *labor* ocupava o degrau mais baixo<sup>88</sup>. Destacar esse aspecto é importante para perceber com mais clareza a mutação de valores que a sociedade industrial irá introduzir na sua percepção do mundo e das atividades humanas.

O “trabalho” entre os gregos não gozava de nenhuma simpatia. Pelo contrário, era visto como algo degradante, como um castigo, como algo que denegria a imagem de ser humano e de cidadão. Dessa maneira, o trabalho não podia ser o fundamento do laço social. As ligações sociais estavam antes fundadas em outros lugares, que não na “economia”. Os costumes, as leis, a magia e a religião, eram suportes fundamentais para a coesão e a integração social. Eles constituíam um todo, no qual a organização econômica representava apenas um elemento<sup>89</sup>. A rigor, como enfatiza Gorz, o *labor* não pode jamais ser o fundamento da coesão social, pois não é isso que ele realiza: “este trabalho necessário para a subsistência não pode jamais converter-se num fator de integração social. Era, antes, um princípio de exclusão: aqueles que o realizavam eram tidos como inferiores em todas as sociedades pré-modernas”<sup>90</sup>. Mais do que incluir, ele exclui; mais do que conduzir à igualdade entre todas as pessoas, ele introduz irremediavelmente a submissão e a heteronomia.

Gorz relê os gregos especialmente a partir das noções de labor e trabalho e diz que aquilo que

nós chamamos de “trabalho” não é rigorosamente nem labor nem trabalho, porém é uma simbiose das duas atividades. Para ele, esse novo trabalho tem as seguintes características:

a) É realizado na esfera pública<sup>91</sup>. Ele sai do esconderijo da esfera privada a que era submetido no mundo antigo e passa a ser realizado no coração do espaço público, à vista de todos. Havia, no mundo antigo, uma certa simetria entre a esfera privada, o mundo da família e a economia. “A maior parte da economia é uma atividade privada que não se desenvolve à luz do dia, na praça pública, mas no seio do domínio familiar”<sup>92</sup>. O “novo” trabalho precisa ser “demandado, definido, reconhecido como útil pelos outros”<sup>93</sup>.

b) É um esforço humano remunerado. O trabalho reconhecido como útil pela sociedade é aquele que é remunerado. Essa é a principal característica do trabalho moderno. “Pelo trabalho remunerado (e mais particularmente pelo trabalho assalariado) é que pertencemos à esfera pública, conseguimos uma existência e uma identidade sociais (ou seja, uma “profissão”), estamos inseridos numa rede de relações e intercâmbios na qual nos medimos com os outros e nos são conferidos direitos sobre eles em troca de nossos deveres para com os mesmos”<sup>94</sup>. A transformação do trabalho assalariado no principal elemento de socialização foi responsável não só para que a sociedade industrial se distinguísse de todas as sociedades precedentes, mas para que se autodenominasse como “sociedade de trabalhadores”<sup>95</sup>.

c) É fator de exclusão social. É fazendo esta volta ao passado, que Gorz alerta para o fato de que o trabalho necessário para a sobrevivência nunca pôde converter-se num fator de integração

86 *Ib.*, p. 40.

87 GORZ, 1988, p. 28.

88 Cf. ARENDT, 1989, p. 25-6; MÉDA, 1995, p. 46.

89 Cf. POLANYI, *op. cit.*, p. 75.

90 GORZ, 1988, p. 26.

91 Cf. GORZ, 1988, p. 25, 27-8.

92 *Ib.*, p. 27.

93 *Ib.*, p. 25.

94 GORZ, 1988, p. 25-6.

95 Cf., *ib.*, p. 26.

social. Ao contrário, sempre funcionou como princípio de exclusão social. E isso porque aqueles que o realizavam sempre eram tidos como inferiores (escravos, mulheres...), pois pertenciam ao reino da necessidade<sup>96</sup>. A satisfação das necessidades excluía da cidadania, pois impedia a participação na polis. Fazendo a distinção entre labor e trabalho, Gorz é capaz de desvendar a incapacidade de libertação no trabalho, uma vez que ele sempre se realiza em condições de poder extremamente desiguais.

A perspectiva de inclusão social que o trabalho moderno arroga para si esconde uma outra mutação na natureza do trabalho: de algo desprezível, para os antigos, transforma-se numa virtude, num valor<sup>97</sup>. Por não ser um valor para os antigos, a própria idéia de “trabalhador” era inconcebível: “condenado à servidão e à reclusão na domesticidade, o ‘trabalho’, longe de conferir uma ‘identidade social’, definia a existência privada e excluía do domínio público àquelas e àqueles que estavam submetidos a ele”<sup>98</sup>.

## 2.2 A emergência da racionalidade econômica

Para Gorz, a idéia moderna de trabalho é contemporânea do capitalismo industrial. A indústria, como modo de produção, ganha relevo apenas no século XVIII. Até aí, a “produção material” não estava, em seu conjunto, regida pela racionalidade econômica<sup>99</sup>. Mas, vários fatores foram decisivos para que a economia e, particularmente, o trabalho, fossem submetidos à lógica da racionalidade econômica. Vejamos, a seguir, três desses fatores que contribuíram para evidenciar uma mudança de paradigma.

a) O trabalho como *medida*. Para Dominique Méda, a “Riqueza das Nações”, de Adam Smith, marca uma ruptura em relação ao contexto intelectual da época e constitui uma inversão na ordem dos valores. Até começos do século XVIII, havia uma forte condenação da vontade de enriquecimento, e o trabalho, uma ausência completa nas obras dos intelectuais. Mas tudo isso muda, e muda rapidamente. As experiências e pesquisas que têm por objetivo aumentar a busca das riquezas, são francamente incentivadas, e o trabalho passa a ser um tema importante na economia política. O trabalho torna-se o meio por excelência para aumentar a riqueza<sup>100</sup>.

Segundo Smith, o trabalho aparece sob dois aspectos: primeiro, o trabalho do indivíduo apresenta-se como uma dispensa física, que tem por corolário o esforço, a fadiga e a pena e que admite por tradução concreta uma transformação material do objeto; segundo, o trabalho é descrito como uma substância homogênea idêntica em todos os tempos e lugares e infinitamente divisível em *quantums* (em “átomos”)<sup>101</sup>. E assim está dado um dos elementos constitutivos do trabalho entendido como emprego. O tempo de trabalho é elevado a critério para medir e comparar quantidades diferentes de trabalho. “O trabalho é divisível em quantidades idênticas e é possível decompor todo o trabalho complexo em múltiplas quantidades de trabalho simples, mas também de combinar o mais inteligentemente possível essas diferentes quantidades em muitas operações”<sup>102</sup>.

b) O trabalho como *riqueza*. O trabalho não é visto só como critério de medida, mas progressivamente, e principalmente, como criador de riquezas, isto é, como fator de produção. Várias reduções, no entanto, são necessárias para se chegar

96 GORZ, loc. cit.

97 Cf. MÉDA, 1995; CHAUI, Marilena. Introdução. LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999. p. 9-56.

98 GORZ, 1988, p. 28.

99 GORZ, 1988, p. 28-9.

100 Cf. MÉDA, 1995, p. 60-2.

101 Cf. ib., p. 62.

102 MÉDA, 1995, p. 63-4.

a isso. Uma primeira diz respeito à redução do trabalho ao trabalho produtivo, excluindo todas as atividades que, mais tarde, passariam a ser chamadas de “serviços”. Produtivo é só aquele trabalho que produz valor. Mas, e o que é riqueza? Portanto, uma segunda redução é necessária. Malthus concebe uma visão de riqueza extremamente redutora. Para ele a riqueza deve ser passível de ser medida, calculada. E uma concepção demasiado ampla não presta para isso, portanto, não é prática. A riqueza deve ser limitada aos objetos materiais:

Chamo riqueza os objetos materiais necessários, agradáveis ou úteis ao homem, e que são voluntariamente apropriados pelos indivíduos ou nações às necessidades que eles experimentam. A definição deste modo limitada contém quase todos os objetos que nós temos ordinariamente em vista ao falar da riqueza. [...] Um país será rico ou pobre, segundo a abundância ou a raridade dos objetos materiais dos quais é dotado, relativamente à vastidão de seu território.<sup>103</sup>

Essa escolha é extremamente importante para se compreender a economia na sociedade capitalista, bem como a crise em que a nossa sociedade está mergulhada por conta da revolução informacional<sup>104</sup>. Ao mesmo tempo, ela é importante pelas conseqüências que tem para a definição do trabalho, pois a concepção redutora de riqueza entranha uma concepção redutora de trabalho. “Trabalho significa, de agora em diante, trabalho produtivo, isto é, o trabalho exercido sobre os objetos materiais e intercambiáveis, a partir dos quais o valor acrescentado é sempre visível e mensurável”<sup>105</sup>. O “estrago” está feito. Mais do que uma invenção da modernidade, o trabalho assim compreendido é, na verdade, uma invenção dos economistas. Compreende-se como tra-

balho “toda atividade capaz de acrescentar valor a um objeto material”<sup>106</sup>.

c) O trabalho como *mercadoria*. No contexto dos valores emergentes da principiante sociedade industrial, o trabalho constituiu o símbolo da autonomia individual. Essa idéia está fortemente presente em Locke, que havia fundado o direito à propriedade, precisamente no exercício de suas faculdades por parte de cada indivíduo, e não mais sobre uma ordem natural. “Cada um tem um direito particular sobre sua própria pessoa, sobre a qual nenhuma outra pessoa pode ter nenhuma pretensão. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, podemos dizer, são seu próprio bem”<sup>107</sup>. Ou seja, o direito à propriedade está agora estreitamente relacionado ao trabalho, e este fundado sobre a emergência do indivíduo.

O trabalho em sociedade permite aos indivíduos negociar seus talentos, viver com sua força de trabalho. Mas o trabalho em si torna-se objeto de troca. O mercado passa a receber outra mercadoria que não os simples produtos feitos ao menos por uma parcela dos homens: o trabalho<sup>108</sup>. Ele pode ser vendido e comprado no mercado como outra mercadoria qualquer. Para que seja uma mercadoria, no entanto, o trabalho necessita de dois outros ingredientes: primeiro, que ele possa ter um preço, isto é, de que seja uma atividade passível de ser comprada e vendida; segundo, a possibilidade de que uma parte da atividade humana possa ser separada de seu sujeito. Agora, portanto, o trabalho é conhecido como uma “quantidade de esforço físico mensurável que se inscreve duradouramente sobre um objeto material e desde logo suscetível de aumentar o seu valor e que sua ‘mercantilização’ é possível”<sup>109</sup>.

103 MALTHUS, Th. *Principes d'économie politique considérés sous le rapport de leur application pratique*. Paris: Calmann-Lévi, 1969. p. 14. (apud MÉDA, 1995, p. 67).

104 Há um amplo debate sobre a insuficiência da noção de riqueza e a necessidade de voltar a ampliá-la. O próprio Gorz entra neste debate. Ver especialmente GORZ, André. *L'Immatériel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée, 2003c; MÉDA. *Qu'est-ce que la richesse?* Paris: Champs, 1999; *Revue du Mauss*, Paris, n. 21, premier semestre 2003.

105 MÉDA, 1995, p. 68.

106 MÉDA, loc. cit.

107 LOCKE, J. De la propriété des choses. In: \_\_\_\_\_. *Traité du gouvernement civil*. Paris: GF-Flammarion, 1992. (apud MÉDA, 1995, p. 69).

108 MÉDA, 1995, p. 70.

109 *Ib.*, p. 71.

Na perspectiva dos teóricos do século XVIII, o trabalho está estreitamente relacionado à liberdade do indivíduo. O trabalho é sinônimo e fator de liberdade. A autonomia, por excelência, brota do trabalho. Por outro lado, inventa-se um conceito de trabalho imediatamente material, quantificável e mercantil. Que revolução!

E por se tratar de uma “revolução” no sentido pleno da palavra, convém que se veja com mais atenção o que realmente está em jogo, pois isso é de extrema importância para o que segue e mesmo para fundamentar a distinção que Gorz faz entre emprego e trabalho e entre atividades mercantis e atividades não mercantis<sup>110</sup>.

“Para se consolidar, a economia de mercado – sistema no qual a mercadoria é a forma dominante de mediação das trocas – precisa também de um mercado para a ‘mercadoria’ força de trabalho”<sup>111</sup>. O trabalho torna-se mercadoria na medida em que ele pode ser vendido e comprado por um determinado preço no mercado de trabalho. Mas, o que são mercados e mercadorias? Para Polanyi, mercadorias são “objetos produzidos para a venda no mercado; por outro lado, os mercados são definidos empiricamente como contatos reais entre compradores e vendedores”<sup>112</sup>.

Qual é a condição para que se institua um “mercado” para a “mercadoria” trabalho? Segundo Offe, “esta solução requer a existência de mão-de-obra assalariada ‘livre’, isto é, de transformação da força de trabalho em mercadoria (‘trabalho assalariado’), assim como de sua libertação dos vínculos normativos [...]”<sup>113</sup>. Offe avança na reflexão adiantando que “um mercado de trabalho livre existe quando, e somente quan-

do, os trabalhadores (seguindo a conhecida frase de Marx) são livres no duplo sentido, ou seja, ‘como pessoas livres, podem dispor de sua força de trabalho como mercadoria própria’ e ‘são desprovidos de tudo o mais necessário à realização de sua força de trabalho’<sup>114</sup>, isto é, são livres de propriedade. Há um consenso em torno do fato de que a institucionalização de um mercado de trabalho é característica central do capitalismo.

Polanyi adverte, no entanto, que o trabalho, a terra e o dinheiro, os três elementos fundamentais da indústria no capitalismo “obviamente não são mercadorias”<sup>115</sup>. E isso porque nenhum deles é produzido para a venda, fato pelo qual são mercadorias fictícias<sup>116</sup>. Contudo, como Polanyi é forçado a reconhecer, “a ficção da mercadoria oferece um princípio de organização vital em relação à sociedade como um todo [...]”<sup>117</sup>.

A partir da distinção entre mercadoria genuína e mercadoria fictícia, feita por Polanyi, é possível, então, destrinchar as razões pelas quais o trabalho – assim como o dinheiro e a terra – não é uma mercadoria genuína<sup>118</sup>.

Primeira razão: a força de trabalho difere das mercadorias genuínas pelo fato de não ser criada com o objetivo de ser vendida no mercado. Com base em Polanyi, Offe diz o seguinte: “A decisão de produzir a mercadoria fictícia trabalho não é tomada pelas empresas orientadas para o mercado, mas pelas famílias e outros agentes de socialização cujas motivações são amplamente distintas da negociabilidade”<sup>119</sup>.

Segunda razão: a força de trabalho difere das mercadorias convencionais por sua variabilidade e flexibilidade. “O que o agenciador de mão-de-obra

---

110 Cf. GORZ, 1988, p. 173-211.

111 SILVA, Josué Pereira da. Cidadania e/ou trabalho: o dilema da questão social neste final de século. *Idéias*, Campinas, v. 5, n. 2-v. 6, n. 1, p. 131, 1998-1999.

112 POLANYI, 2000, p. 93.

113 OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 71.

114 *Ib.*, p. 71.

115 POLANYI, op. cit., p. 94.

116 POLANYI, loc. cit.

117 POLANYI, 2000, p. 94.

118 Para o que segue cf. OFFE, 1995, p. 76-8.

119 *Ib.*, p. 76.

compra no mercado de trabalho não é ‘trabalho’, mas *força* de trabalho”<sup>120</sup>.

Terceira razão: a “mercadoria” força de trabalho não é claramente separável de seu proprietário.

Todo comprador da força de trabalho deve contar com a ‘participação’ do trabalhador, pois, por um lado, o comprador não pode controlar exclusivamente a mercadoria adquirida e, por outro, a utilização da força de trabalho está inevitavelmente ligada à cooperação de seus proprietários. O trabalhador precisa também *querer* trabalhar.<sup>121</sup>

Resumidamente, podemos dizer que “a história da formação do mercado de trabalho, da instituição do trabalho assalariado como meio de inserção social, é a própria história da transformação da força de trabalho em mercadoria, ou seja, de sua ‘mercadorização’”<sup>122</sup>.

## 2.3 O trabalho como essência do homem

O século XVIII foi longe na concepção de trabalho ao caracterizá-lo como valor e fator de produção de riqueza e proporcionar, assim, os elementos estruturantes da nova natureza do trabalho, entendido modernamente como emprego. O século XIX, sobretudo, com Hegel e Marx, avança nesta concepção de trabalho, ao elevá-lo à essência mesma do homem. O século XIX termina com a evidência de que o homem não mais se autocompreende sem a referência ao trabalho. A realização do homem moderno depende grandemente da sua vinculação ao trabalho, uma vez que este passa a ser, ao mesmo tempo, fator de sobrevivência, de humanização, de integração social, de auto-estima e de utilidade social.

Em Hegel, o conceito de trabalho está relacionado ao de Espírito. Hegel chama de traba-

lho a atividade espiritual pela qual o Espírito se opõe a um dado exterior para se conhecer a si mesmo, se inventa diversos obstáculos exteriores para se obrigar a descobrir suas potencialidades. O Espírito trabalha, pois, sem cessar, até o fim da História. Dessa forma, o trabalho é o mediador entre a natureza e o Espírito. Pelo trabalho o homem destrói o natural e se faz sempre mais humano<sup>123</sup>.

Na medida em que o trabalho designa a atividade espiritual em si, Hegel enriquece e transforma o conceito de trabalho dos economistas, mas emprega o mesmo termo para o conjunto do processo, isto é, “para a vida do Espírito, que é perpétuo aprofundamento de si e que toma formas cada vez mais espirituais (instituições políticas, obras artísticas, religiões, sistemas filosóficos) e para o trabalho industrial, que é apenas uma das formas que a história da humanidade toma”<sup>124</sup>. Veja-se a polissemia que há entre as duas noções de trabalho.

Gorz diz que o conceito de trabalho em Hegel

designa a essência comum da totalidade das atividades pelas quais o sujeito se inscreve e se objetiva na materialidade do mundo, configura o mundo e, ao fazer isso, também produz a *si mesmo*. Trabalho designa a essência comum do conceber, do fazer, do fabricar e do agir, que até então eram categorias incomensuravelmente distintas.<sup>125</sup>

E isso significa, segundo Gorz uma revolução filosófica e cultural de extraordinário alcance político.

Marx realiza a inversão hegeliana, transferindo o trabalho do Espírito para o dos homens. São os homens, pela sua labuta cotidiana, pela sua inventividade e utensílios, mediante o trabalho, os construtores da História: “A história dita universal não é outra coisa que a geração do homem pelo trabalho humano e o devir da natureza

120 *Ib.*, p. 77.

121 OFFE, 1995, p. 78.

122 SILVA, 1998, p. 133.

123 Cf. MÉDA, 1995, p. 7.

124 *Ib.*, p. 99.

125 GORZ, André. Entretien avec André Gorz. In: GOLLAIN, Françoise. *Une critique du travail*. Paris: La Découverte, 2000a. p. 220.

para o homem”<sup>126</sup>. Segundo Méda, esta afirmação deve ser compreendida como a de uma verdadeira identidade: “a essência do homem é o trabalho. O homem só pode existir trabalhando [...] o homem não é plenamente homem, segundo Marx, se não imprimir em todas as coisas a marca de sua humanidade”<sup>127</sup>. O trabalho é, então, em Marx, sobretudo expressão: “o trabalho é toda atividade humana que permite exprimir a individualidade daquele que a exerce. Mas exprimir-se *para* o outro, portanto, de mostrar ao outro ao mesmo tempo sua singularidade e seu pertencimento ao gênero humano”<sup>128</sup>. Aparece, assim, com o surgimento do proletariado o “trabalho abstrato, trabalho-mercadoria, mensurável, quantificável, indiferente a seu conteúdo, destacável dos indivíduos intercambiáveis que o executam”<sup>129</sup>.

O trabalho ganha relevo como o fator de relação social por excelência. Em Marx, o trabalho possui uma tríplice qualidade: “de me revelar a mim mesmo, de revelar minha sociabilidade e de transformar o mundo”<sup>130</sup>.

Chegamos, portanto, ao ápice de uma nova compreensão do conceito de trabalho. Sua natureza, seu lugar e sua importância mudaram profundamente. Como não concordar com Marx, ou mesmo com Polanyi, quando estes se debruçam sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo industrial, e concluem tratar-se de uma verdadeira “revolução” ou uma “transformação” de proporções nunca antes vistas?

Mas, efetivamente, o que aconteceu com o conceito de trabalho? De maneira esquemática podemos dizer que ele sofreu as seguintes transformações:

1) Na conjunção com a nova realidade do capitalismo industrial, aliado a uma nova compreensão da ciência, o trabalho tornou-se *fator de dominação*. O Ocidente pode ser lido como aquele que efetuou inicialmente uma mutação na maneira de conceber e fazer ciência. Ainda no final do século XVI, Francis Bacon defendia apaixonadamente uma finalidade prática para a ciência ao querer sua vinculação à indústria. Dedicava-se à afirmação da idéia “de que o saber devesse produzir seus frutos na prática, de que a ciência devesse ser aplicável à indústria, de que os homens tivessem o dever sagrado de se organizarem para melhorar e para transformar as condições de vida”<sup>131</sup>.

Mas, o ideal de todo o Ocidente foi expresso com a máxima clareza por Descartes, na primeira metade do século XVII. Evocando “alguns conhecimentos gerais” que havia adquirido em física, Descartes explicava que

eles me fizeram ver que é possível chegar a conhecimentos que sejam úteis à vida, e que no lugar desta filosofia especulativa que se ensina nas escolas, podemos encontrar uma prática, através da qual, conhecendo a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos circundam, tão distintamente quanto conhecemos os diversos ofícios de nossos artesãos, nós poderíamos empregá-los da mesma maneira a todos os usos aos quais são apropriados, e assim nos tornarmos como mestres e possuidores da natureza.<sup>132</sup>

Ser mestres e dominadores da natureza: esse é o grande ideal do Ocidente. Esse ideal, com ares de sagrado, perdura até hoje. Ciência e indústria andam de mãos dadas para subjugar a natureza e os homens através do trabalho. O trabalho, submetido à lógica da razão instrumental-analítica,

126 MARX, Karl. *Ebauche d'une critique de l'économie politique*. In: *Oeuvres, Economie*. Paris: Gallimard, 1979. p. 89 (apud MÉDA, 1995, p. 100).

127 MÉDA, 1995, p. 100-101. O grifo é da autora.

128 *Ib.*, p. 103. O grifo é da autora.

129 GORZ, 2000a, p. 220.

130 MÉDA, *op. cit.*, p. 104.

131 FARRINGTON, B. *Francesco Bacone filosofo dell'età industriale*. Turim: Einaudi, 1952. p. 23. (apud DE MASI, Domenico. *A sociedade pós-industrial*. São Paulo: Ed. SENAC, 1999. p. 12).

132 DESCARTES, René. *Discours de la méthode*. 1637. In: *Oeuvres et Lettres*. Paris: Gallimard; La Pléiade, 1952. (apud BEAUD, Michel. *Le basculement du monde*. Paris: La Découverte, 1997, p. 91).

mostrou suas verdadeiras garras especialmente a partir do final do século XVIII. Este período relativamente curto da história da humanidade se caracteriza pela “ditadura do modo-de-ser-trabalho como intervenção, produção e dominação”<sup>133</sup>. O trabalho assim compreendido é fator de domínio, de subjugação, de posse, de apropriação, mas também de destruição. Os recursos naturais devem estar a serviço do homem e deve-se tirar da natureza, pelo trabalho, o máximo de proveito no mínimo de tempo. Esta é a grande lei do capitalismo. A lógica da razão instrumental é profundamente destruidora e antiecológica, realidade sobre a qual Gorz tem refletido e chamado a atenção. Por outro lado, a mesma racionalidade econômica aplicada à organização do trabalho leva indubitavelmente à crise do trabalho assalariado que hoje vivemos, como analisamos no capítulo precedente.

2) Para que o trabalho viesse a ser o que é em nossa sociedade foi necessário que se transformasse de atividade desprezível em *virtude*. O “labor” dos gregos foi edulcorado pelo capitalismo a tal ponto que todos querem ser assalariados: “Transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência”<sup>134</sup>. Na nova ordem, olha-se com desprezo para os que não querem se sujeitar ao trabalho assalariado. São vistos como vadios, vagabundos, preguiçosos, um fardo para a sociedade, um estorvo para o reto funcionamento da sociedade e que, portanto, precisam ser punidos<sup>135</sup>.

Há outras maneiras, todavia, mais sutis de provocar a adesão de todos e todas ao trabalho assalariado: desvalorizar as atividades não remuneradas, como Gorz insiste em chamar a atenção. Digno de consideração é apenas o trabalho feito em troca de um salário. Assim, não é por acaso que paira uma névoa de depreciação sobre as ati-

vidades não remuneradas, mas igualmente importantes quando vistas sob outra perspectiva. Dessa maneira, o capitalismo, valorizando exclusivamente a economia de mercado, acaba por destruir a economia plural.

3) O trabalho, da maneira como é praticado, sofreu uma *simbiose*. A grande crítica que Arendt faz a Marx consiste em dois elementos indissociáveis entre si: primeiro, que este passou a usar indistintamente labor e trabalho<sup>136</sup>; segundo, que, por conseguinte, todo trabalho passaria a ser labor, uma vez que todas as coisas seriam produzidas como funções do processo vital<sup>137</sup>. Logo, “a produção moderna está assentada na recorrência de um processo produtivo que, sem começo e sem fim determinados, nada deixa atrás de si e se realiza através da capacidade que todo o homem possui como participante do ciclo de sobrevivência e de reprodução da espécie”<sup>138</sup>.

Dada a valorização atribuída ao trabalho-labor, Marx, na perspectiva de Arendt, inverte a hierarquia tradicional. No ápice, Marx não mais situa a ação grega, mas o labor moderno. O ideal do homem moderno passa a ser o ideal do homem trabalhador, aquele e aquela que se satisfazem através da profissão, do ofício que executam. A realização humana se dá no trabalho e não mais fora dele.

Gorz fundamenta sua crítica do trabalho na reflexão de Arendt. Mas, em vez de falar em termos de inversão da ordem antiga, compreende a mutação como simbiose. O conceito moderno de trabalho reúne, numa mesma realidade, o labor e o trabalho antigos, na condição de que um não anula o outro, um não se sobrepõe ao outro, mas acabam formando algo distinto.

4) O trabalho foi submetido a uma *racionalização econômica*. Gorz está convencido de que a idéia moderna de trabalho é contemporânea da racionalização econômica, a qual só se impõe em épo-

133 BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 97.

134 MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 69.

135 Cf. CASTEL, 1998, particularmente a p. 249.

136 Cf. ARENDT, 1989, p. 98.

137 *Ib.*, p. 100.

138 WAGNER, Eugênia Sales. *Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho*. São Paulo: Ateliê, 2000. p. 96.



ca muito recente. Até por volta de 1830, o capitalismo industrial ainda coexistia com a indústria doméstica, o que revela não ser aquele de todo predominante. A indústria doméstica constitui para os tecelões, não simplesmente um meio de sobrevivência, mas “um *modo de vida* regido pelas tradições que – ainda que sejam irracionais do ponto de vista econômico – os próprios comerciantes capitalistas respeitam”<sup>139</sup>. E atendendo aos benefícios de ambas as partes envolvidas, “os comerciantes não pensam em sequer racionalizar o *trabalho* dos tecelões domiciliares, em colocá-los em competição entre si, em buscar racional e sistematicamente o maior benefício”<sup>140</sup>. Portanto, até então, a “produção material não estava, em seu conjunto, regida pela racionalidade econômica”<sup>141</sup>. Mas isso está para ser transformado radicalmente.

Gorz, para descrever este momento de “revolução”, transcreve um longo texto de Weber. A pergunta de fundo é: Que manobra ideológica e cultural foi capaz de transformar os camponeses em operários? Weber diz que foi o surgimento de um “novo espírito”, o “espírito do capitalismo moderno”<sup>142</sup>. Ele alega que a “forma de organização” dos produtores já era “capitalista”, mas que o “espírito que animava o empreendedor”, era ainda fundamentalmente “um negócio de cunho tradicionalista”<sup>143</sup>.

Para Gorz, o “novo” em tudo isso não é o “interesse” que os mercadores capitalistas tinham “em racionalizar a fabricação de tecidos, em conter o custo desta, em fazer esse custo rigorosamente calculável e previsível graças à quantificação e à normalização de todos os seus elemen-

tos”<sup>144</sup>, mas sim “que num certo momento da história os mercadores começaram a impô-lo a seus provedores, quando até então se haviam absterido de fazê-lo”<sup>145</sup>.

O espírito do capitalismo se caracteriza por sua “estreitez unidimensional, indiferente a toda consideração que não seja contábil, com a qual o empresário capitalista leva a racionalidade econômica às últimas conseqüências”<sup>146</sup>.

Uma das características fundamentais de uma economia capitalista individualista é ser racionalizada com base no cálculo rigoroso, dirigida com previsão e atenção para o sucesso econômico que é procurado, em chocante contraste, com a precária existência do camponês e com o tradicionalismo privilegiado do artesão da guilda e do ‘capitalismo aventureiro’[...].<sup>147</sup>

Na nova ordem de coisas que vai se instaurando por conta de todo o processo de racionalização há, contudo, do ponto de vista de cada indivíduo, uma irracionalidade, na medida em “o homem existe em razão de seu negócio, ao invés de se dar o contrário”<sup>148</sup>.

Para Gorz, a racionalidade econômica só foi possível no momento em que ela se emancipou de todos os outros tipos de racionalidade para submetê-los à sua ditadura<sup>149</sup>. É a perspectiva também aberta pela reflexão de Polanyi, para quem a existência de um mercado auto-regulável é a condição para “a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política”<sup>150</sup>. A importância de Polanyi está em mostrar, recorrendo a estudos de história e de antropologia, que todas as economias dos homens sempre estiveram submersas em suas relações sociais. Ou seja, que “o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais

139 GORZ, 1988, p. 29. O grifo é do autor.

140 GORZ, loc. cit. Grifo do autor.

141 GORZ, 1988, p. 29.

142 WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989. p. 44.

143 *Ib.*, p. 43.

144 GORZ, op. cit., p. 31.

145 GORZ, loc. cit.

146 *Ib.*, p. 32.

147 WEBER, 1989, p. 50.

148 *Ib.*, p. 46.

149 Cf. GORZ, 1988, p. 32.

150 POLANYI, 2000, p. 92.

desempenharam um papel importante na economia humana”<sup>151</sup>.

Até o século XIX, não havia qualquer motivação econômica, de tal sorte que o sistema econômico era mera função da organização social. Mas tudo isso está para mudar drasticamente. Na economia de mercado, “toda a produção é para venda no mercado, e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. Por conseguinte, há mercados para todos os componentes da indústria, não apenas para os bens [...], mas também para o trabalho, a terra e o dinheiro [...]”<sup>152</sup>. O resultado de tudo isso é a crescente mercantilização de tudo e a transformação da sociedade numa sociedade de mercado. As pessoas relacionam-se não mais diretamente entre si, mas através das coisas que produzem. A sociedade tornou-se um acessório do sistema econômico.

Na análise que Weber faz do mercado, “a comunidade de mercado, enquanto tal, é a relação prática de vida mais impessoal na qual os homens podem entrar”, e isso porque cada qual está “orientado exclusivamente pelo interesse nos bens de troca”<sup>153</sup>. Como deixaram claro Marx e Engels, esta nova ordem

[...] não deixou subsistir entre homem e homem outro vínculo que não o interesse nu e cru (*das nackte Interesse*), o insensível ‘pagamento em dinheiro’. Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca [...].<sup>154</sup>

Ou como afirma Weber, “o mercado, em plena contraposição a todas as outras comunidades, que sempre supõem confraternização pessoal e, quase sempre, parentesco de sangue, é, em suas raízes, estranho a toda confraternização”<sup>155</sup>.

O processo que levou à racionalização econômica foi, de longe, a tarefa mais difícil de ser alcançada pelo capitalismo industrial. Quatro fatores foram essenciais para que o trabalho se tornasse uma mercadoria, ainda que *sui generis*: primeiro, o custo do trabalho deveria poder ser calculável e previsível com precisão; segundo, era preciso tornar calculável o seu rendimento para que pudesse ser tratado como uma magnitude material quantificável; terceiro, para ser uma grandeza passível de ser medida, o trabalho deveria poder ser destacável do trabalhador, isto é, ganhar status de coisa independente; e quarto, o trabalhador deveria entrar no processo de produção como simples força de trabalho, despojado de sua personalidade, de seus objetivos, de seus desejos próprios, a fim de poder estar a serviço de fins inteiramente alheios aos seus<sup>156</sup>. As satisfações pessoais que podia, eventualmente, tirar do seu trabalho ficam em segundo plano.

Por tudo isso, é justo concluir que a racionalização econômica do trabalho

foi uma revolução, uma subversão do modo de vida, dos valores, das relações sociais e da natureza, em essência, a *invenção* no sentido pleno do termo de algo que nunca havia existido. A atividade produtiva foi esvaziada de seu sentido, de suas motivações e de seu objeto para se tornar simples *meio* de ganhar um salário. Ela deixou de fazer parte da vida para se tornar o *meio* de ‘ganhar sua vida’. O tempo de trabalho e o tempo de viver foram separados; o trabalho, seus instrumentos, seus produtos adquiriram uma realidade separada da do trabalhador e a depender de decisões estranhas.<sup>157</sup>

E assim se deu o nascimento do trabalho entendido como emprego.

---

151 *Ib.*, p. 62.

152 *Ib.*, p. 90.

153 WEBER, Max. *Economía e sociedad*. 12. reimpr. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 494.

154 MARX; ENGELS, 1999, p. 68.

155 WEBER, 1998, p. 494.

156 GORZ, 1988, p. 34-5.

157 *Ib.*, p. 36.

## 2.4 Da libertação no trabalho para a libertação do trabalho: a evolução de Gorz

Dominique Méda, com o intuito de diferenciar os debates sobre o trabalho, divide os escritos sobre esse tema em duas grandes correntes: a essencialista e a historicista<sup>158</sup>, que são retomadas posteriormente por Françoise Gollain<sup>159</sup> e Neutzling<sup>160</sup>. As duas correntes têm em comum a referência de que há uma mutação do trabalho e de que a atual crise do trabalho é uma chance para instaurar uma ordem social melhor. Mas as referências comuns terminam por aqui. As diferenças entre elas se expressam basicamente na leitura diferenciada que fazem da crise e no modelo de cidadão-trabalhador<sup>161</sup>.

### A corrente *essencialista*

considera que uma libertação *no* trabalho é mais do que nunca possível graças às atuais rupturas, de natureza positiva, nas práticas de trabalho. Contra os defensores do fim de uma sociedade do trabalho e de um salário social, um certo número de autores responde que o trabalho permanece ainda hoje o principal provedor de identidade social. Disso decorre logicamente um apelo pelo alargamento da noção de trabalho.<sup>162</sup>

A corrente *historicista*, por sua vez, “defende o princípio de uma libertação *do* trabalho, mais do que nunca acessível em virtude das técnicas e do diagnóstico do ‘fim do trabalho’”<sup>163</sup>. Ao questionar as representações do trabalho, forjadas na era industrial<sup>164</sup>, essa corrente apela para uma tradição crítica que vai desde os gregos até Habermas, passando por Hannah Arendt<sup>165</sup>.

Geralmente o pensador ou pensadora que pertence a uma dessas correntes não passa a defender em outro momento da sua vida a outra corrente. Há, podemos dizer, uma “fidelidade partidária” não declarada. Até porque a visão que cada corrente tem do trabalho e da sociedade é politicamente cheia de conseqüências e teoricamente implica uma verdadeira “conversão” do pensamento. Gorz é um desses raros pensadores que transitou de uma corrente à outra<sup>166</sup>. Até o final dos anos 1970, Gorz foi um ardoroso defensor da corrente essencialista. Mas várias razões, como veremos mais adiante, fizeram com que se desiludisse com a concepção de trabalho, de sociedade e de mundo que alimentava até então.

Podemos dividir o conjunto da obra intelectual de Gorz em duas fases diferentes.

A primeira fase vai dos seus primeiros escritos até o final da década de 1970. Ao longo desta primeira fase, a preocupação central de Gorz foi o problema da alienação, ainda que com aproximações diferenciadas. O próprio Gorz, falando dela, afirma de si mesmo: “eu era, para dizer sumariamente, um teórico da alienação, isto é, da experiência que as ‘potências próprias do ser humano’, como chama Marx, se autonomizam em potências alheias e acabam por dominá-lo, subjuga-lo, destituí-lo de si mesmo”<sup>167</sup>.

A seqüência das obras escritas durante esta fase revela uma evolução no tema. “Nessa época, a alienação é discutida, de um lado, como um problema do indivíduo, em sua relação com a história progressa, com o corpo, com o meio am-

158 MÉDA, 1995.

159 GOLLAIN, 2000, p. 109-22.

160 NEUTZLING, 2002, p. 61-2.

161 Cf. GOLLAIN, 2000, p. 110.

162 GOLLAIN, loc. cit.

163 GOLLAIN, loc. cit.

164 Cf. NEUTZLING, 2002, p. 61.

165 Cf. GOLLAIN, op. cit., p. 110.

166 No Brasil, um dos poucos a refletir sobre esta mudança no pensamento de Gorz é Josué Pereira da Silva, da UNICAMP. Cf. SILVA, Josué Pereira da. *André Gorz: trabalho e política*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002; \_\_\_\_\_. O “Adeus ao proletariado” de Gorz, vinte anos depois. *Lua Nova*, São Paulo, n. 48, p. 161-74, 1999b.

167 GORZ. 2000a. In: GOLLAIN, 2000, p. 222.

biente e com a sociedade; de outro, como um problema sociológico, onde o foco da análise são as classes sociais”<sup>168</sup>. A alienação, para Gorz, não está restrita à esfera da produção; ela abrange também a esfera do consumo, de tal maneira que a alienação nunca pode ser eliminada em apenas uma dessas duas esferas. Apesar disso, a esfera da produção continua a ser o campo privilegiado para que a alienação seja eliminada<sup>169</sup>. O importante a reter aqui é que, para Gorz, a primazia atribuída à esfera da produção está relacionada ao apego ao chamado paradigma do trabalho. “Sua produção teórica desse período parece estar baseada no duplo pressuposto segundo o qual a sociedade pode ser vista através do modelo da fábrica e a classe operária é o único sujeito da transformação social revolucionária”<sup>170</sup>. É por essas razões que Gorz acreditava que a fábrica era o cenário para a luta contra o capital a fim de lhe arrancar o controle do processo de trabalho, mas também onde a superação da alienação poderia ter início. Em síntese, na concepção teórica de Gorz dessa época, a liberação se dava no e pelo trabalho<sup>171</sup>. Comungava com as idéias da corrente essencialista.

O final dos anos 1970 preparava, porém, surpresas. A recepção de “*Adeus ao Proletariado*”, lançado na França em 1980, causou furor e indignação, mas também admiração<sup>172</sup>. Esse livro é testemunha de uma grande reviravolta no pensamento de Gorz. Ele abre a segunda fase do pensamento gorziano, ainda que devamos admitir, para sermos rigorosamente corretos, que alguns escritos da segunda metade dos anos 1970 já antecipam esta mudança de rota. No entanto, é com o livro acima mencionado que a nova concepção de Gorz vai se firmando definitivamente. Nessa época, ele

abandona o modelo de sociedade unificada em torno da categoria trabalho e passa a postular um modelo de sociedade baseada em duas esferas diferenciadas e autônomas e no qual o trabalho não é mais uma categoria hegemônica, nem o proletariado o único sujeito capaz de liderar uma transformação social.<sup>173</sup>

Essa mudança no seu pensamento é cheia de conseqüências econômicas, políticas e culturais. No nosso trabalho, aqui, nos interessa particularmente esta segunda fase devido à contribuição que a produção teórica de Gorz traz para se pensar inovadoramente o trabalho e sua organização e, por conseguinte, saídas audaciosas para a crise de trabalho que a nossa sociedade está vivendo. Por conseguir enxergar e fazer enxergar o trabalho com um olhar e um lugar diferentes, não mais a partir da fábrica e de suas necessidades, mas a partir da sociedade, ou mais particularmente, das necessidades de cada indivíduo, as reflexões de Gorz são, sem sombra de dúvida, polêmicas. Mas, exatamente pelo fato de serem polêmicas, é que elas podem jogar nova luz sobre um pensamento que, às vezes, se pauta mais por um pisar e repisar nos mesmos argumentos e que mais fazem olhar para trás, do que encarar de frente e com ousadia as chances que a presente crise nos oferece, pois, como diz Gorz, a crise não tem como tarefa nos resignar e lastimar tempos idos, mas a de nos fazer perceber que é preciso ousar o Êxodo.

É preciso ousar querer o Êxodo da ‘sociedade do trabalho’: ela não existe mais e não voltará. É preciso querer a morte desta sociedade que agoniza, com o fim de que outra possa nascer sobre seus escombros. É preciso aprender a distinguir os contornos desta sociedade diferente detrás das resistências, das disfunções, dos becos sem saída dos quais está feito o presente.<sup>174</sup>

---

168 SILVA, 1999b, p. 163.

169 Cf. id., 2002, p. 27-8.

170 SILVA, 2002, p. 28.

171 Cf. SILVA, loc. cit.

172 Cf. GORZ, A. Oficios del saber y del trabajo. *Clarín*, Buenos Aires, 21 fev. 1999b. Suplemento Cultura y Nación.

173 SILVA, 1999b, p. 164.

174 GORZ, André. *Misères du présent. Richesse du possible*. Paris: Galilée, 1997. p. 11.

## 2.5 Questionamento de atributos relacionados ao conceito emprego

### 2.5.1 A impossível apropriação coletiva

Quais são as principais razões que levaram Gorz a operar uma ruptura tão significativa no seu pensamento? Basicamente podem ser encontradas duas<sup>175</sup>: a revolução tecnológica e a impossibilidade do controle do processo de produção por parte dos operários, que está relacionada à própria concepção industrial. Como já analisamos a natureza e o impacto da revolução tecnológica no primeiro capítulo, não voltaremos aqui ao assunto. Dada a importância da segunda razão para o pensamento de Gorz nesta segunda fase, passaremos a examiná-la agora.

O princípio básico subjacente à impossível apropriação do controle do processo de produção é a racionalidade econômica a que está submetido o trabalho no industrialismo.

O tema da apropriação coletiva do processo de trabalho encontra-se desenvolvido em duas de suas obras: “*Adeus ao Proletariado*” e “*Métamorphoses du travail*”, publicadas, respectivamente, em 1980 e 1988<sup>176</sup>. Para Gorz, havia uma crença comum ao movimento operário revolucionário e aos regimes socialistas: ambos acreditavam que a classe operária era capaz de se apropriar coletivamente dos meios de produção e que esta apropriação coletiva realizaria a coincidência dos fins individuais com as metas coletivas, dos interesses de cada um com os interesses de todos<sup>177</sup>. A “consciência socialista” se desenvolvia com a convicção de que “o interesse de todos coincidia com o de cada um”, e vice-versa, de tal modo que a consciência socialista era “esse conjunto de qualidades morais e intelectuais graças ao qual a inte-

gração funcional ia ser *vivida e querida* por cada um como uma integração social”<sup>178</sup>. Na verdade, era o que o próprio Gorz pensava até o final da década de 1970<sup>179</sup>.

Mas a coincidência entre a integração funcional e a integração social não poderia nunca acontecer devido àquilo que Gorz chama de “razão ontológica”.

É ontologicamente que a utopia marxiana da coincidência do trabalho funcional e da atividade pessoal é irrealizável *na escala dos grandes sistemas*. E isso pelo fato evidente de que o funcionamento da megamáquina industrial-burocrática exige uma subdivisão das tarefas que, uma vez posta em prática, se perpetua e *deve* perpetuar-se por inércia, com a finalidade de tornar fiável e calculável a funcionalidade de cada uma das engrenagens humanas. A definição e a distribuição das tarefas parciais são, pois, determinadas pela matriz material, transcrita pelo organograma, da megamáquina que se trata de fazer funcionar.<sup>180</sup>

Por essa razão acontece exatamente o contrário do que pretendiam os que acreditam que a libertação se dá no e pelo trabalho: “a integração funcional dos indivíduos vai excluir sua integração social”<sup>181</sup>. Ambas sofrem de uma incompatibilidade radical. Em outro momento, Gorz volta a afirmar que a maquinaria industrial “é inapropriável pelos trabalhadores em sua própria natureza”<sup>182</sup>, independentemente do regime de propriedade privada dos meios de produção. Por essa razão, o capital pode tirar proveito da situação, conseguindo confiar maquinarias cada vez mais complexas aos trabalhadores, que, por sua vez, contam com capacidades sempre mais limitadas<sup>183</sup>. Aqui aparece uma das originalidades do pensamento de Gorz: “o fato de que a *heteronomia está inscrita na estrutura mesma do modo de produção in-*

175 Aqui nos baseamos em SILVA, 1999b, p. 164-65.

176 Este último acaba de ser publicado no Brasil. GORZ, André. *Metamorphoses do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003d.

177 Cf. GORZ, 1988, p. 56.

178 GORZ, 1988, p. 56. Os grifos são do autor.

179 Cf. id. *Adeus ao Proletariado*: para além do socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. p. 39.

180 GORZ, 1988, p. 60. Os grifos são do autor.

181 GORZ, loc. cit. Os grifos são do autor.

182 *Ib.*, p. 72.

183 Cf. id., 1987, p. 40.

*dustrial*”<sup>184</sup>. Ou seja, a exterioridade do trabalhador coletivo com relação aos trabalhadores individuais é, para Gorz, inerente à própria estruturação material do aparelho produtivo, à natureza dos processos e dos fluxos<sup>185</sup>.

Para compreender o alcance dessa proposição, é preciso recuperar alguns outros elementos caracterizadores do pensamento de Gorz. A “indústria” é “uma concentração técnica de capital que só foi possível graças à separação do trabalhador dos meios de produção”<sup>186</sup>. A racionalização e a economia de trabalho só foi possível graças a essa separação introduzida pelo capitalismo entre o trabalhador e os meios de produção. E a indústria, filha do capitalismo, “só pôde nascer graças à racionalização econômica do trabalho – que implicava necessariamente a funcionalização – e perpetua esta em seu funcionamento como uma exigência impressa na materialidade de sua maquinaria”<sup>187</sup>. Portanto, o processo de produção industrial não supõe apenas a racionalização econômica do trabalho, mas também a sua funcionalização<sup>188</sup>. Ambas, a racionalização e a funcionalização, caminham lado a lado.

O processo de racionalização econômica, em determinada esfera de atividades, induz a que outras esferas também busquem a racionalização, de modo que vão adquirindo maior autonomia entre si. Assim, surgem aparelhos mais complexos que vão exigindo subdivisões cada vez maiores de tarefas e competências, uma organização cada vez mais diferenciada de funções cada vez mais especializadas. Neste movimento de complexificação e de impessoalização das condutas, tarefas e relações, na medida em que são assegura-

das por regulamentações formais, elas se tornam sempre mais funcionais, porque especializadas e porque determinadas do exterior<sup>189</sup>. Para Gorz, funcional é toda

conduta racionalmente programada para alcançar um resultado que vai além da compensação do agente e, na prática, independe de sua intenção de alcançá-lo. A *funcionalidade* é uma racionalidade que vem *de fora*, uma conduta predeterminada e prescrita ao ator pela organização que o engloba. Esta conduta é a função que ele tem de desempenhar e cujos fins ele não deve questionar. Quanto mais ela se desenvolve, mais a organização tende a funcionar à maneira de uma máquina.<sup>190</sup>

Uma vez desencadeado, o processo de diferenciação das competências leva a maior burocratização, e essa, por sua vez, à constituição da esfera da heteronomia, “conjunto de atividades especializadas que os indivíduos têm de cumprir como funções coordenadas do exterior por uma organização preestabelecida”<sup>191</sup>. A proletarização só é possível na medida em que se destrói por completo, nos operários, a capacidade autônoma de produzir sua subsistência. Em outras palavras, o proletário, por excelência, é aquele cujo trabalho é inteiramente heterônimo<sup>192</sup>.

Numa engrenagem produtiva crescentemente determinada pela esfera da heteronomia, “os indivíduos são induzidos a *funcionar* de forma complementar, à maneira dos órgãos de uma máquina, com vistas a fins freqüentemente desconhecidos para eles e *diferentes dos que são propostos para a sua busca pessoal*”<sup>193</sup>. Ou seja, o trabalhador não passa de “um acessório vivo”<sup>194</sup> dessa engrenagem produtiva, na qual ele, como produtor, é irrelevante. Seu trabalho tornou-se um ingrediente

---

184 GOLLAIN, 2000, p. 78. O grifo é da autora.

185 Cf. GORZ, 1987, p. 42.

186 Id., 1988, p. 72.

187 GORZ, loc. cit.

188 Cf. GOLLAIN, op. cit., p. 78.

189 Cf. GORZ, 1988, p. 48.

190 GORZ, loc. cit. Os grifos são do autor.

191 *Ib.*, p. 49.

192 Cf. Id., 1987, p. 46 e 49.

193 Id., 1988, p. 52.

194 *Ib.*, p. 74.

a mais no processo de produção, reduzido à mera mercadoria.

Para Gorz, a apropriação coletiva do processo da produção será impossível uma vez que “os meios de produção industriais funcionam como capital fixo, quaisquer que sejam o regime econômico e o regime de propriedade”<sup>195</sup>. Recorrendo ao conceito de “trabalho morto”, de Marx, e de “espírito coagulado”, de Max Weber, Gorz está convencido de que

a materialidade inerte da maquinaria (ou da organização que a imita) confere à *poiësis* passada (ao trabalho morto, à organização) uma ascendência duradoura sobre os trabalhadores que, servindo-se *dela*, são obrigados a servi-la. Este domínio é tanto mais inexorável quanto a quantidade de capital fixo (ou seja, de trabalho e de saber mortos) por posto de trabalho é importante.<sup>196</sup>

Ou seja, “é o trabalho morto, esta massa de saberes necessariamente especializados que ordena a produção social (a ‘produção coagulada’), que é inapropriável pelo trabalhador e impede este último de viver seu trabalho como uma ação soberana sobre a matéria, como ‘poiética’”<sup>197</sup>. O trabalho perdeu sua soberania em meio à maquinaria. É um elemento a mais na complexa engrenagem industrial. Gorz recorre a Marx (*Grundrisse*) para mostrar esta submissão:

É a própria máquina que, procurando destreza e força no operário, é agora virtuosa, dotada de alma própria [...]. A atividade do operário, reduzida a uma pura abstração, é determinada e regulada por todos os lados pelo movimento da maquinaria. A ciência que obriga os membros inanimados da maquinaria a funcionar, por sua construção, como autômatos que cumprem sua missão, *tal ciência não existe na consciência do operário, mas que atua sobre ele como um poder estranho, o poder da máquina*.<sup>198</sup>

Dada a incapacidade de os trabalhadores se apropriarem do processo de produção, o poder

de cada indivíduo e do operário como classe é afetado profundamente. A organização industrial tem a capacidade de transfigurar e escamotear permanentemente o poder. O grande segredo da produção industrial está em que nela ninguém detém o poder. Nela, o poder não é sujeito, pois não pertence a homens soberanos que definem livremente o que fazer e o que não<sup>199</sup>. O poder não é algo que está encarnado em alguém; ninguém – nem os que estão situados na hierarquia industrial ou administrativa, nem os operários – pode dizer que seja o sujeito do poder. O poder está acima de tudo, diluído no próprio sistema, dada a sua complexidade. “O poder não é sujeito: é sistema de relações, ou seja, estrutura. É gerido, não detido pelo capitalista coletivo. E é essa diluição *ad infinitum* do poder na ordem das coisas que concede a seus detentores sua legitimidade”<sup>200</sup>. O poder, portanto, não pertence a ninguém, mas ao sistema.

Essa descoberta de Gorz foi decisiva para que deixasse de acreditar na possibilidade de libertação no trabalho. Como este tipo de poder é da natureza mesma do sistema industrial capitalista de produção, sua tomada só é possível mediante a destruição irreversível deste aparelho. E nisso, afirma Gorz, todas as revoluções passadas fracassaram. A única chance que entrevê para abolir as relações de dominação é reconhecer, por um lado, que o poder funcional é inevitável e, por outro, limitar seu domínio, concedendo-lhe um lugar circunscrito<sup>201</sup>.

A integração funcional, através dos grandes e complexos aparelhos heterorregulados, introduz, portanto, uma cisão intransponível na vida dos trabalhadores. Cisão essa que se manifesta no aparecimento de duas racionalidades contraditórias: a racionalidade dos indivíduos, cujos fins – mesmo quando levam a condutas funcionais –

195 GORZ, 1988, p. 72.

196 *Ib.*, p. 73. Os grifos são do autor.

197 GOLLAIN, 2000, p. 79.

198 MARX, K. *Grundrisse* apud GORZ, 1988, p. 74.

199 *Cf. id.*, 1987, p. 64. Os grifos são de Marx.

200 *Ib.*, p. 65.

201 *Cf. GORZ*, 1987, p. 80-1.

são irracionais em relação às finalidades das organizações em que trabalham; a racionalidade das organizações, para quem aquelas são sem sentido. Este divórcio entre racionalidades diferentes acaba por introduzir uma fragmentação na vida dos trabalhadores: a vida profissional e a vida pessoal de cada indivíduo são regidas por normas e valores radicalmente diferentes quando não contraditórios. O que acontece, com frequência, é que a lógica da vida profissional acaba se impondo também à vida privada. A vontade de triunfar segundo critérios de eficácia puramente técnicos (espírito de competição, oportunismo...) acaba sendo transposta para a vida privada<sup>202</sup>, e esta acaba sendo, cada vez mais, regida pela lógica da racionalidade econômica. Os valores da competitividade, da eficiência e do individualismo, restritos ao campo econômico, acabam por transbordar e migrar para os campos social e político.

Mas, como vimos, a integração funcional introduziu uma cunha entre o trabalho e a vida privada de cada um. Exatamente porque a esfera da produção e a vida fora do trabalho são marcadas por lógicas diferentes, a integração funcional não pode levar à integração social.

É rigorosamente impossível traduzir de novo essa funcionalização das atividades heterodeterminadas em termos de colaboração social voluntária. Pelo contrário, a integração *funcional* dos indivíduos vai excluir sua integração *social*: a predeterminação funcional de suas relações os impedirá de tecer relações recíprocas fundadas na cooperação com vistas a fins comuns segundo critérios comuns. Ela os impedirá de viver a execução de sua tarefa como uma cooperação e pertença a um grupo<sup>203</sup>.

### 2.5.2 É o “trabalho” criador de laço social?

Dominique Méda dedica um capítulo inteiro do seu livro *“Le travail. Une valeur en voie de disparition”* à discussão do trabalho como laço social.

Sua reflexão vai na linha de Gorz e ajuda a compreender melhor alguns fundamentos de seu pensamento, motivo pelo qual vamos nos deter por um momento na sua análise.

Os defensores da corrente essencialista recorrem, com frequência, à argumentação de que o trabalho está no fundamento do laço social, ou seja, de que ele é não somente o meio maior de socialização e de integração social, mas também que ele contém, no dia-a-dia, o laço social<sup>204</sup>. Em seguida, relaciona os principais argumentos usados por seus defensores: o trabalho permite a aprendizagem da vida social e a constituição das identidades; é a medida das trocas sociais; permite a cada indivíduo ter uma utilidade social; é um lugar de encontros e cooperações, oposto aos lugares não-públicos<sup>205</sup>.

É preciso, porém, atentar para os limites desse tipo de discurso: primeiramente, ao tomar o trabalho como modelo de laço social, seus defensores promovem uma concepção redutora de laço; segundo, sustentando que o trabalho exerce funções sociais, eles esquecem a realidade do trabalho e dos instrumentos econômicos e jurídicos pelos quais ele é regido em nossa sociedade<sup>206</sup>.

Méda admite que o trabalho pode ser laço social, mas de “maneira derivada”, porque

o trabalho permite hoje o exercício de uma certa forma de sociabilidade, mas é essencialmente porque é a forma maior de organização do tempo social e que é a relação social dominante, sobre a qual são assentadas as nossas trocas e nossas hierarquias sociais e não porque teria sido concebido como o meio colocado a serviço de um fim preciso: o estabelecimento do laço social.<sup>207</sup>

Historicamente há duas tradições que interpretam de maneira diferente o laço social: uma o entende como laço econômico, e a outra prefe-

202 Cf. id., 1988, p. 53-4.

203 GORZ, 1988, p. 60.

204 Cf. MÉDA, 1995, p. 167.

205 MÉDA, loc. cit.

206 Cf. MÉDA, 1995, p. 167-68.

207 Ib., p. 169.



rencialmente como laço político<sup>208</sup>. A primeira tradição vai de Smith a Marx, para quem “produzir é realizar o laço social”<sup>209</sup>. A outra vai de Aristóteles a Habermas, passando por Arendt, para quem o laço social é algo de mais substancial e que não pode, por isso, ser reduzido simplesmente à esfera econômica<sup>210</sup>. Como se pode depreender, num e noutro caso, o trabalho, como espaço das trocas mercantis, não ocupa o mesmo lugar. Ou seja, a concepção de laço social está estreitamente ligada à concepção de trabalho que se tenha.

Gorz, em *“Misères du present. Richesse du possible”*, de 1997, trata do mesmo tema no início do terceiro capítulo. Para ele, o trabalho socialmente definido, aquele entendido como emprego e, portanto, definido estritamente,

[...] jamais foi uma fonte de ‘coesão social’ nem de integração. O ‘laço social’ que estabelecia entre os indivíduos era abstrato e débil. Ele os *inseria*, isso sim, no processo de trabalho social, nas relações sociais de produção, como constituintes estreitamente imbricados e funcionalmente especializados de uma imensa maquinaria.<sup>211</sup>

A razão última parece ser a de que “esse trabalho correspondia às exigências objetivas, funcionais da maquinaria econômica: da sociedade-sistema”<sup>212</sup>.

O trabalho entendido como emprego, como veremos mais adiante, não poderá, na perspectiva aberta por Gorz, ser tomado como fundamento em torno do qual a sociedade encontra sua unidade, e as pessoas procuram sua integração social. Não é próprio do emprego ter essas atribuições, uma vez que isso não cabe na racionalidade que lhe dá sustentação.

Méda, numa recuperação histórica, mostra que o trabalho, assim como as nossas sociedades

o praticam, só pode surgir devido à emancipação do indivíduo. Ou, visto na perspectiva de Polanyi e Castel, quando os laços e instituições comunitários que asseguravam a subsistência de cada indivíduo foram destruídos, e cada indivíduo foi obrigado a providenciar a sua própria sobrevivência. Em tal contexto de grandes transformações, o trabalho emerge como solução redentora. “Ele foi o meio privilegiado de integração do indivíduo ao todo social”<sup>213</sup>, mas, para os essencialistas, “é na esfera do trabalho e da produção onde se realiza o essencial da nossa vida individual e social”<sup>214</sup>.

Entretanto, hoje, no contexto de desemprego, de flexibilização e precarização do trabalho, de introdução de tecnologias maximizadoras de produtividade e poupadoras de trabalho, ainda será possível conceber o trabalho como integrador social e promotor de laço social?

Neste contexto em que o trabalho se tornou uma “mercadoria rara” ou um “privilegio”<sup>215</sup> para poucos, o sinal parece ter se invertido: mais do que apontar para o caminho da inclusão, o trabalho, pelo que tudo indica, empurra para a pobreza e a exclusão. Que o trabalho empobrece não é nada tão residual atualmente, a ponto de ser o caso de uns poucos “preguiçosos” ou vagabundos não afeiçoados ao valor-trabalho: os *working poor* são uma categoria sociológica reconhecida. São pobres, não porque não trabalham, mas exatamente porque trabalham. O trabalho é fator de empobrecimento.

Por outro lado, como afirma Bauman, o capital rompeu unilateralmente a sua dependência em relação ao trabalho. “A reprodução e o crescimento do capital, dos lucros e dos dividendos e a satisfação dos acionistas se tornaram independentes da duração de qualquer

---

208 Cf. *Ib.*, p. 177.

209 *Ib.*, p. 171.

210 Cf. MÉDA, loc. cit.

211 GORZ, 1997, p. 96.

212 GORZ, loc. cit.

213 MÉDA, 1995, p. 193.

214 MÉDA, loc. cit.

215 GORZ, 1997, p. 97.

comprometimento local com o trabalho”<sup>216</sup>. O capital, as indústrias, não têm mais necessidade de tanto trabalho. E aqui se processa uma “maravilhosa inversão”<sup>217</sup>: já não são mais os indivíduos, os trabalhadores, que se tornam úteis à sociedade, mas é a sociedade (empresas) que se torna útil aos indivíduos, permitindo que trabalhem. Como pode algo que se tornou quase um favor, portanto, feito entre desiguais, ser ainda elevado a criador de laço social ou de integrador social?

O desemprego estrutural traz à tona a problemática da insegurança e da instabilidade. Instabilidade por parte de quem está empregado hoje, mas que não sabe até quando. Insegurança por parte de quem está desempregado ou subempregado e que está entregue à própria sorte. Quem está empregado vive uma permanente expectativa do fim mais ou menos iminente do emprego. O emprego por tempo indeterminado goza cada vez menos das prerrogativas a ele atribuídas. Amanhã sempre pode ser o último dia. De novo, um trabalho que deixa atrás de si tanta instabilidade e insegurança não pode, em são juízo, ser criador de laço social, justamente quando este se constrói sobre relações de confiança e de estabilidade.

Evidentemente, em nossa sociedade, o trabalho continua sendo fator importante de integração na medida em que a ele está ligada em grande parte a sobrevivência das pessoas. Certamente, se trabalho e renda estivessem desconectados, o trabalho passaria a ocupar outro espaço na vida das pessoas e outro lugar no imaginário social. Assim se pode dizer que o trabalho mata – dadas as condições estressantes em que se realiza –, mas que a inatividade mata<sup>218</sup> igualmente – uma vez que, em nossa sociedade, como afirma Castel, o trabalho é mais que o trabalho<sup>219</sup>.

Mas, quando falamos de trabalho, estamos na realidade falando de quê? Debruçar-nos-emos sobre isso a seguir.

## 2.6 O emprego: isso que se “tem” ou não se “tem”

Vimos acima que Gorz opera uma guinada no seu pensamento teórico a partir da segunda metade da década de 1970, consagrada em 1980 com a publicação de *Adeus ao proletariado*. Nesta segunda fase, Gorz dá especial atenção à redefinição da noção de trabalho. Na primeira fase, esta preocupação conceitual está fora dos seus propósitos<sup>220</sup>. A concepção de trabalho, que vai emergindo nesta segunda fase, é tão importante que não pode ser dissociada do conjunto do seu pensamento. É mesmo um vetor central para se pensar uma nova sociedade. Não há como pensar novas bases para uma sociedade sem levar em conta o papel que o trabalho irá ocupar nela. A importância da reflexão de Gorz sobre o trabalho repousa exatamente nesta íntima relação entre a concepção de trabalho e de sociedade que se pretende. Gorz chega a definir, fundamentado em Polanyi, o socialismo em base a essa nova realidade que o trabalho terá nele: a essência do socialismo consistirá na “subordinação das atividades econômicas às finalidades e valores sociais”<sup>221</sup>. Gorz insere-se, portanto, nesta fase, na linha de pensamento que propugna a subordinação da racionalidade econômica e da realidade econômica a fins sociais. E isso diz respeito diretamente ao trabalho.

A distinção entre “trabalho” e “emprego” está presente em *Adeus ao proletariado*. No artigo “Nove teses para uma esquerda futura”, acrescentado como “Prefácio” à edição brasileira de *Adeus ao proletariado*, Gorz expõe, de maneira

216 BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 171.

217 GORZ, op. cit., p. 97.

218 Cf. MOTHÉ, Daniel. *L’utopie du temps libre*. Paris: Esprit, 1997, p. 29. Neste livro, Mothé contesta direta e frontalmente as teses de André Gorz.

219 Cf. CASTEL, 1998, p. 496.

220 Cf. SILVA, 1999b, p. 165.

221 GORZ, 1988, p. 226.

fenomenal, os grandes temas que o acompanham ao longo desta segunda fase, ao menos até o presente momento: trabalho, desemprego, heteronomia, a impossível apropriação coletiva, atividades autônomas, mudança tecnológica, desvinculação entre direito ao trabalho e direito à renda, bem como a redução da jornada de trabalho, uma das grandes propostas que defende. Consegue já há mais de 20 anos chamar a atenção para temas que hoje estão em voga na agenda das discussões políticas das sociedades. Ousaria mesmo dizer que este artigo é uma espécie de manifesto programático de Gorz desta fase.

Entendemos por emprego a aplicação da racionalidade econômica ao trabalho. Para Gorz, a racionalidade econômica é co-irmã da razão cognitiva instrumental<sup>222</sup>. A racionalidade econômica passa a existir em conexão com o cálculo contábil. O triunfo desse tipo de racionalidade passa a ocorrer, quando o cálculo se torna o critério supremo de avaliação. Determinada atividade vale a pena ser executada ou não em vista do cálculo das vantagens e desvantagens, sem que tenha em conta as minhas preferências<sup>223</sup>. E o cálculo é sempre o cálculo matemático, frio, imparcial, lógico. Todos os outros critérios, sociais ou pessoais, são submetidos à contabilidade. Foi a supremacia desta lógica que tornou possível, em primeiro lugar, que se pudesse

organizar esta civilização fria, cujas frias relações, funcionais, calculadas, formalizadas, fazem dos indivíduos vivos estranhos no mundo reificado que, no entanto, é seu produto, e na qual uma formidável inventividade técnica vai de par com a deterioração da arte de viver, da comunicabilidade, da espontaneidade.<sup>224</sup>

Portanto, sem esse cálculo não haveria racionalidade econômica.

Contudo, para que o trabalho seja racional, duas outras condições se fazem necessárias: pri-

meiro, “o trabalho deve ter por fim o intercâmbio mercantil e não o autoconsumo”<sup>225</sup>. Como se vê, há uma incompatibilidade por natureza entre a autonomia e a heteronomia em qualquer sistema regido pela racionalidade econômica. Cada indivíduo é incitado a abandonar aquelas atividades direcionadas para a satisfação das necessidades individuais. O que importa é que se produzam mercadorias.

Segundo, a produção deve destinar-se “ao intercâmbio num *mercado* livre em que produtores sem nenhum vínculo entre si se encontram em concorrência frente a compradores com os quais não têm nenhum vínculo”<sup>226</sup>. É mediante esta maneira de organizar a atividade econômica que o capitalismo vai se reproduzindo. Cada qual é responsável pelo êxito de sua “mercadoria”, o trabalho.

Assim, reúnem-se as condições para que o trabalho seja o que é em nossas sociedades: emprego. E, portanto, a característica fundamental do emprego é ser “uma atividade desdobrada em vista do intercâmbio mercantil e tornada necessariamente objeto de um cálculo contábil de maneira que seja realizado o mais eficazmente possível”<sup>227</sup>. Já anteriormente, em “*Métamorphoses du travail*”, Gorz havia descrito como entende o trabalho enquanto emprego:

A característica essencial desse trabalho – esse que nós ‘temos’, ‘buscamos’, ‘oferecemos’ – é ser uma atividade que se desenvolve na esfera *pública*, uma atividade requerida, definida e reconhecida como útil pelos outros, que, por esse motivo, a retribuem. É pelo trabalho *remunerado* (e mais particularmente pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma ‘profissão’), somos inseridos numa rede de relações e de intercâmbios na qual nos medimos com os outros e nos vemos conferidos direitos sobre eles em troca de nossos deveres para com eles. É porque o trabalho remunera-

222 Cf. GORZ, 1988, p. 158.

223 Cf. *Ib.*, p. 138-9.

224 *Ib.*, p. 158-9.

225 GORZ, 1988, p. 139.

226 *Ib.*, p. 140. O grifo é do autor.

227 GORZ, André. *Capitalisme, socialisme, écologie (orientations, désorientations)*. Paris: Galilée, 1991. p. 111-13. (apud GOLLAIN, 2000, p. 112).

do e determinado é – mesmo para aqueles e aquelas que o procuram, que se preparam para ele ou que dele são privados – de longe o fator mais importante da socialização, que a sociedade industrial se compreende como uma ‘sociedade de trabalhadores’, e, por isso, se distingue de todas as outras que a precederam.<sup>228</sup>

O emprego assume as características de mercadorria: é algo que se tem ou não se tem<sup>229</sup>; é algo que se pode vender e comprar no mercado<sup>230</sup>; é socialmente determinado, homologado, legalizado, legitimado, definido pelas competências ensinadas, certificadas e tarifadas<sup>231</sup>. O trabalho, entendido como emprego é, então,

uma atividade *social*, destinada a se inscrever no fluxo dos intercâmbios sociais na escala de toda a sociedade. Sua remuneração atesta esta inserção, mas ainda não é o essencial: o essencial é que o ‘trabalho’ preenche uma *função socialmente identificada e normatizada na produção e na reprodução do todo social*. E para preencher uma função socialmente identificável, ele mesmo deve ser identificável pelas *competências socialmente definidas* que coloca em funcionamento segundo *procedimentos socialmente determinados*. Deve, em outras palavras, ser um ‘ofício’, uma ‘profissão’, quer dizer, *a colocação em prática de competências institucionalmente certificadas segundo procedimentos homologados*.<sup>232</sup>

A sociedade do trabalho passou a identificar esta forma particular de trabalho, o emprego, com a forma genérica trabalho. E empregando de maneira indiferenciada a noção de “trabalho” passou a situar “no mesmo plano o trabalho do operário da indústria e do compositor de música ou do cientista”<sup>233</sup>. Por trás desta confusão conceitual esconde-se uma rica realidade de atividades que se faz necessário recuperar. O próprio

Gorz reconhece que essa confusão está presente em Marx e em toda a modernidade<sup>234</sup>. E nisso ele está de acordo com Arendt. O moderno conceito de “trabalho” oculta, para Arendt, a antiga distinção entre labor, trabalho e ação. O que Marx chama de “trabalho” é, para Arendt, labor<sup>235</sup>. Ao identificar o trabalho com o labor, parece óbvio que a sociedade industrial atribua ao labor certas qualidades que somente o trabalho possui<sup>236</sup>. E assim “a produção moderna está assentada na recorrência de um processo produtivo que, sem começo e sem fim determinados, nada deixa atrás de si e se realiza através da capacidade que todo o homem possui como participante do ciclo de sobrevivência e de reprodução da espécie”<sup>237</sup>.

Realizando uma inversão da hierarquia tradicional entre labor e trabalho – Gorz fala em simbiose – a realização da atividade do labor passa a ser feita na esfera pública, razão pela qual, na ótica de Arendt, o labor atingiu a excelência na sociedade moderna<sup>238</sup>. O homem moderno é, portanto, um *homo laborans* por excelência. O *homo faber* grego passou para segundo plano e, com ele, as suas qualidades.

A indistinção no conceito de trabalho tem por conseqüência uma ampliação do conceito de trabalho a tal ponto que todas as atividades humanas podem ser consideradas trabalho. O que efetivamente tem acontecido. Mas, como diz o filósofo Paul Ricoeur: “Uma noção que significa tudo não significa mais nada”<sup>239</sup>.

Gollain chama a atenção para o fato de que uma concepção extensiva ou ampliada de trabalho não ajuda a perceber a radical novidade apre-

228 GORZ, 1988, p. 25-6. Os grifos são do autor.

229 Cf. id., 1997, p. 12 e 97.

230 Cf. ib., p. 95.

231 Cf. ib., p. 96.

232 Ib., p. 14. Os grifos são do autor.

233 Id., 1988, p. 168.

234 Cf. GORZ, 1988, p. 168.

235 ARENDT, 1989, p. 100.

236 Cf. ib., p. 113.

237 WAGNER, 2000. p. 96.

238 Ib., p. 99.

239 RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968. p. 202 (apud SILVA, 1995, p. 179).

sentada pela corrente historicista, mais particularmente, por André Gorz: a de que ela não ajuda a “apreciar as *descontinuidades* da história e da geografia das atividades humanas e a propor *uma definição restritiva, a nosso modo de ver mais rigorosa, do conceito de trabalho assim como é apreendido no seu sentido moderno*”<sup>240</sup>, como o definimos anteriormente.

Por conta dessa confusão conceitual, e confrontados com o problema do desemprego, uma das saídas está em ampliar ainda mais o leque de atividades que podem ser remuneradas de alguma maneira. Os defensores dessa idéia trazem à tona uma série de atividades não mercantis, mas que poderiam ser incorporadas ao campo das atividades mercantis. E não seria difícil encontrar uma utilidade social para tantas atividades protegidas da lógica da racionalidade econômica. Essa questão, no entanto, pode ser alargada a ponto de se revelar absurda<sup>241</sup>.

Gorz não concorda com a definição ampliada de trabalho apresentada pelos partidários da corrente essencialista. Para ele é preciso “reaprender a *diferenciar a noção de trabalho* a fim de evitar o contra-senso de remunerar as atividades sem fins mercantis e a submeter à lógica do rendimento os atos que só estão em conformidade com seu sentido, quando o tempo neles consumido não for contabilizado”<sup>242</sup>. Ou seja, Gorz propõe a necessidade de postular a limitação da racionalidade econômica aplicada ao trabalho. Não basta simplesmente definir os critérios da racionalidade econômica, isto é, evidenciar que uma atividade, para ser considerada “trabalho”, seja socialmente útil (como fizemos anteriormente); faz-se necessário, também, definir os critérios de sua aplicabilidade<sup>243</sup>.

Gorz propõe quatro critérios necessários para definir uma atividade como submetida à racionali-

dade econômica ou não. Esses critérios são os seguintes: a) que crie valor de uso; b) com vistas a um intercâmbio mercantil (salário); c) na esfera pública; d) e que tenha o tempo como medida de rendimento<sup>244</sup>. Portanto, qualquer atividade para ser considerada emprego deve preencher estes quatro requisitos. Gorz chama a atenção para o fato de que, contra uma concepção muito difundida, não é o salário que define o trabalho no sentido econômico<sup>245</sup>. Os outros critérios também precisam ser preenchidos.

Gorz divide as atividades em dois grandes grupos: as mercantis e as não-mercantis. De saída, ele exclui as atividades não-mercantis como “trabalho”. São outra coisa, mas não trabalho no sentido de emprego, pois não preenchem os critérios apontados acima. A remuneração pode estar presente neste grupo de atividades, porém não é prioritária. As atividades mercantis, por sua vez, são divididas em cinco subgrupos<sup>246</sup>: o trabalho no sentido econômico como emancipação; o trabalho do servidor; as funções, cuidados e assistência; a prostituição; a maternidade, função maternal, mães substitutas.

a) *O trabalho no sentido econômico como emancipação*. Na análise que Gorz faz das atividades à luz dos quatro critérios acima indicados, apenas este grupo de atividades preenche todos eles. São atividades que criam valor de uso, são socialmente úteis, por isso remuneradas e cuja produtividade é medida em termos de quantidade de tempo.

b) *O trabalho de serviço*. Aqui se situam todos os trabalhadores serviços: domésticos, engraxates, servidores públicos. Preenchem todos os critérios, menos o de criarem valor de uso. Por isso não podem ser classificados de trabalho economicamente racional.

240 GOLLAIN, 2000, p. 117.

241 Cf. GORZ, 1988, p. 168-70. Para expor o ridículo da lógica subjacente à ampliação ilimitada da remuneração, Gorz faz a seguinte pergunta: “Tenho eu direito a uma remuneração, quando escovo os dentes três vezes ao dia e faço assim economias à Seguridade Social?”. Aqui p. 170.

242 *Ib.*, p. 170-71.

243 Cf. GORZ, 1988, p. 171.

244 Cf. *ib.*, 172.

245 Cf. GORZ, loc. cit.

246 Para esta parte cf. *ib.*, p. 173-90.

c) *As funções, cuidados e assistência.* Este subgrupo inclui os trabalhos de vigilância, controle, manutenção, bombeiro, fiscalização, saúde. São atividades que não podemos medir, nem maximizar seu rendimento. Não podemos medir a eficácia do médico, por exemplo, pelo número de pacientes que atende; nem o professor pelo número de aulas que dá. As exigências de controle de qualidade, qualidade total, podem ter consequências desastrosas, quando transpostas da fábrica para um hospital, para um estabelecimento de ensino... O que significa produtividade em ambientes como esses? A aplicação da racionalidade econômica não se torna uma irracionalidade, quando inserida num contexto mais amplo em que contam também as relações humanas, o afeto, o carinho, a atenção...?<sup>247</sup> Os custos indiretos (desemprego, violência social, exclusão), muitas vezes, podem superar os custos diretos, em vista de cuja redução a racionalidade econômica é introduzida. Olhando dessa perspectiva, nem sempre a implantação de inovações tecnológicas sem mais é o caminho mais racional.

d) *A prostituição.* A prostituição e o trabalho de massagens carecem do terceiro critério, o de que são realizados na esfera pública. O trabalho do ou da massagista é protegido por um procedimento codificado do qual é sempre o dono e que funciona como barreira intransponível que protege o/a terapeuta de uma relação mais íntima. A relação com os pacientes, no caso da prostituta ou do terapeuta, é uma relação meramente profissional.

e) *Maternidade, função materna e mães substitutas.* Para Gorz, essas atividades não preenchem nenhum dos quatro critérios. O ponto de partida para a sua reflexão sobre essas atividades é a existência de um “subsídio público dado às mães em nome da utilidade social e econômica da ‘função materna’”<sup>248</sup>. A função maternal é sempre uma

relação de amor, uma relação pessoal, não podendo, por isso, ser considerada uma relação social. Mas, quando a sociedade brinda a mãe com um subsídio social, deve ter claro se este subsídio consagra o direito soberano da mulher a ser mãe e a criar seu filho com toda a independência ou se é atribuído à mulher em razão da função socialmente útil que ela cumpre. Gorz inclina-se para a primeira opção.

O segundo grupo de atividades, as atividades não-mercantis, Gorz subdivide em dois: o trabalho para si e as atividades autônomas. O trabalho para si é aquele cuja produção de valor de uso nós mesmos somos os artesãos e os únicos destinatários. As atividades autônomas são aquelas que não têm necessidade nem utilidade e cuja realização é seu fim em si mesmo<sup>249</sup>. Veremos agora o que Gorz entende por trabalho.

## 2.7 O trabalho: isso que se faz

A maior distância que Gorz toma do tempo moderno permite-lhe lançar novas luzes sobre a problemática conceitual do trabalho. O contato com a experiência grega aviva-lhe uma riqueza escondida pela moderna noção de trabalho. Assim, Gorz passa a pleitear uma outra noção de trabalho, como veremos agora.

Uma entrevista de Gorz publicada em 1998<sup>250</sup>, portanto, depois de “*Misères du présent. Richesse du possible*”, é bastante ilustrativa a respeito dos três conceitos usados por ele para se referir ao trabalho: labor ou *ponos*, isto é, aquelas atividades que é preciso realizar dia após dia para garantir a sobrevivência. Ele relaciona *ponos* e corvéia. A segunda categoria é a *poièsis*, isto é, o trabalho de criação, invenção, expressão, realização de si. A *práxis* ou o agir é a terceira categoria, com explícita referência a Hannah Arendt. Essa noção

247 A respeito de uma certa cultura da produtividade que vai invadindo o conjunto dos setores antes excluídos e suas consequências, cf. AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Scritta, 1995. p. 63-73.

248 GORZ, 1988, p. 186.

249 Cf. ib., p. 191.

250 Cf. GORZ. “Oser l’exode” de la société du travail. Vers la production de soi, entretien avec André Gorz. *Les périphériques vous parlent* n. 10, 1998. Disponível em: <<http://www.glogenet.org/periph.html>> Acesso em: 10 maio 2003a.

compreende a reflexão, o debate político e filosófico, o ensino, boa parte daquilo que hoje chamamos de “relacional”, e a “produção de si”, o Eros. Admite que há cruzamentos e interpenetrações entre essas dimensões da atividade humana, mas que se distinguem por seu sentido e sua intencionalidade, muito mais do que por seu conteúdo.

O que acima definimos como emprego, está, portanto, mais na linha do labor ou do *ponos*. Para Gorz, está claro que há outras dimensões da existência humana (*poièsis* e práxis) e que elas foram, no capitalismo, subjugadas à primeira. O trabalho abstrato, que pode ser comprado e vendido e que serve para fins determinados por outros, não é toda a realidade. Aliás, assentado na máxima grega e posteriormente retomada por Marx, postula que a verdadeira vida começa quando as determinações do reino da necessidade já foram atendidas. O reino da liberdade só encontra espaço para além do reino da necessidade. Gorz cita o texto de Marx em que este fala desses dois reinos: “O reino da liberdade ‘só começa no outro lado de suas fronteiras [do reino da necessidade]’ e se confunde com ‘o desenvolvimento da atividade considerada fim em si mesma’ (‘der Kraftentfaltung die sich als Selbstzweck gilt’)”<sup>251</sup>.

Gorz distingue entre atividades heterônomas e autônomas. As atividades autônomas, contrariamente às heterônomas, não têm por finalidade primeira a troca no mercado, mas são aquelas autodeterminadas por cada um e em vista dos seus interesses. Ou como ele próprio define:

Eu chamo autônomas essas atividades que são para si mesmas sua própria finalidade. Valem por e para si mesmas não porque não tenham outro fim além da satisfação ou do prazer que procuram, mas porque *a realização do fim, tanto como a ação que o realiza*, são fontes de satisfação: o fim se reflete nos meios e inversamente [...].<sup>252</sup>

O trabalho acaba por recobrir um campo mais vasto de atividades que o emprego. Muitas ati-

vidades socialmente não reconhecidas como úteis ficam à margem, em segundo plano, assim como tantos interesses e motivações pessoais. Limitar o conceito de trabalho permite reconhecer, valorizar e estimular uma série de atividades como socialmente importantes, ainda que não remuneradas.

Atividades artísticas, políticas, científicas, ecosóficadas, esportivas, artesanais, relacionais; trabalhos de auto-produção, de reparação, de restauração do patrimônio natural e cultural, de disposição do marco da vida, da economia de energia; ‘oficinas de crianças’, ‘oficinas de saúde’, redes de intercâmbios de serviços, de ajuda mútua e de assistência mútua, etc.,<sup>253</sup>

seriam possíveis de se proliferarem muito mais. Uma das conseqüências mais importantes seria que estas e tantas outras atividades resultariam na produção de novas socialidades, de novos modos de vida e de cooperação. Subtraídas aos dispositivos de poder do capital e do Estado<sup>254</sup>, seriam capazes de estimular redes de relações com potencial para densificar o tecido social esgarçado<sup>255</sup>. Novos laços sociais poderiam ser construídos. Evidentemente que o político e o cultural jogariam outro papel, não o de subordinados ao econômico.

Essa maneira de conceber o trabalho faz deslocar o foco das atenções para o interior da sociedade e de suas necessidades (nem sempre só econômicas) e não prendê-lo à fábrica, à empresa e suas necessidades (sempre econômicas). Olhando sob esta perspectiva mais ampla, o que falta não é trabalho, mas um determinado tipo de trabalho que passamos a denominar de emprego. Este sim está em crise. Trabalho, porém, há demais. O verdadeiro trabalho (*poièsis*), aquele no sentido antropológico e filosófico, é o trabalho de criação, de invenção, de expressão, de realização de si. É dele que a sociedade sente falta.

Há um aspecto em Gorz que merece uma atenção especial por conta das conseqüências

251 GORZ, 1988, p. 206.

252 GORZ, loc. cit.

253 Id., 1997, p. 161-62.

254 Cf. GORZ, 1997, p. 132-33.

255 Cf. ib., p. 163.

que poderá ter. Ele usa o termo “relações” no contexto dos círculos de cooperação: seu valor social não reside na criação de “utilidades” com vistas à troca, mas no “estabelecimento de relações de reciprocidade estáveis [...]”<sup>256</sup>. Por outro lado, se a nossa hipótese acerca da simbiose que Gorz realiza entre *poïesis* e práxis estiver acertada, podemos concluir que o trabalho é criador de relações sociais e não apenas produtor de bens e serviços, cuja concepção passou a prevalecer com a imposição da forma emprego. O trabalho é mediador social direto, não havendo necessidade de que as pessoas se relacionem umas com as outras por meio de seus objetos. Assim, este tipo de atividade estaria sendo elevado novamente ao topo da hierarquia, seguindo também o pensamento de Arendt. Essa visão encontra, ainda, apoio em outras culturas como mostram estudos antropológicos e etnográficos aos quais, por exemplo, Polanyi faz referência. Aqui há, certamente, um vasto campo a ser explorado.

Gorz, na segunda metade do capítulo sobre os limites da racionalidade econômica, desenvolve detalhadamente os subgrupos das atividades não-mercantis, às quais vale a pena retornar. Como já vimos, ele subdivide essas atividades em atividades para si e autônomas.

Parte do problema de que hoje as tarefas domésticas são reduzidas em boa parte ao *ponos*. Os serviços domésticos são externalizados em vista da criação de empregos. Por trás está a ideologia da geração de empregos a todo custo, não importando sua qualidade nem sua real necessidade. Parte do princípio de que o desenvolvimento dos serviços pessoais só é possível num contexto de desigualdade social crescente, em que uma parce-

la da população abocanha as atividades bem remuneradas e obriga a outra a trabalhar a serviço dela. O serviço de doméstica acaba sobrando para uma massa econômica e socialmente marginalizada. Perpetua-se, assim, na sociedade brasileira, por exemplo, a tradição escravocrata<sup>257</sup>. A profissionalização dos serviços domésticos mostra-se uma nova escravidão. Ela introduz uma divisão social que reforça a desigualdade social. A solução não é, segundo Gorz, seguir pelo caminho da ampliação das atividades que podem ser remuneradas<sup>258</sup>. Antes, a solução está em que todo mundo trabalhe menos. Desse modo, todos poderiam assumir também os afazeres domésticos.

O caminho não passa pelo assalariamento do trabalho doméstico. A luta deve ser pela emancipação da mulher no seio das relações da esfera doméstica. Em outras palavras, não passa pela consagração da esfera doméstica à mulher assegurada pelo assalariamento, mas pela repartição voluntária das tarefas, tanto da privada como da pública, a fim de que pertençam igualmente a uma e a outra.

O trabalho para si é “fundamentalmente aquele que temos que fazer para tomar posse de nós mesmos e dessa organização de objetos que, prolongando-nos e refletindo-nos a nós mesmos como existência corporal, constitui nosso nicho no seio do mundo sensível: nossa esfera privada”<sup>259</sup>. Trabalhar para si não significa fazer as coisas só para si. O trabalho para si pode também ser um trabalho para nós. A esfera privada não se limita ao espaço íntimo de cada um, mas refere-se também à casa, à vizinhança, à praça, à rua, ao bairro.

---

256 *Ib.*, p. 174.

257 Segundo José Carlos Ferreira, diretor-adjunto da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o elevado índice de empregadas domésticas no Brasil (21% da PEA feminina – maior que todos os outros países da América Latina) se deve a dois fatores: o aumento nas taxas de desemprego e uma tradição escravocrata da sociedade brasileira. Cf. DANTAS, I., *Doméstica é 2ª maior ocupação da mulher*. *Folha de S.Paulo*, 25 maio 2003.

258 Este é, por exemplo, o caminho entreaberto pela Dominique Schnapper. “A revolução tecnológica permite ter uma produção superior com menos trabalhadores, e isto deve forçar-nos a pensar nas maneiras de reconhecer, economicamente e socialmente, a actividade e a utilidade social de muita gente que já não pertence a este sector da produção”. SCHNAPPER, D. *Contra o fim do trabalho*. Lisboa: Terramar, 1998. p. 38.

259 GORZ, 1988, p. 197.



As atividades autônomas radicalizam ainda mais a independência em relação à lógica da racionalidade econômica, uma vez que não devem ser necessidade nem ter por finalidade o intercâmbio. Ou seja, elas são sem significação econômica.

O propósito central de Gorz, como vimos, consiste em delimitar, por um lado, o conceito de trabalho no sentido de emprego e, por outro, liberar uma vasta gama de atividades não sujeitas à lógica da racionalidade econômica. Procura mostrar que o verdadeiro trabalho não está no “trabalho”, mas fora dele<sup>260</sup>. E que a verdadeira vida não está no “trabalho”, mas fora dele.

## 2.8 O fim do trabalho e a sua não-centralidade

Vimos no primeiro capítulo que a sociedade salarial ou sociedade do trabalho está em crise. O emprego de tempo integral e para todos já não existe mais, e o tempo em que o foi não voltará. No segundo capítulo, definimos o conceito de emprego e de trabalho, delimitando dessa maneira, por um lado, sua abrangência e sua relevância e, por outro, enriquecendo o significado daquilo que denominamos trabalho. Isso nos permite, agora, avançar ainda outro aspecto: o trabalho-emprego pode, sim, acabar. Seu fim pode ser proclamado e mesmo reivindicado. Entretanto, notemos bem, o trabalho cujo fim está próximo é o trabalho-emprego. Ou ainda dito com outras

palavras: “o trabalho cujo fim é evidenciado não é o trabalho no sentido antropológico, mas esta atividade nascida com o capitalismo industrial, ou antes imposta à força<sup>261</sup> pelo desenvolvimento capitalista como parte destacável do corpo, mercadoria quantificável”<sup>262</sup>.

Uma realidade bem visível a olhos vistos se dilata por todos os lados: “Tornado precário, flexível, intermitente, com duração, horários e salários variáveis, o emprego deixa de integrar num coletivo, deixa de estruturar o tempo cotidiano, semanal, anual e as idades da vida, deixa de ser a base sobre a qual cada um pode construir seu projeto de vida”<sup>263</sup>.

Por conta dessa concepção estrita de trabalho podemos mesmo reivindicar a perda da centralidade do trabalho<sup>264</sup>. Para Gorz, isso é algo necessário.

É necessário que o ‘trabalho’ perca sua centralidade na consciência, no pensamento, na imaginação de todos: é preciso aprender a ter sobre ele um olhar diferente: não mais pensá-lo como isso que se tem ou não se tem; mas como isso que nós fazemos. É preciso ousar querer nos reapropriar do trabalho.<sup>265</sup>

Por conta do declínio em quantidade, mas também em qualidade do trabalho,

a maioria das pessoas *não pode* identificar-se com seu trabalho porque a economia não requer trabalho pago suficiente para fornecer empregos estáveis em período integral para todos [...] Paralelamente à *impossibilidade* efetiva de identificar-se com um emprego, surge uma *relutância* crescente em identificar-se com um trabalho que não favoreça o desenvolvimento da personalidade e a autonomia.<sup>266</sup>

260 Cf. GORZ, 1997, p. 13.

261 Sabemos das muitas resistências históricas oferecidas por parte dos trabalhadores para que a chamada “sociedade salarial” se tornasse hegemônica. Cf. CASTEL, 1998; MÉDA, 1995; MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões? In: GORZ, André (Org.). *Crítica da divisão do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 37-77. Este texto, a nosso ver, foi importante para a virada no pensamento de Gorz, pois ele contribuiu para a compreensão da impossível apropriação coletiva. Cf. também \_\_\_\_\_. 1988, p. 34-6; 62-3. Gorz ocupa-se e chama a atenção para os grupos atuais de resistência à racionalidade econômica do trabalho: a geração X, os programadores de softwares livres e trabalhadores da “cultura da nanotecnologia”. Cf. \_\_\_\_\_. 1997. p. 101-7; \_\_\_\_\_. 2003c. 87-95.

262 GOLLAIN, 2000, p. 112.

263 GORZ, 1997, p. 98.

264 Cf. GOLLAIN, op. cit., p. 120.

265 GORZ, 1997, p. 11-2.

266 GORZ. O declínio da relevância do trabalho e a ascensão de valores pós-econômicos. *O socialismo do futuro*, Salvador, n. 6, 1993c, p. 29, col. 1.

A atração pelo trabalho-emprego repousa, em grande parte, na relação que guarda com a fonte de recursos necessários para a sobrevivência. Contudo, também subjetivamente, parece que o trabalho está perdendo espaço na vida e na consciência das pessoas. Outras esferas da vida passam a ser mais importantes e valorosas, fazendo com que o trabalho seja descentrado. Nesse sentido, afirma Offe,

o que é paradoxal é que, ao mesmo tempo em que uma parcela sempre crescente da população participa do trabalho assalariado dependente, há um declínio no grau em que o trabalho assalariado, digamos, ‘participa’ na vida dos indivíduos, envolvendo-os e ajustando-os de diferentes maneiras.<sup>267</sup>

A ética do trabalho, fundamental para o surgimento e a evolução da sociedade do trabalho, parece estar se encaminhando para a sua crise. E isso por vários motivos:

*O trabalho exclui a atuação moral.* O trabalho estaria se enfraquecendo como “dever ético”, na medida em que já não permite mais que os homens possam atuar nele moralmente. O processo de racionalização do trabalho, atualmente em curso, parece excluir, cada vez mais, o chamado “fator humano” e as potencialidades de cada trabalhador<sup>268</sup>.

*A vida não está mais no trabalho.* Boa parte dos trabalhadores já não pauta mais a sua vida pelo trabalho, pois a “vida” está em outro lugar, fora do trabalho, nas relações familiares, de proximidade. “A satisfação com atividades que não são de trabalho contribui mais do que qualquer outro

fator para a satisfação na vida”<sup>269</sup>. Gorz faz referência a diversas pesquisas realizadas na Europa e que apontam para um crescente divórcio entre trabalho-emprego e vida. O emprego não dá conta dos desejos reais que as pessoas têm. A não-identificação com o trabalho que têm agiliza a desafeição ao trabalho<sup>270</sup>.

*Precarização do trabalho e desemprego.* Quanto mais precário o trabalho mais ele contribui para que não mais seja visto como fator de realização ou de desenvolvimento das potencialidades. Pelo contrário, as condições precárias do trabalho impedem uma identificação com ele. O desemprego de longa duração ou freqüentemente intermitente não é capaz de manter uma afeição pelo trabalho. Offe cita um estudo no qual se faz basicamente a seguinte afirmação: quanto mais tempo as pessoas passam fora do emprego, mais percebem que o trabalho não é mais um foco suficiente para organizar a vida<sup>271</sup>. Essas evidências nos levam à afirmação de que “o trabalho não é apenas objetivamente amorfo, mas também está se tornando subjetivamente periférico”<sup>272</sup>.

Não bastasse isso, o capitalismo acaba por colocar em crise não apenas o trabalho, mas também diversas noções relacionadas a ele e seu gerenciamento. A emergência do trabalho imaterial conduz a caminhos ainda mal vistos e afeta o próprio capitalismo, na medida em que categorias como “valor”, “trabalho”, “propriedade”, “riqueza” e “capital” estão em profunda transformação. Aprofundar isso, no entanto, seria outro desafio, que foge dos limites deste trabalho.

---

267 OFFE, 1995, p. 182.

268 Cf. ib., p. 183-184.

269 OFFE, 1995, p. 188.

270 Cf. GORZ, 1997, p. 101-7.

271 Cf. OFFE, op. cit., p. 187, nota 23.

272 Ib., p. 194.

### 3 Propostas para o êxodo da sociedade salarial

A trajetória feita até aqui nos permitiu alcançar dois objetivos: primeiro, caracterizar rapidamente a crise da sociedade do trabalho ou sociedade salarial. Segundo, conceituar o que entendemos por “emprego” e trabalho. Fomos guiados pela suspeita de que a crise do trabalho era, na verdade, a crise de um determinado tipo de trabalho, o trabalho-emprego. Ao mesmo tempo, uma certeza caminhava à nossa frente: o trabalho pode ser mais que o “trabalho”. Resta, para completar o nosso caminho, sempre conduzidos de perto por Gorz, traçar algumas propostas capazes de nos levar para além da sociedade do emprego. É o que perseguiremos neste terceiro capítulo. Mas para isso se faz necessário ver primeiro alguns princípios norteadores dentro dos quais as propostas da redução do tempo de trabalho e do mínimo vital universal e suficiente fazem sentido.

#### 3.1 Para além da lógica mercantil – rumo a uma economia plural

Nosso tempo vive sob a ditadura do mercado, do mercado auto-regulável. Sua dinâmica e voracidade em ampliar seu leque de influência foram analisadas por inúmeros estudiosos, bem como as conseqüências nefastas de sua impostura. Sua originalidade consiste em não deixar sobreviver nenhuma esfera (política, intelectual, científica, artística, esportiva) ou recôndito (mesmo os mais pessoais) fora da sua lógica de assimilação. A autonomia que ainda restava em cada uma des-

sas esferas “está sendo suprimida, e todas essas atividades se tornam mercantis”<sup>273</sup>. O “pensamento único” do economicismo elevou, ao pináculo, os valores da dominação, da competição e da destruição. O *homo oeconomicus* ou o *homo laborans* tornou-se o modelo ideal de ser humano.

A economia deve, como muito bem o mostra Dominique Méda<sup>274</sup>, para tornar-se um método a serviço de uma visão contratualista de sociedade, ter as seguintes características: ser a ciência das leis naturais da vida em sociedade, ter o indivíduo como centro e valorizar a troca realizada no silêncio do mercado<sup>275</sup>. O grande sonho dos economistas é o de conceber a economia política como uma ciência natural e matemática. As relações de troca realizadas por diferentes pessoas, cedem lugar a uma ciência regida por frias leis matemáticas. A ciência de inspiração dos economistas é a matemática. Por outro lado, a economia já não consiste mais na gestão da *oikos*, isto é, em suprir as necessidades da grande casa, mas é uma relação eminentemente individual. A economia é “apresentada como uma filosofia do contrato cujo objeto de troca não mais é constituído de liberdades individuais, mas de capacidades e de produtos”<sup>276</sup>. O laço social é esse fluxo incessante de intercâmbios. O grande desafio é o de “fazer coexistir indivíduos que não têm interesse pelos outros”<sup>277</sup>. Isso explica a matriz individualista, hedonista e utilitarista da economia moderna. Como vimos, o trabalho não escapou a essa visão da economia da qual ele se tornou servo.

273 CAILLÉ, Alain. Lula salva a esquerda mundial? *Primeira Leitura*, São Paulo, ano 1, n. 5, p. 54., jul. 2002.

274 No seu livro “*Le travail: une valeur en voie de disparition*”, ela consagrou o longo Capítulo VIII à temática do que poderíamos chamar de a “invenção” da economia. Cf. MÉDA. *Le travail*. Paris: Aubier, 1995. p. 196-259.

275 Cf. *ib.*, p. 197-208.

276 *Ib.*, p. 201.

277 *Ib.*, p. 201.

Com o *homo oeconomicus*, se universaliza também a idéia de uma economia concebida como a ciência do princípio de racionalidade: “A atividade econômica é o domínio mais vasto do princípio de racionalidade, e igualmente onde esse princípio apareceu por primeiro, mas não é o único”<sup>278</sup>. Ou seja, o princípio econômico é conquista e conquista de novos campos. “A economia se pretende, pois, a ciência que descobre e promete o princípio de racionalidade concebido como o princípio universal de toda ação racional”<sup>279</sup>.

Contrariamente a essa visão natural da economia, ela é, ao contrário, uma construção sócio-econômica<sup>280</sup>. Polanyi mostra muito bem que não se tem conhecimento de que, em economias anteriores à nossa, tenha havido uma que tenha sido controlada e regulada por mercados. Pelo contrário, uma perspectiva histórica nos faz ver que, via de regra, a economia do homem sempre esteve submersa em suas relações sociais, isto é, o sistema econômico é sempre uma função da organização social<sup>281</sup>.

As pesquisas de Polanyi ajudam a situar a atual economia de mercado num contexto histórico mais amplo e a desmitificar e relativizar sua força absolutizante diante da qual não é possível fazer nada a não ser, como diante de um deus que se reverencia, curvar-se resignadamente<sup>282</sup>. Ele distingue quatro princípios de comportamento econômico<sup>283</sup>, cada um dos quais está associado a um modelo institucional<sup>284</sup>.

1) Princípio da *domesticidade*. Este princípio consiste na produção para uso próprio (da pessoa

ou do grupo), ou daquilo que os gregos chamavam de *oeconomia*. Quaisquer que sejam as entidades muito diferentes, o princípio é sempre o mesmo: produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo. O modelo da administração doméstica é o grupo fechado.

2) Princípio da *reciprocidade*. Ele corresponde à relação estabelecida entre muitas pessoas por uma seqüência duradoura de dons. “A reciprocidade é em conseqüência fundada sobre o dom como fato social elementar, a existência do dom que é ligada a um contradom. O aspecto essencial da reciprocidade é que as transferências são indissociáveis das relações humanas”<sup>285</sup>. Por trás da reciprocidade pode estar uma grande variedade de motivações possíveis. Apesar disso, o elo comum é a garantia de que as trocas não sejam despersonalizadas. O retorno (ganho) do dom dado nem sempre é imediato e muito menos “material” no nosso sentido. Pode estar em que, executando bem determinada ação, seu realizador ganha em respeito, em estima ou em reconhecimento diante dos outros membros.

Em socorro da reciprocidade vem o padrão institucional da simetria,

um aspecto freqüente da organização social entre os povos iletrados. A marcante ‘dualidade’ que encontramos em subdivisões tribais colabora para a união de relações individuais, ajudando assim o tomar-e-dar de bens e serviços na ausência de registros permanentes. As metades da sociedade selvagem, que tendem a criar um *pendant* em cada subdivisão, acabam resultando de, e ajudando a executar os atos de reciprocidade sobre os quais o sistema repousa.<sup>286</sup>

278 LANGE, O. *Économie politique*. Paris: PUF, 1962. (apud MÉDA, 1995, p. 236).

279 MÉDA, op. cit., p. 236.

280 Cf. LAVILLE, Jean-Louis. *Économie et solidarité: esquisse d’une problématique*. In: \_\_\_\_\_ (Dir.). *L’Économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000. p. 13.

281 Cf. POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 63-9.

282 Saramago, por exemplo, afirma que muito da impotência da nossa geração provém dessa crença de que não é possível fazer nada: “Nos convertemos em seres passivos. Resignados. Seres que não questionamos, patéticos seres sentados a esperar que a ciência e a tecnologia nos tragam a nossa cota diária de bem-estar. Somos responsáveis por este mundo infeliz no qual nos cabe viver.” SARAMAGO, José. “Vivimos en una plutocracia, un gobierno de los ricos”. *Página/12*, Buenos Aires, 06 maio 2003.

283 Seguimos para esta parte POLANYI, op. cit., p. 67-75.

284 Aqui, além de Polanyi, seguimos a esquematização apresentada por Laville. Cf. LAVILLE, op.cit., p. 14-7.

285 LAVILLE, 2000, p. 14.

286 POLANYI, 2000, p. 68.

3) Princípio da *redistribuição*. Este princípio supõe a centralização numa autoridade de parte de toda a produção do grupo. Supõe o armazenamento da produção antes de ser novamente repartida. Do ponto de vista econômico, esta centralização é parte essencial do sistema vigente de divisão do trabalho. “Entretanto, essas funções de um verdadeiro sistema econômico são inteiramente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivação não-econômica em cada ato executado no quando do sistema social como um todo”<sup>287</sup>. A centralização para posterior redistribuição é fundamental para tribos de caçadores, por exemplo, uma vez que a natureza desta é sempre irregular e imprevisível. O produto da atividade de cada um é partilhado com as outras pessoas que vivem com ele. Inúmeros exemplos “mostram que a redistribuição também tende a enredar o sistema econômico propriamente dito em relações sociais”<sup>288</sup>.

4) Princípio do *mercado*. O mercado é o “local de encontro para a finalidade da permuta o da compra e venda”<sup>289</sup>. Mas o princípio mercado, assim como os outros princípios, depende de um padrão. O padrão de mercado é capaz de criar uma instituição específica: o mercado. E isso tem conseqüências nada desprezíveis, pois significa uma radical mudança na maneira de conceber as relações sociais. “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico”<sup>290</sup>.

O mercado tem a particularidade de depender de um modelo institucional que é próprio: faz o intercâmbio repousar sobre um equilíbrio entre a oferta e a procura. Este intercâmbio pode ser fei-

to em forma de compra e venda, quando a oferta e a demanda se ajustam a um valor expresso numa equivalente geral, o “preço” e o equivalente geral em “moeda”<sup>291</sup>.

Os três primeiros princípios assentavam sobre a “poli-valência”, ao passo que o mercado necessita realizar a “equi-valência”<sup>292</sup>.

Até o século XIX, todos os sistemas econômicos conhecidos por nós foram organizados segundo “os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, *inter alia*, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia”<sup>293</sup>. Elas não engendravam instituições únicas. Isso não significava nenhuma ausência do mercado, mas os mercados eram diferenciados e limitados a certos espaços e condições, portanto, isolados.

O surgimento do mercado, no entanto, só é possível mediante a descontextualização da economia, isto é, o mercado tende a se autonomizar em relação aos contextos sociais, culturais e religiosos nos quais se desenrola. Em outros contextos que não o capitalista, a troca tinha um papel circunscrito e era enquadrada por certos tipos de relações entre grupos e pessoas. No capitalismo, pelo contrário, a troca passa a ter um papel primordial na coordenação das ações humanas<sup>294</sup>.

Na economia de mercado, o interesse passa a ter um lugar privilegiado, especialmente o interesse individual, perseguido por todos indistintamente. A liberdade consiste em que cada indivíduo é livre para perseguir os seus interesses particulares e, dessa maneira, favorecer o conjunto do corpo coletivo. Esse é, na verdade, o princípio orientador de Smith em *Riqueza das nações* e tantos

---

287 POLANYI, 2000, p. 68.

288 *Ib.*, p. 72.

289 *Ib.*, p. 76.

290 *Ib.*, p. 77.

291 Cf. LAVILLE, 2000, p. 15.

292 Cf. GODBOUT, Jacques. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 197. Na terceira parte, “O estranho circuito”, o autor faz um confronto entre a dádiva e o mercado, apontando para as diferenças entre ambos.

293 POLANYI, 2000, p. 75.

294 Cf. LAVILLE, *op. cit.*, p. 17.

outros pensadores depois dele. Assim, “o mercado, baseado na consideração do interesse, é considerado como *o primeiro princípio de comportamento econômico*, destinado a assegurar a ordem na economia; a esfera econômica mercantil ganha importância crescente na organização das relações entre indivíduos livres [...]”<sup>295</sup>.

A economia de mercado, por sua própria lógica, procura relativizar, escantear, desvalorizar, minimizar a influência das tradicionais formas de economia. Ela não sabe conviver com as outras economias e as vê como formas “atrasadas”, “primitivas” de economia. Felizmente, contudo, formas residuais da economia tradicional persistem até hoje.

As manifestações de protesto em Seattle, nos Estados Unidos, em 1999, por ocasião do encontro da OMC, foram um contundente grito de discordância com relação ao imperialismo totalitário do mercado e sua cega racionalidade econômica. Foi o primeiro sinal mais visível e de amplas repercussões de que algo na economia estava indo mal.

O Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez em janeiro de 2001, em Porto Alegre, chama a atenção, primeiramente, para este descontentamento generalizado para com o “pensamento único” imposto pela economia de mercado. Coincide com sinais de claro fracasso do neoliberalismo em todo o mundo. Em segundo lugar, o Fórum reúne uma constelação de organizações sociais, econômicas, culturais de todo o mundo, que têm em comum - talvez só - o fato de serem clara e abertamente contra a maneira de como a economia está sendo gerida em todo o planeta e de como os governos das nações se submeteram à lógica do mercado.

Outras tantas manifestações e encontros se seguiram e continuam a ser realizados. Emerge um forte e vigoroso grito de que “outro mundo é possível”, na medida em que outras economias

são novamente admitidas e reconhecidas. Há um reconhecimento generalizado de que o mundo se tornou tão desigual e injusto devido à supremacia do mercado auto-regulado, sem freios e sem limites. A crise do capitalismo atual revela um limite: o mercado é incapaz de resolver os problemas sociais. E a classe política tornou-se co-responsável dessa situação ao raciocinar em função de esquemas redutores, segundo os quais o Estado e o mercado são as únicas forças ativas das sociedades modernas<sup>296</sup>. Ao agir assim, reduz-se toda a discussão a pensar sobre a necessidade de mais mercado, menos Estado ou o contrário.

Estudiosos têm se dado ao trabalho de trazer à tona a redução do conceito de “riqueza”, realizado pela economia política clássica. A maneira como é contabilizado o PIB (Produto Interno Bruto) é a expressão de uma concepção de economia que valoriza só aquela produção que é realizada com vistas ao intercâmbio mercantil. Dessa forma, “não são contabilizadas na riqueza social nem o que escapa à lógica do intercâmbio (a educação pessoal, a saúde...) nem o que escapa à socialização [...]”<sup>297</sup>. Tampouco se inclui nessa maneira de medir a riqueza, por exemplo, o prejuízo causado à natureza.

Roger Sue sustenta que a economia doméstica, a economia de autoprodução individual e coletiva e a economia associativa, representam uma produção de riqueza que ultrapassa o PIB tradicional, ou seja, ela é superior à riqueza produzida pela economia formal e o trabalho-emprego. Desse modo, sem querer subestimar a importância da macroeconomia ou da economia de mercado, convém chamar a atenção para o fato de que, em momentos de crise econômica, certamente, essas “outras economias” têm contribuído, em muito, para que a pobreza e a miséria social não fossem maiores. Assim, falar em “crise da economia” é sempre referir-se a um determinado tipo de economia e não à economia na sua totalidade<sup>298</sup>,

---

295 LAVILLE, 2000, p. 20. Os grifos são do autor.

296 Cf. CAILLÉ, Alain. In: AZNAR, 1997, p. 134.

297 MÉDA, 1995, p. 210.

298 Cf. SUE, Roger. *La richesse des hommes: vers l'économie quaternaire*. Paris: Odile Jacob, 1997, p. 79-80.

sempre muito mais vasta, rica e não passível de ser contabilizada.

Pensar uma outra sociedade significa reconhecer que a riqueza é mais ampla do que aquela incluída no PIB, mas também significa admitir uma pluralidade de economias convivendo juntas. Nem só mercado, nem só Estado, nem só economia solidária, nem só Terceiro Setor, nem só seja lá o que for, ou seja, como sugere Laville,

é preciso definir a economia de maneira mais extensiva. À economia mercantil se acrescenta a economia não mercantil, regida pela redistribuição, e cujas normas são promulgadas pelo viés da participação representativa. Mas mais possível esquecer a economia não monetária, na qual a produção e a distribuição de riquezas estão a serviço do laço social [...].<sup>299</sup>

Adotar a perspectiva de uma economia plural significa não eliminar a economia de mercado e substituí-la pela economia doméstica ou do dom, nem voltar a um passado nostálgico, mas simplesmente tomar consciência da complexidade da economia<sup>300</sup>. Admitir pólos diferenciados na economia é “domesticar” a economia de mercado e valorizar a riqueza de formas de se fazer economia, baseadas em lógicas diferenciadas.

Nesse, a pergunta central passa a ser a seguinte: podemos inverter a evolução descrita por Polanyi e fazer com que a sociedade não seja mais gerida como auxiliar do mercado?<sup>301</sup> Na perspectiva da corrente antieconomicista, na qual Gorz também se inscreve, devemos admitir que sim. A economia econômica clássica subestimou todas as atividades cuja racionalidade não fosse a econômica dominante. Portanto, uma das funções dessas outras economias é subtrair atividades, espaços, tempos, da racionalidade econômica. É admitir que fora da economia de mercado também pode haver e, efetivamente, há economia.

Se “o mercado é fundamentalmente o lugar onde se enfrentam indivíduos isolados, buscando cada um sua própria vantagem”, então, “mercado e sociedade são fundamentalmente antinômicos”<sup>302</sup>. Isso leva Gorz a concluir que a chamada “sociedade de mercado” é uma contradição nos termos: supõe-se que seja o resultado da luta de cada um contra todos<sup>303</sup>. Há aqui uma razão a mais para restringir o domínio do mercado. Como mercado e sociedade têm interesses antagônicos, a construção desta (sociedade) implica a admissão e efetivação de práticas e políticas que tenham por objetivo a redução do poder de força do mercado.

A concepção de uma economia que seja plural é pré-requisito básico para se admitir e valorizar a existência de uma pluralidade de atividades que não estejam submetidas à racionalidade econômica, pois, como afirma Beck, “a civilização ocidental recalçou e esqueceu as outras formas de atividade, erigiu a sociedade unicamente sobre o trabalho”<sup>304</sup>, entendido na sua forma emprego.

Gorz e Méda falam da necessidade de se “desencantar” o trabalho-emprego para que se possa pensar numa sociedade diferente. Nos últimos dois séculos, na medida em que ocorreu a glorificação do trabalho, este passou a “encantar” os indivíduos e as sociedades, no sentido de que “ele exerce sobre nós um ‘charme’ do qual somos hoje prisioneiros”<sup>305</sup>, charme do qual é preciso que nos libertemos a fim de desencantar o trabalho. Para Gorz, desencantar o trabalho significa basicamente dar-lhe outro lugar em nossas vidas, na nossa imaginação e no nosso pensamento. Significa também admitir em seu lugar a existência de “atividades múltiplas, cuja remuneração e rentabilidade não serão mais a condição necessária nem o seu fim. As relações sociais, os laços de cooperação, o sentido de

299 LAVILLE, J. L. In: AZNAR, 1997, p. 135-36.

300 Cf. LAVILLE, J. L. In: AZNAR, 1997, p. 136.

301 Cf. GOLLAIN, Françoise. *Une critique du travail*. Paris: La Découverte, 2000. p. 194.

302 GORZ, André. *Métamorphoses du travail*: quête du sens. Critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988. p. 228.

303 *Ib.*

304 BECK, Ulrich. *Liberdade ou capitalismo*: Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. São Paulo: Unesp, 2003. p. 160.

305 MÉDA, 1995, p. 293.

cada vida serão produzidos principalmente por essas atividades que não valorizam o capital”<sup>306</sup>. Como se percebe pela prática, há uma gama muito rica de atividades, que vão desde o chamado Terceiro Setor, passando economia solidária, pelos LETs ou círculos de cooperação, até os clubes de trocas, agrupadas em organizações, setores, que é difícil de classificar num mesmo e grande setor.

### 3.2 Redução do tempo de trabalho e nova cultura do tempo livre

A luta pela redução do tempo de trabalho está inscrita na luta histórica da classe operária por melhores condições de vida. Reduzir o tempo de trabalho sempre soou como arrancar do domínio do capital a vida que pertence a cada trabalhador. A classe operária, através da organização sindical, tem conseguido fazer com que a jornada de trabalho fosse efetivamente reduzida, passando de 15 ou 16 horas diárias para 8 horas diárias em boa parte do mundo. A voracidade do capital foi sendo, assim, limitada pela redução do tempo diário, semanal ou anual de trabalho. A marca de 44 horas semanais está vigente em nosso país desde a Constituição de 1988, ainda que se deva fazer uma distinção entre: (1) a jornada de trabalho legal, a que é fixada pela Constituição; (2) a contratada, que decorre da negociação coletiva entre trabalhadores e empresários; e (3) a efetivamente praticada, que é a realidade de cada empresa<sup>307</sup>.

De modo geral, se pode dizer que a redução do tempo de trabalho teve sempre como protagonista principal a classe operária. Hoje, pelo contrário, dadas as transformações pelas quais o capitalismo está passando, os trabalhadores perderam o mando da proposição da redução do

tempo de trabalho. Ironicamente, o capital, nas últimas três décadas, passou a ditar o jogo e a estabelecer as regras para a efetivação dessa redução. Não há necessidade de dizer que o capital o faz na perspectiva de seus interesses, com a finalidade de manter e assegurar para si a centralidade do tempo dos trabalhadores. Enfim, o capital transformou esta bandeira da classe operária num “modo de gestão”, isto é, num “método que dá às empresas o domínio total do tempo, o poder total sobre a vida dos prestatários de trabalho”<sup>308</sup>.

O capitalismo chegou ao ponto de, por incidência da revolução tecnológica informacional, produzir igual, ou mesmo maior, volume de riquezas com sensível diminuição do volume de trabalho. O trabalho transformou-se numa “mercadoria rara”<sup>309</sup>, aumentando ainda mais o fosso entre a oferta e a procura de empregos. O capital tomou para si a gestão desses empregos ainda existentes.

Grande parte dos estudiosos da redução do tempo de trabalho admite que está efetivamente em curso a prática de tal redução, ou seja, a redução do tempo de trabalho passou a ser imposta pelos mecanismos do mercado. Ela tem diversas expressões. O desemprego certamente é a mais dramática de todas. Evidentemente, somente um olhar mais atento é capaz de perceber que, por detrás do desemprego, se esconde uma redução da jornada de trabalho muito radical: a que divide a sociedade entre o desemprego e o sobretrabalho, como já vimos no primeiro capítulo. Frear ao máximo a entrada dos jovens no mercado de trabalho, assim como excluir os trabalhadores que se encontram na faixa dos 40 ou 45 anos é outra maneira de repartir o trabalho existente. A flexibilização do trabalho, assim como a sua precarização, inserem-se dentro da mesma dinâmica. As empresas criam empregos sempre mais precários,

306 GORZ, André. *Misères du présent. Richesse du possible*. Paris: Galilée, 1997. p. 124. Essa idéia da multiatividade está presente no pensamento de Gorz já, ao menos, em 1983. Cf. \_\_\_\_\_. *Les chemins du Paradis: l'agonie du capital*. Paris: Galilée, 1983. p. 90.

307 Cf. PASTORE, José. Não há milagres. *Folha de S.Paulo*, 23 nov. 2002.

308 GORZ, 1997, p. 152.

309 *Ib.*, p. 97.



com remuneração mais baixa e com menos garantias sociais<sup>310</sup>.

O trabalho por hora acaba sendo uma das formas mais extremadas e perversas pelas quais o capital procura dominar o tempo e a vida dos trabalhadores. Não permite que o “desempregado” sequer tenha a posse sobre o seu tempo. O “empregado” - que não é empregado - deve estar permanentemente à disposição da empresa, esperando que ela tenha necessidade dele por alguns dias ou algumas horas, pagando-lhe uma tarifa por hora apropriada<sup>311</sup>.

O que se presencia, portanto, é uma redistribuição do trabalho existente que implicou a despossessão dos trabalhadores de todo poder sobre seu tempo:

alguns, de cuja permanência a empresa tem necessidade, trabalham com horários flexíveis, segundo a conjuntura e as estações; os outros – temporários, precários, de tempo parcial, teletrabalhadores, encarregados de diligências – trabalham intermitentemente entre um número crescente de ativos [...], mas de maneira tal que ninguém mais está seguro de nada [...].<sup>312</sup>

“Quando uma sociedade produz para trabalhar em lugar de trabalhar para produzir, é o trabalho em geral que se encontra atingido pelo não-sentido”<sup>313</sup>. Esta nos parece ser a perspectiva da luta pela redução do tempo de trabalho. Do ponto de vista da sociedade e dos trabalhadores, faz-se necessário repensar a redistribuição do trabalho existente e a redução da jornada de trabalho. É preciso querer o êxodo do trabalho-emprego para que possamos nos reapropriar do trabalho de outras maneiras, como atividades cheias de sentido.

O tema da redução do tempo de trabalho entra no horizonte do pensamento teórico de André Gorz na sua segunda fase. Este tema começa a ser elaborado em “*Adeus ao proletariado*”, publicado em 1980, e que, como já vimos, marca a passagem de Gorz da primeira para a segunda fase. Para Gorz está claro, desde o primeiro momento em que concebe a proposta da redução do tempo de trabalho, que ela não é uma finalidade em si mesma. O horizonte dentro do qual ela deve ser pensada é a extensão máxima da esfera da autonomia. É nessa perspectiva que ela deve ser colocada e exigida<sup>314</sup>.

Gorz considera, grosso modo, a existência de duas condições empíricas<sup>315</sup> na formulação de sua proposta da redução da jornada de trabalho: a primeira consiste na desafeição ao trabalho, que solapa as bases ideológicas e éticas do industrialismo; a segunda é a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, provocada pela revolução tecnológica<sup>316</sup>. Consiste, portanto, no encontro de uma transformação cultural e outra tecnológica. Ambas mudaram sensivelmente o mundo do trabalho.

O sentido da redução do tempo de trabalho consiste numa dupla tarefa: 1) liberar tempo para as atividades autônomas sem fins lucrativos (o efeito inverso é pretendido para todas as atividades assalariadas e mercantis)<sup>317</sup>; 2) é a única alternativa capaz de evitar uma crescente dualização da sociedade entre os trabalhadores do núcleo central, de tempo integral, e os trabalhadores dos círculos periféricos<sup>318</sup>, precários, de baixa remuneração, de tempo parcial...

310 Cf. AZNAR, 1997, p. 42-46; GOLLAIN, 2000, p. 165-78.

311 Cf. GORZ, 1997, p. 152. Um trabalhador, morador da Vila Farrapos, Porto Alegre, contou, certa vez, que trabalhava sob este regime para uma empresa do Aeroporto Internacional Salgado Filho. Consta no contrato que devia estar à disposição da empresa 24 horas por dia para uma eventual entrega, que devia ser feita imediatamente.

312 GORZ, loc. cit.

313 ORZ, André. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p. 92.

314 Cf. *Ib.*, p. 107.

315 Cf. SILVA, Josué Pereira da. *André Gorz: trabalho e política*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002, p. 185.

316 Cf. GORZ, 1983, p. 76.

317 Cf. GORZ, 1987, p. 107-8.

318 Cf. *id.*, 1988, p. 224; SILVA, 2002, p. 186.

Num belo artigo publicado no Brasil em 1995, Gorz relaciona magnificamente a política de redução do tempo de trabalho a um projeto político de transformação da sociedade: “As medidas que compõem uma política de redistribuição do trabalho e do tempo liberado deverão se inscrever na perspectiva de uma superação da sociedade do trabalho assalariado [...]”<sup>319</sup>. Uma política de redução do tempo de trabalho não pode perder de vista o horizonte mais amplo, a construção de uma nova sociedade – para a qual uma nova compreensão de trabalho e de tempo liberado são ingredientes fundamentais. Caso contrário, será apenas uma medida pontual ou isolada<sup>320</sup>, um remendo no sistema, com grandes chances de fracassar.

É neste sentido que o grande desafio está em

saber como essas economias de tempo de trabalho podem ser transformadas em novas liberdades individuais e coletivas; como, em outras palavras, o tempo liberado do trabalho à escala da sociedade pode ser transformado em um *recurso* e como a sociedade pode *se apropriar e redistribuir* este recurso de maneira que todos e todas tenham acesso a ele e possam se tornar mestres de seu tempo, mestres de suas vidas, *produtores livres de relações de cooperação e de troca*.<sup>321</sup>

Na verdade, a proposta da redução do tempo de trabalho procura enfrentar dois grandes desafios: primeiro, redistribuir entre todos o trabalho socialmente necessário, de modo que todos possam trabalhar menos, melhor e de outra maneira<sup>322</sup>. Trata-se de proceder a uma outra repartição do trabalho que não a implantada hoje pelo capital. Segundo, começar a visualizar o tempo liberado ou o tempo livre, não mais como um tempo vazio, sem sentido, ou simplesmente na pers-

pectiva de recuperar as forças e as energias para o trabalho assalariado, mas como um tempo rico em novas possibilidades desvinculadas da lógica da racionalidade econômica e da mercantilização. O tempo livre não deve ser visto como um tempo vazio, um tempo de pura passividade<sup>323</sup>. É o tempo de produção de sociedade, de relações sociais e tempo para o livre desenvolvimento pessoal. “O tempo liberado do trabalho não é, simplesmente, um tempo livre. Ele só se torna tempo livre se nós nos apropriarmos desse tempo livre, tornado-nos senhores, individual e coletivamente, escolhendo os objetivos e usos que dele faremos”<sup>324</sup>.

Gorz resgata uma passagem dos “*Grundrisse*” de Marx para assinalar que a verdadeira economia que uma sociedade pode fazer é a economia de tempo e que nisso consiste a sua verdadeira riqueza. “‘O primeiro sintoma de uma autêntica prosperidade e riqueza da nação’ está no fato de que os homens podem trabalhar menos”<sup>325</sup>. “O tempo é considerado como a fonte mais preciosa, e a economia da esfera da necessidade terá por princípio economizar ao máximo o tempo de trabalho a fim de maximizar o tempo disponível”<sup>326</sup>.

Para Gorz, “o *pleno desenvolvimento das forças produtivas dispensa do pleno emprego das forças produtivas* (em particular da força de trabalho) e permite fazer da produção uma atividade acessória”<sup>327</sup>. Seguindo o caminho aberto por Marx, Gorz enfatiza que “‘a verdadeira economia – aquela que economiza – é economia de tempo de trabalho’. A verdadeira economia leva à eliminação do trabalho como forma dominante de atividade”<sup>328</sup>. É por razão que a redução do tempo de trabalho

319 GORZ, André. Saindo da sociedade do trabalho assalariado. *São Paulo em Perspectiva*, n. 3, p. 137, col.2, jul.-set. 1995.

320 Cf. *ib.*, p. 138, col. 1; \_\_\_\_\_. p. 234, 1988.

321 GORZ, 1988, p. 137, col. 2. Os grifos são do autor.

322 Cf. *ib.*, p. 235. Cf. também AZNAR, G. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Scritta, 1995.

323 Cf. GORZ, *op. cit.*, p. 244.

324 GORZ, André. Da aptidão ao tempo livre. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 51, p. 32, jun. 1999a.

325 GORZ, 1983, p. 120.

326 *Ib.*, p. 121.

327 *Id.*, 1997, p. 151. Os grifos são do autor.

328 GORZ, *loc. cit.* A primeira frase é citação de Marx.

pode abrir um espaço sempre maior para a realização de atividades que não estejam mais ligadas à lógica da racionalidade econômica. O tempo livre “permite aos indivíduos desenvolver capacidades (de invenção, de criação, de concepção, de inteligência) que lhe conferem uma produtividade quase ilimitada [...]”<sup>329</sup>.

O tempo livre não pretende, dessa maneira, ser um tempo submetido à lógica do consumo, como acreditam alguns autores<sup>330</sup>. Logicamente, podemos desdenhar do poder que o consumo passou a ter em nossas sociedades<sup>331</sup>. Convém dar-nos conta de que o exacerbamento do consumo está estreitamente ligado à produção capitalista que separa o produtor do consumidor. Não há produtor sem consumidor, assim como não há produção sem consumo. Por esse motivo, para que a produção possa crescer sempre, é preciso instigar e dinamizar o crescimento do consumo, sem que levemos em conta os efeitos macro-sociais e ambientais de tal lógica. Como recorda Gorz, o antigo “isso me basta” cede lugar ao “mais vale mais”<sup>332</sup> ou ao nunca é suficiente. Uma revolução em nível das necessidades entra na uma nova concepção na qual “a eficácia máxima *ilimitada* na exploração do capital exigirá, assim, o máximo *ilimitado* de ineficiência na cobertura das necessidades, e do esbanjamento no consumo”<sup>333</sup>.

É verdade que, na perspectiva de Mothé, existe uma mercantilização das relações sociais e também uma colonização do tempo livre por parte da indústria do lazer. No entanto, na medida em que a lógica da racionalidade econômica é limitada através de uma concepção reduzida de trabalho e de uma redução no tempo de trabalho,

há espaço para que o consumo seja freado e novamente posto a serviço de outra lógica. A redução do tempo de trabalho pode, na medida em que abre espaço para o desenvolvimento de atividades autônomas, sem fins mercantis, contribuir para reverter a “cultura do desperdício” na sociedade ocidental e orientá-la para o “bem-estar”, em detrimento do “bem-ter”<sup>334</sup>. Dessa maneira contribuirá para podermos gozar com mais plenitude da “boa vida”.

O capitalismo conseguiu a façanha de transformar o tempo em mercadoria. Gorz escreve que fomos levados a conceber o tempo livre como o inverso do tempo de trabalho, mas numa linha de continuidade em se tratando de sua finalidade. Concebemos o tempo livre

como um tempo que em vez de vender nós devemos comprar dos mercados que nos fornecem o emprego e os equipamentos que permitem este emprego: parque de diversão, cruzeiros, turismo, hotéis, espetáculos, etc... Captado e monetarizado, o tempo continua ainda um bem mercantil do qual, já que se paga, é necessário lucrar o máximo a fim de ‘tê-lo por seu dinheiro’.<sup>335</sup>

A reapropriação do tempo livre passa pela subtração do tempo livre da lei do dinheiro e da lógica da mercadoria. O que exige, certamente, um amplo trabalho de transformação cultural e ideológica. Se fomos até hoje preparados (na escola, nas igrejas, pelas políticas públicas...), para o trabalho, tratemos de começar a nos preparar para o *otium* ou a *scholé*, para as atividades sem fins mercantis ou lucrativos, para a inutilidade econômica.

Quando o capitalismo já não necessita mais de todo o trabalho de todas as pessoas, o trabalho descontínuo, dentro de uma política de redução do

---

329 *Ib.*, p. 150.

330 Cf. especialmente MOTHÉ, 1997. Mothé é um dos maiores críticos do tempo livre. Para ele, o tempo livre continua a ser o tempo do consumismo, da precarização do trabalho. É visto por ele como fator de produção e reprodução das desigualdades. Cf. também BEAUD, M. *Le basculement du monde*. Paris: La Découverte, 1997. p. 220-4.

331 Cf. RIFKIN, 1995, p. 19-26.

332 Cf. GORZ, 1988, p. 138-59.

333 *Ib.*, p. 145.

334 Cf. a esse respeito o interessante artigo de TOMÁS, Robert. En la cultura del despilfarro. *Clarín*, Buenos Aires, 26 ago. 2003.

335 GORZ. 1999a, p. 33.

tempo de trabalho, pode converter-se num espaço de realização de novas liberdades. Ele pode transformar a descontinuidade em “direito a trabalhar de maneira intermitente e a levar uma vida multia-tiva, na qual trabalho profissional e atividades não remuneradas se revezem e se completem”<sup>336</sup>. O trabalho descontínuo não é outra coisa do que “uma redução do tempo de trabalho semestral, anual ou plurianual, com repartição do emprego entre um maior número de pessoas”<sup>337</sup>. No entanto, a sociedade deve reconhecer “a todos o direito de trabalhar de maneira descontínua e simultaneamente o direito a uma renda contínua”<sup>338</sup>.

Está claro, portanto, que a redução do tempo de trabalho não visa unicamente à criação de novos empregos, por mais importante que isso seja em nossas sociedades para a distribuição das riquezas socialmente produzidas, mas visa também à abertura de novos horizontes de realização pessoal, interpessoal e comunitária para além do trabalho-emprego. Gorz chama a atenção para o fato de que, para boa parte dos trabalhadores, o tempo fora do trabalho acaba sendo investido de crescente importância na vida desses trabalhadores. Não admitem mais viver exclusivamente para o trabalho<sup>339</sup>. Por todos os lados, salta o desejo de trabalhar menos e viver melhor. A qualidade de vida aparece como um valor cada vez mais importante a ser cultivado. “O lazer, o tempo com a família e a diversão fazem toda a diferença entre uma vida pautada e invadida pelo trabalho e uma boa vida”<sup>340</sup>.

Na medida em que as pessoas redescobrem a qualidade de vida que há fora do trabalho e na medida em que lhes está assegurada a sobrevivência, elas relutam em perder este espaço para o trabalho heterônomo. Tornam-se mais exi-

gentes quanto à natureza, o conteúdo e a organização do trabalho. “A libertação *do* trabalho terá conduzido à liberação *no* trabalho”<sup>341</sup>. E, evidentemente, a exigência de autonomia experimentada fora do trabalho não tem comparação com aquela sempre limitada que se dá dentro do trabalho:

a autonomia no trabalho é pouca coisa na ausência de uma autonomia cultural, moral e política que a prolonga e que não nasce da cooperação produtiva em si, mas da atividade militante e da cultura da insubordinação, da rebelião, da fraternidade, do livre debate, do questionamento radical (que vai à raiz das coisas) e da dissidência que ela produz.<sup>342</sup>

Pelo que vemos, a redução do tempo de trabalho não aumenta automaticamente o tempo livre das pessoas. Trata-se de ir criando uma nova cultura do tempo livre, para que a redução da jornada de trabalho não redunde num segundo ou mesmo terceiro empregos. No fundo, trata-se de dar uma nova importância aos outros tempos da vida e construí-los fora da lógica produtivista. A sociedade está convidada a olhar muito mais para o seu interior, suas necessidades, suas carências, seus desejos, e menos para o interior da fábrica, do escritório e suas necessidades.

Concluindo, vale dizer que a diminuição planejada e cada vez mais importante do tempo de trabalho deve ser organizada em sinergia com a instauração de uma renda de cidadania universal, incondicional e suficiente.

### 3.3 Mínimo vital universal e suficiente

Não basta distribuir equitativamente o trabalho entre todos. Na atual fase do capitalismo, é

---

336 Id., 1997, p. 154.

337 GORZ, 1997, p. 155.

338 Ib., p. 156.

339 Cf. Ib., p. 101-7; \_\_\_\_\_. 1988, p. 128-31.

340 CHAIM, Célia. Trabalho para todos. *IstoÉ*, São Paulo, 12 dez. 2002.

341 GORZ, 1988, p. 119. Os grifos são do autor.

342 GORZ, 1997, p. 72. Os grifos são do autor.

preciso distribuir também entre todos as riquezas socialmente produzidas com cada vez menos trabalho<sup>343</sup>.

Gorz torna-se partidário da renda básica na sua segunda fase, mais precisamente em 1983, com *“Les chemins du paradis”*. O seu pensamento sobre a renda básica sofre uma importante inflexão que não podemos ignorar. Num primeiro momento, Gorz relaciona o direito à renda ao direito ao trabalho; na fase seguinte, ele admite e defende vigorosamente a alocação universal, incondicional e suficiente. Vejamos cada um desses momentos.

1. *Vínculo entre direito à renda e direito ao trabalho*. No primeiro momento, Gorz vincula o direito à renda ao direito ao trabalho<sup>344</sup>. Gorz raciocina em termos de direitos e deveres. Escreve ele:

Enquanto pertenço à sociedade, tenho o direito de pedir-lhe minha parte da riqueza socialmente produzida: enquanto pertenço à sociedade, esta tem o direito de pedir minha parte de trabalho social correspondente. É pelo dever que ela me faz, que ela me reconhece como fazendo parte dela. Se ela não me pede nada, ela me rejeita. Direito ao trabalho, dever de trabalhar e direito de cidadania estão inextricavelmente vinculados.<sup>345</sup>

Gorz raciocina, na verdade, em termos da sociedade que está aí. Mesmo defendendo uma renda de cidadania, em termos de uma nova concepção de trabalho, ele ainda não se distingue muito, neste aspecto, da concepção de renda básica que a direita tem e que ele critica. E isso porque a liberdade que a renda deveria garantir está para ele ainda estreitamente relacionada ao emprego. “A

garantia de uma renda independente de um emprego só será portadora de liberdade se vier acompanhada do *direito de cada um ao trabalho*, ou seja, à produção de sociedade, à produção de riquezas socialmente desejáveis e à livre cooperação com os outros [...]”<sup>346</sup>.

Gorz traz para essa reflexão a análise das transformações ocorridas no capitalismo, especialmente a capacidade deste em produzir mais com menos trabalho. Gorz admite que “não é do trabalho em si, mas da duração do trabalho que a renda deve tornar-se independente”<sup>347</sup>.

2. *Defesa da renda de cidadania*. A partir de *“Misères du présent. Richesse du possible”*, escrito em 1997, Gorz dá uma guinada importante no seu pensamento relativo à concepção de renda cidadã que defendia até então. A nosso ver, muda a perspectiva da sua reflexão. Não raciocina mais em termos da sociedade capitalista centrada no emprego, mas articula a renda em vista da sociedade de multiatividades. “A segurança de renda é a condição primeira de uma sociedade de multiatividades”<sup>348</sup>, afirma.

Ele próprio reconhece a inflexão no seu pensamento: “Durante muito tempo eu recusei a idéia de uma renda social que permite ‘viver sem trabalhar’”<sup>349</sup>. As razões dessa recusa estão relacionadas à sua idéia de que aos direitos correspondem deveres e de que o trabalho é importante para a socialização e para o reconhecimento social. Mas, à medida que diminui o peso da necessidade de todo o trabalho, de todas as pessoas, a justiça social exige que o trabalho diminua na

343 Cf. SANSON, César; LANGER, André; CORBELLINI, Dárnis. Brasil: pensar o trabalho na perspectiva do bem comum e da solidariedade. In: NEUTZLING, Inácio (Org.). *Bem comum e solidariedade: por uma ética na economia e na política do Brasil*. São Leopoldo: Unisinos, 2003. p. 127.

344 Cf. GORZ, 1988, p. 253.

345 *Ib.*, p. 256. Alain Caillé, por exemplo, critica a visão contratualista da sociedade capitalista sobre a qual repousa esta percepção de sociedade. “A idéia segundo a qual ‘não se tem nada sem nada’ faz parte das crenças largamente partilhadas pela vida social. Não se pode receber nada sem fornecer uma contrapartida igual ou proporcionalmente à que se forneceu, acredita-se. Não há direito(s) sem dever(es), e não há renda sem trabalho. Parece que as relações entre sujeitos devem obedecer à regra do ‘troca-troca’. E, portanto, que os mais pobres devem ‘merecer’ as prestações sociais que lhes são concedidas”. CAILLÉ, Alain. In: AZNAR, 1997, p. 91.

346 GORZ, 1983, p. 88. Os grifos são do autor.

347 *Id.*, 1988, p. 256.

348 *Id.*, 1997, p. 134.

349 GORZ, 1997, p. 139.

vida de cada um e que seja eqüitativamente repartido entre todos<sup>350</sup>. Para ele, esse modo de raciocinar era coerente com alguns aspectos, mas incoerente com outro: “era coerente com a perspectiva da extinção do assalariamento e da ‘lei do valor’: a renda social garantida não era mais um salário. Ela era coerente com a apropriação e o controle do tempo, mas ela não era coerente com as perspectivas e as mudanças introduzidas pelo pós-fordismo”<sup>351</sup>. Em seguida, passa a descrever as quatro razões que o levaram a abandonar a posição anterior. Apresentamos, a seguir, ainda que sucintamente, estas razões.

1) A primeira razão diz respeito ao rompimento do vínculo entre tempo de trabalho e medida de trabalho. “Quando a inteligência e a imaginação (o *general intellect*) se tornam a principal força produtiva, o tempo de trabalho deixa de ser a medida do trabalho; mais, ele deixa de ser mensurável. O valor de uso produzido pode não ter nenhuma relação com o tempo consumido para a sua produção”<sup>352</sup>. Portanto, torna-se sempre mais difícil saber qual é o volume de trabalho com que cada indivíduo deve contribuir para o conjunto da sociedade num determinado período. Fica extremamente difícil medir a jornada de trabalho de certas categorias de trabalhadores, especialmente os que atuam no trabalho imaterial. Dessa maneira, se ressalta a importância da alocação universal e incondicional de uma renda capaz de estimular as atividades não remuneradas.

2) Gorz reconhece as objeções que se levantam contra uma tal proposta (renda universal e incondicional). No caso de a alocação de uma renda precisar ser condicionada a uma contraprestação que a justifique, então, que ela seja um trabalho de interesse geral na esfera pública e que seja remunerada como fim, sem que isso altere o

seu sentido. Mas, se este sentido não puder ser seguido e se a alocação servir para alavancar o desenvolvimento de uma ampla gama de atividades não remuneradas, então “é preciso que a alocação universal seja garantida incondicionalmente a todos, porque, *só sua incondicionalidade poderá preservar a incondicionalidade das atividades* que só têm sentido se forem cumpridas por elas mesmas”<sup>353</sup>.

3) A alocação universal é a que melhor se adapta à evolução do trabalho imaterial. Serve, também, para desvincular o direito à formação aos interesses das empresas. A alocação universal serve para “fazer do direito ao desenvolvimento das faculdades de cada um o direito incondicional a uma autonomia que transcende sua função produtiva [...]”<sup>354</sup>.

4) Mas é também a que corresponde melhor à economia para além da “lei do valor”. A presente evolução no campo da economia “torna caduca a ‘lei do valor’. Exige, de fato, outra economia, na qual os preços já não reflitam o custo do trabalho imediato, cada vez mais marginal, contido nos produtos e nos meios de trabalho, nem o sistema de preços, o valor de troca dos produtos”<sup>355</sup>. Num mundo em que fica cada vez mais difícil distinguir e avaliar a contribuição de cada um no processo de criação das riquezas, “a alocação universal de uma renda suficiente equivale a uma *colocação em comum* das riquezas socialmente produzidas”<sup>356</sup>. Cada vez mais o PIB é resultado não mais de contribuições individuais identificáveis, mas do conjunto da sociedade, portanto, uma obra coletiva, e da atual geração e das gerações passadas. O princípio do “a cada um segundo o seu trabalho”, caducou<sup>357</sup>.

Podemos dizer, então, que a alocação de uma renda universal e suficiente atende a um duplo objetivo: por um lado, contribui para a formula-

---

350 Cf. ib.

351 Ib., p. 140.

352 GORZ, loc. cit.

353 GORZ, 1997, p. 143-4. Os grifos são do autor.

354 Ib., p. 144-5.

355 Ib., p. 148.

356 GORZ, 1997, p. 148.

357 GORZ, loc. cit.

ção de uma nova equação de distribuição das riquezas socialmente produzidas, e, por outro, aponta para uma sociedade diferente, onde a necessidade do trabalho se faz sentir de maneira diferente<sup>358</sup>.

Gorz, desde o primeiro momento em que abordou a temática da renda básica, sempre acreditou não ser suficiente defender incondicionalmente todas as propostas de renda. Chama a atenção para o lugar de onde vêm e aponta para a necessidade de se verificar as reais intenções dessas propostas. Divide as propostas de renda básica em duas grandes correntes: as partidárias da direita e as partidárias da esquerda. A partir de 1997, passa a chamá-las de partidárias da renda insuficiente e partidárias da renda suficiente. O pano de fundo continua sendo o mesmo. Cada uma delas é cheia de conseqüências econômicas e sociais. Como já vimos a corrente da renda suficiente, dentro da qual Gorz se situa, vamos agora deter-nos um pouco na outra corrente.

De modo geral, podemos dizer que as partidárias da renda insuficiente compartilham da idéia de que os pobres são os responsáveis pela sua situação de desempregados, de pobreza, indignidade e exclusão. Acreditam ser o desemprego voluntário. A saída seria liberalizar totalmente o mercado de trabalho a fim de que todas as pessoas em condições possam encontrar o seu emprego, não importando se mal pago ou não e em que condições<sup>359</sup>.

Por não perceberem as transformações estruturais ocorridas no capitalismo, sua política de renda insuficiente estigmatiza os mais pobres da sociedade, na medida em que força os desempregados a aceitarem empregos com salários rebai-

xados e mesmo aqueles que ninguém aceitaria em outra situação. Serve de argumento para “incitar” os desempregados a aceitarem qualquer tipo de trabalho. Ao mesmo tempo, acaba sendo uma espécie de subvenção dada aos empregadores<sup>360</sup>.

Os assistidos pela renda insuficiente, por outro lado, têm o sentimento de que fazem outros trabalharem no seu lugar. O Estado é visto sob a suspeita de estar fomentando o parasitismo e a preguiça, sem contar os controles humilhantes e vexatórios a que os assistidos são submetidos<sup>361</sup>.

Por não reatar a solidariedade entre os incluídos e os excluídos, a renda insuficiente acaba por acelerar a desregulamentação, a precarização e a flexibilização do trabalho<sup>362</sup>. Termina por justificar e sacramentar econômica e socialmente a desigualdade social.

A instauração de uma renda de cidadania incondicional não pretende justificar, manter<sup>363</sup>, ou mesmo, aprofundar a brecha entre os dois grupos. Objetiva, pelo contrário, “reafirmar o pertencimento dos excluídos e dos ‘incluídos’ a um mundo comum”<sup>364</sup>. Ou, como afirma Deaglio, trata-se de retomar a antiga utopia de “fazer com que todos tenham o suficiente para comer’ e sair do problema cotidiano para uma digna perspectiva de vida, num projeto econômica e politicamente sustentável”<sup>365</sup>.

Nas reflexões que realiza em “*L’Immatériel*” sobre as mudanças que o capitalismo opera, Gorz constata que a renda de existência, neste contexto, é vista como “necessária remuneração do tempo fora do trabalho cuja contribuição para a produtividade se torna decisiva”<sup>366</sup>. O capital forçou a situação a tal ponto que hoje a vida toda se torna produtiva como produção de capital fixo humano.

---

358 Cf. *ib.*, p. 149.

359 Cf. LAVILLE, Jean-Louis. In: AZNAR, 1997, p. 79.

360 Cf. GORZ, 1997, p. 135-6. Cf. também \_\_\_\_\_. Direito ao trabalho versus renda mínima. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 52, p. 76-80, dez. 1996.

361 Cf. *id.*, 1988, p. 257.

362 Cf. *id.*, 1997, p. 137.

363 Cf. SUE, 1997, p. 70-3.

364 CAILLÉ, Alain. In: AZNAR, 1997, p. 92.

365 DEAGLIO, Mario. Distribuição da renda. Uma utopia? *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 84, p. 57, maio 2002.

366 GORZ, André. *L’Immatériel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée, 2003c. p. 30.

Esta concepção de renda insuficiente legitima o domínio do capital sobre todas as dimensões e espaços da vida. “Se a renda de existência ‘remunera’ o trabalho invisível, esta remuneração autoriza a *exigir* que o trabalho invisível torne efetivamente o trabalho visível o mais produtivo possível”<sup>367</sup>.

Pelo contrário, para Gorz, a renda de existência deve permitir não uma nova reapropriação por parte do capital, mas sua função consiste antes em

restringir a esfera da criação de valor no sentido econômico, tornando possível a expansão de atividades que não criam nada que se possa comprar, vender, trocar por outra coisa, nada do que tenha um valor (no sentido econômico) - mas somente riquezas não monetárias que têm um valor intrínseco.<sup>368</sup>

O grande desafio que se apresenta à renda de cidadania universal e suficiente na era da economia informal é que ela proporcione o direito de acesso universal e ilimitado ao saber e à cultura e impeça o capital de se apropriar e instrumentalizar tanto um quanto a outra<sup>369</sup>. Na realidade, esse desafio diz respeito à superação do domínio do econômico sobre o social, o político e o cultural. O grande trunfo de uma defesa de uma renda de cidadania repousa sobre um princípio antropológico e não econômico:

As pessoas têm direito ao mínimo vital porque existem e não para existirem. Sua instauração repousa sobre a seguinte idéia: a capacidade produtiva de uma sociedade é o resultado de todo o saber científico e técnico acumulado pelas gerações passadas. Assim, os frutos desse patrimônio devem servir ao conjunto das pessoas, sob a forma de uma renda de base, incondicional.<sup>370</sup>

E isso só é garantido na medida em que se desvincula a renda do trabalho. A justiça comuta-

tiva, própria da sociedade salarial e que fomentava a liberdade individual, deve ceder lugar à justiça distributiva<sup>371</sup>, regida por outros critérios, pois, segundo Leontieff, “quando a criação de riquezas não depende mais do trabalho dos homens, esses morrerão de fome às portas do Paraíso a menos que se responda com uma nova política de renda à nova situação técnica”<sup>372</sup>.

Constatamos que a vida das pessoas é entremeadada com intermitências cada vez mais frequentes e maiores entre emprego e desemprego. A alocação de uma renda suficiente e permanente permitiria às pessoas poderem contar com um ingresso estável, ainda que o emprego não o seja. “A distribuição dos meios de pagamento deverá corresponder ao volume de riquezas socialmente produzidas e não ao volume de trabalho fornecido”<sup>373</sup>.

As reflexões feitas acima nos levam à renda de cidadania como um ingresso pago em moeda pelo Estado a cada membro da sociedade, do nascimento à morte, independente da sua condição social e do fato de estar trabalhando, ter trabalhado ou ainda vir a trabalhar. Não exige, portanto, nenhuma contrapartida. Seu montante é calculado em função dos recursos de cada país<sup>374</sup>. A renda de cidadania aparece, assim, como a condição indispensável para o desenvolvimento da autonomia existencial.

### 3.4 Mudança política e cultural

Evidentemente, com tudo o que vimos até aqui, o que está em jogo não são aspectos meramente pontuais que podem ser desencaixados

---

367 GORZ, loc. cit. O grifo é do autor.

368 *Ib.*, p. 31.

369 GORZ, 2003c, p. 31.

370 RAMONET, Ignacio. A aurora. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 58, p. 03, fev. 2000.

371 Cf. ROBIN, Jacques. In: AZNAR, 1997, p. 74.

372 LEONTIEFF, Wassily. La distribution du travail et du revenu. *Pour la Science*, 61, avril 1982. (apud GORZ, 1997, p. 146-7).

373 GORZ, 1997, p. 147.

374 Cf. PAÑELLA, Daniel Raventós. La renta básica: lo que es y lo que no es. *El País*, Madrid, 12 jun. 2001; BRESSON, Yolanda. Le revenu d'existence. In: AZNAR, 1997, p. 72-3; SUE, 1997, p. 69-70.



e reencaixados sem que afetem o conjunto da sociedade. Somos da tese de que a mudança da sociedade passa pela mudança do lugar que o trabalho ocupa na vida das pessoas e da sociedade. Ambos, trabalho e sociedade, estão interconectados e não há como mudar um (o trabalho) sem que, com isso, acabemos afetando a outra (a sociedade).

Tampouco as transformações que devem ser processadas no âmbito do trabalho são mudanças de cunho técnico. São eminentemente políticas. Uma nova concepção de trabalho e a instauração das propostas anteriormente estudadas requerem vontade política e mudança cultural.

Gorz está convencido de que uma esquerda ousada ou o socialismo do futuro passará pelo reconhecimento da inversão polanyiana, ou seja, pela convicção de que a racionalidade econômica e, dentro dela, a racionalidade financeira, deve novamente ser subordinada a fins e valores sociais<sup>375</sup>. Em nível de mundo, está em crise a política representativa fortemente identificada com os interesses do grande capital. O descrédito da política vem em boa parte da subserviência dos governantes aos interesses do mercado. As políticas neoliberais não resolveram os problemas das desigualdades sociais. O seu fracasso afetou visivelmente os governos coniventes com tais políticas, na medida em que significaram também dar as costas para os anseios das populações. Gorz insiste na participação de toda a sociedade no debate das grandes questões que lhe dizem respeito. Trata-se, no fundo, de retomar formas mais ricas, inovadoras, descentralizadas, participativas do agir político. As soluções po-

dem ser tecnicamente perfeitas, mas, muitas vezes, são politicamente desconectadas e excluídas. Neste contexto, é preciso que todos os segmentos da sociedade sejam chamados para uma real e efetiva participação<sup>376</sup>.

Uma retomada do político deve-se dar em conjunto com o reconhecimento de uma inversão de valores que começa a se mostrar dentro das sociedades. Gorz não se cansa de chamar a atenção para o fato de que a ética do trabalho, o valor-trabalho, está em crise. Já são muito poucos os que “morrem” pelo seu trabalho: “O trabalho, para quase 80% das pessoas interrogadas, não é mais um valor ou uma fonte de valores e de sentido, mas apenas ‘*um meio de ganhar a vida*’, ou seja, ‘uma necessidade subordinada’”<sup>377</sup>.

Precisamos nos render às evidências de que estamos entrando numa nova era em que o valor-trabalho foi deslocado. Já não figura mais, ao menos para a grande maioria, no topo das coisas mais importantes da vida. Suportam o trabalho em vista daquilo que ele pode proporcionar como mais agradável, realizador e cheio de sentido fora dele.

O tripé deverá ser completado com uma “revolução nas prioridades”<sup>378</sup> que determinada sociedade irá adotar. As propostas acima indicadas se justificam nesta perspectiva. Elas querem contribuir para que a sociedade brasileira comece por realizar um amplo e profundo debate em torno de novas prioridades, calcadas não mais sobre a racionalidade econômica, mas sobre valores sociais e para que ela ajude a pensar uma nova sociedade e, dentro dela, uma nova organização social do trabalho.

---

375 Cf. GORZ, 1988, p. 226.

376 Cf. id., 1995, p. 140, col. 1.

377 GORZ, 1995, p. 139, col. 1. Os grifos são do autor.

378 Conceito tomado de BUARQUE, Cristovam. *A revolução nas prioridades*. 2. ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1993. Neste livro, o autor, ao analisar o tipo de modernização seguido pelo Brasil, propõe a urgência de passar da modernidade técnica, marca da modernidade brasileira, à modernidade ética. É certamente a melhor radiografia do fracasso do tipo de desenvolvimento que se pautou rigorosamente por uma racionalidade instrumental.

## Considerações finais

O capitalismo, no final do século passado e início deste, passou por profundas transformações que afetaram profundamente o mundo do trabalho. Seguindo o pensamento de André Gorz, somos levados a situar, principalmente na revolução tecnológica, a razão impulsionadora dessas transformações. A revolução informacional abre uma série de possibilidades para a organização da produção e do trabalho. O capitalismo sabe tirar proveito dessa revolução tecnológica para “emancipar-se” dos constrangimentos tradicionais impostos tanto pelo Estado, como pelo conjunto dos trabalhadores. Essa revolução apresenta duas características principais: ela permite produzir mais, em menos tempo e com menos trabalho; o trabalho, na “economia do conhecimento”, é sobretudo trabalho imaterial.

Instaura-se, assim, a chamada crise da sociedade salarial. A sociedade do trabalho ou a sociedade salarial é aquela em que cada indivíduo é reconhecido como sujeito de direitos, na medida em que, pelo “trabalho”, realiza atividades reconhecidas como úteis pela sociedade e feitas para ela, e que são por ela remuneradas. O salário atesta esse reconhecimento. Falamos de crise, porém, porque as sociedades assim estruturadas já não dão mais conta das necessidades e dos interesses que os indivíduos perseguem dentro dela. O sinal acabou por ser invertido: mais do que inserir, ela acaba por excluir. A sociedade que toma por normal a situação da precariedade, mostra-se cega e impotente em face de tais problemas.

Por outro lado, a economia prioriza, cada vez mais, o conhecimento, o símbolo, a marca e procura apropriar-se deles. Em conseqüência, a propriedade e a produção, fundamentais para o capitalismo tradicional, são rebaixadas na escala de importância. E com elas o trabalho.

Nesse movimento do capital, o trabalho imaterial emerge como categoria importante. Há uma recuperação do conceito de “general intellect”, tomado dos Grundrisse de Marx e que será objeto de estudos e discussões de toda uma linha de pensamento. Esse conceito é importante em Gorz. Por meio dele, o autor segue a reflexão sobre a noção de trabalho em contraposição à noção de emprego. Na medida em que o capitalismo avança mediante o uso sempre mais generalizado das novas tecnologias, o conhecimento torna-se a principal fonte de produção. E aqui se dá um embate: por um lado, o capitalismo faz de tudo para não perder esse novo filão que se abre; mas, por outro, Gorz procura mostrar os limites que o trabalho imaterial impõe ao capitalismo. Partindo dos conceitos de conhecimento e saber, Gorz toma partido pela sua inapropriação por parte do capital. A razão fundamental é a de que o trabalho imaterial, feito de saberes e conhecimentos que pertencem a toda a humanidade – e não somente a uma pessoa em particular nem a uma geração em particular – não pode mais ser medido, calculado, destacado, separado em peças isoladas, segundo um padrão preestabelecido. Foge da tradicional noção de valor e de riqueza.

Com a temática do trabalho imaterial já somos colocados no centro de outra questão: o que é o trabalho? Nosso objetivo principal nestas reflexões consistiu em contribuir para a conceituação das noções de emprego e de trabalho a partir da André Gorz, para quem a crise do trabalho é, na verdade, a crise de um determinado tipo de trabalho, o emprego. Esta forma particular de trabalho, o emprego, é uma “invenção” da sociedade industrial e com ela se identifica. Entende-se por emprego aquela atividade exercida na esfera pública, definida e reconhecida como útil pela sociedade e que, por isso, a remunera. Esse “traba-

lho” deve preencher uma função socialmente identificada e normatizada na produção e na reprodução do todo social. Ele é destacável do seu sujeito, pode ser medido, quantificado, separado. Torna-se um elemento da produção como os demais. Por isso, o emprego é algo que se ‘tem’ ou não se ‘tem’. Os desempregados não o ‘têm’ mais.

Gorz reluta em aceitar essa forma de “trabalho” como “o” trabalho. Para ele, o emprego é a forma histórica que o trabalho assumiu na sociedade capitalista industrial e que tem uma duração muito breve (brevíssima!) considerando-se a história da humanidade. A crítica de fundo é que, política e ideologicamente, pretendemos mostrar que ela sempre existiu e que, portanto, não poderá nunca acabar, ou seja, que ela é constitutiva da humanidade e da organização social. Pretendemos negar sua historicidade.

No pensamento de Gorz, o trabalho-emprego, fruto da racionalidade dominante moderna, é um dos elementos centrais de dominação (das pessoas umas sobre as outras, do gênero humano sobre a natureza) e fator determinante da crise ecológica.

Mas, para Gorz, uma coisa está clara: não falta o que fazer. A crítica radical da racionalidade econômica, que transforma o trabalho em emprego, leva Gorz a dar a este um lugar definido dentro da sociedade, a fim de que uma outra gama de atividades mais ricas e realizadoras de sociedade possam ressurgir. Uma das grandes contribuições de Gorz para o debate sobre a questão do trabalho reside, a nosso ver, na nova concepção de trabalho presente na sua reflexão. A evolução tecnológica abre a possibilidade de fazer recuar no tempo e nas nossas consciências o espaço dado ao trabalho com finalidade econômica e

abrir um vasto campo de possibilidades para aquelas atividades não-mercantis. Somos defensores da idéia de que, dessa maneira, o trabalho é não apenas produção de bens e serviços, mas também de relações sociais. E é disso que a sociedade tem necessidade.

Entendemos ser de grande importância a evolução que Gorz faz em relação ao conceito de trabalho. Ela é uma grande contribuição para se pensar uma nova organização da sociedade e o lugar que nela terá o trabalho.

Gorz não é apenas um crítico da sociedade que aí está. Se o faz, é porque tem em vista uma outra sociedade e uma outra economia que ele começa a vislumbrar por entre os escombros da arruinada sociedade do trabalho. Ele não diz apenas que por aí não é mais possível caminhar, mas ajuda a indicar possíveis saídas para a crise. Centra a sua atenção em propostas amplas e globais. A redução do tempo de trabalho e a defesa de uma renda cidadã universal, incondicional e suficiente, não devem ser tomadas como propostas isoladas, mas antes como um conjunto de políticas interligadas. Elas, junto com uma terceira que desenvolvemos – economia plural – são imprescindíveis para se pensar uma sociedade, evidentemente com mercado, mas não de mercado. E acima de tudo, contribuir para evidenciar que a grande questão não é mais a da produção de riquezas (produzidas com menos trabalhadores), mas a sua distribuição entre todos os participantes da sociedade.

Foi para contribuir com a consciência de que a crise do desemprego não será superada com mais emprego e de que o êxodo da sociedade salarial se dará ousando propostas novas, feitas a partir de um horizonte social e cultural e não primordialmente econômico, que essas reflexões foram realizadas.

## Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Scritta, 1995.
- \_\_\_\_\_. et al. *Vers une économie plurielle: um travail, une activité, un revenu pour tous*. Paris: Syros, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BEAUD, Michel. *Le basculement du monde*. Paris: La Découverte, 1997.
- BECK, Ulrich. *Il lavoro nell'epoca della fine del lavoro*. Tramonto delle sicurezze e nuovo impegno civile. Torino: Einaudi, 2000.
- BECK, Ulrich. *Liberdade ou capitalismo: Ulrich Beck conversa com Johannes Willms*. São Paulo: Unesp, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O que é globalização?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. A sociedade do risco. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 72, p. 66-7, 2001.
- \_\_\_\_\_. Terceira Via de esquerda perdeu força. *Folha de S.Paulo*, 27 out. 2002.
- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRESSON, Yoland. Le revenue d'existence. In: AZNAR, Guy et al. *Vers une économie plurielle: um travail, une activité, un revenu pour tous*. Paris: Syros, 1997. p. 72-3.
- BUARQUE, Cristovam. *A revolução nas prioridades*. 2. ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1993.
- CAILLÉ, Alain. Lula salva a esquerda mundial? *Primeira Leitura*, São Paulo, ano 1, n. 5, p. 52-7, jul 2002.
- CASTEL, Robert. O fim do trabalho, um mito desmobilizador. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 44, p. 21-7, out. 1998a.
- \_\_\_\_\_. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998b.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CATTANI, Antonio David. Desemprego e trabalho precário: bases para a servidão moderna? *Revista de Ciências Humanas*, Curitiba: Ed. UFPR, n. 10, p. 195-209, 2001.
- CHAIM, Célia. Trabalho para todos. *IstoÉ*, São Paulo, 12 dez. 2002.
- CHAUI, Marilena. Introdução. LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 9-56.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
- DANTAS, I., Doméstica é 2ª maior ocupação da mulher. *Folha de S.Paulo*, 25 maio 2003.
- DE MASI, Domenico. *A sociedade pós-industrial*. São Paulo: Ed. SENAC, 1999.
- DEAGLIO, Mario. Distribuição da renda. Uma utopia? *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 84, maio 2002.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FERNANDES, Fátima. Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos. *Folha de S.Paulo*, 18 jan. 2004.
- GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOLLAIN, Françoise. *Une critique du travail: entre écologie et socialismo*. Paris: La Découverte, 2000.
- GORZ, André. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- \_\_\_\_\_. Direito ao trabalho versus renda mínima. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 52, p. 76-80, dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. *Les chemins du Paradis: l'agonie du capital*. Paris: Galilée, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Métamorphoses du travail: quête du sens. Critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Misères du présent. Richesse du possible*. Paris: Galilée, 1997.
- \_\_\_\_\_. Os projetos totalitários do capital. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 76, p. 45-51, set. 2001.
- \_\_\_\_\_. Pourquoi la société salariale a besoin de nouveaux valets. *Le Monde Diplomatique*, Paris, p. 22, jan. 1990.
- \_\_\_\_\_. El futuro del empleo. *Documentación Social*, Madrid, n. 93, p. 73-82, oct.-dic. 1993a.
- \_\_\_\_\_. O declínio da relevância do trabalho e a ascensão de valores pós-econômicos. *O socialismo do futuro*, Salvador, n. 6, p. 25-31, 1993b.
- \_\_\_\_\_. Saindo da sociedade do trabalho assalariado. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 135-144, jul.-set. 1995.

- \_\_\_\_\_. Da aptidão ao tempo livre. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 51, jun. 1999a.
- \_\_\_\_\_. Ofícios del saber y del trabajo. *Clarín*, Buenos Aires, 21 fev. 1999b. Suplemento Cultura y Nación.
- \_\_\_\_\_. Préface. In: SCHEHR, Sébastien. *La vie quotidienne des jeunes chômeurs*. Paris: PUF, 1999c.
- \_\_\_\_\_. Entretien avec André Gorz. In: GOLLAIN, Françoise. *Une critique du travail: entre écologie et socialisme*. Paris: La Découverte, 2000a.
- \_\_\_\_\_. Via para ir além da sociedade salarial. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 59, p. 52-6, mar. 2000b.
- \_\_\_\_\_. “Oser l’exode” de la société du travail. Vers la production de soi, entretien avec André Gorz. *Les périphériques vous parlent* n. 10, 1998. Disponível em: <<http://www.glogenet.org/periph.html>> Acesso em: 10 maio 2003a.
- \_\_\_\_\_. *Cambios sociales en la era posindustrial*. Entrevista concedida a John Keane. Disponível em: <[http://www.iztapalapa.uam.mx/iztapala.www/topodri-lo/23/td23\\_11.html](http://www.iztapalapa.uam.mx/iztapala.www/topodri-lo/23/td23_11.html)> Acesso em: 15 jun. 2003b.
- \_\_\_\_\_. *L’Immatériel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée, 2003c.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003d.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- KREIN, José Dari. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90*. Campinas: UNICAMP, 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) - Programa de Pós-Graduação em Economia Social e do Trabalho, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, jan. 2001.
- LAVILLE, Jean-Louis. Économie et solidarité: esquisse d’une problématique. In: \_\_\_\_\_ (Dir.). *L’Économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000. p. 9-89.
- LIPIETZ, Alain. *La société en sablier: le partage du travail contre la déchirure sociale*. Paris: La Découverte, 1998.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MARÉCHAL, Jean-Paul. Imaginar uma outra sociedade. Por uma economia solidária. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 39, p. 2-6, maio 1999.
- MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões? In: GORZ, André (Org.). *Crítica da divisão do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 37-77.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MÉDA, Dominique. *Le travail: une valeur en voie de disparition*. Paris: Aubier, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Qu’est-ce que la richesse?* Paris: Champs, 1999.
- MOTHÉ, Daniel. *L’utopie du temps libre*. Paris: Esprit, 1997.
- NEUTZLING, Inácio; KREIN, José Dari. A mundialização do capital e o mundo do trabalho (II). *Convergência*, Rio de Janeiro, n. 303, p. 312-25, 1997a.
- \_\_\_\_\_. Organização do trabalho. In: ENDERLE, Georges et al. *Dicionário de Ética Econômica*. São Leopoldo: Unisinos, 1997b. p. 701-8.
- NEUTZLING, Inácio. A revolução silenciosa e a dança das cadeiras das elites brasileiras. *Convergência*, Rio de Janeiro, n. 310, p. 92-106, 1998.
- \_\_\_\_\_. Sem emprego... Por quê? A CF-99 e a grande transformação do mundo do trabalho. *Convergência*, Rio de Janeiro, n. 319, p. 11-24, 1999.
- \_\_\_\_\_. Sociedade do trabalho e sociedade sustentável: algumas aproximações. In: OSOWSKI, Cecília; MÉLO, José Luiz Bica de (org.). *O Ensino Social da Igreja e a globalização*. São Leopoldo: Unisinos, 2002. p. 37-82.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- PAÑELLA, Daniel Raventós. La renta básica: lo que es y lo que no es. *El País*, Madrid, 12 jun. 2001.
- PASTORE, José. Não há milagres. *Folha de S.Paulo*, 23 nov. 2002.
- POCHMANN, Marcio. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001b.
- \_\_\_\_\_. Como se não bastasse. *Revista Educação*, n. 251, mar. 2002. Disponível em: <[http://www.revistaeducacao.com.br/apresenta2.php?pag\\_id=187&edicao=251](http://www.revistaeducacao.com.br/apresenta2.php?pag_id=187&edicao=251)>. Acesso em: 12 abr. 2002a.
- \_\_\_\_\_. *e-trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2002b. p. 72.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RAMONET, Ignacio. A aurora. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 58, p. 2-4, fev. 2000.
- Revue du Mauss*, Paris, n. 21, premier semestre 2003.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- SANSON, César; LANGER, André; CORBELLINI, Dáris. Brasil: pensar o trabalho na perspectiva do bem comum e da solidariedade. In: NEUTZLING, Inácio (Org.). *Bem comum e solidariedade: por uma ética na economia e na política do Brasil*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

- SARAMAGO, José. “Vivimos en una plutocracia, un gobierno de los ricos”. *Página/12*, Buenos Aires, 06 maio 2003.
- SCHAFFROTH, Thomas; TAO, Charling. Entrevista com André Gorz: o fim do trabalho assalariado. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 179-189, maio-dez. 1998.
- SCHNAPPER, Dominique. *Contra o fim do trabalho*. Lisboa: Terramar, 1998.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SILVA, Josué Pereira da. *André Gorz: trabalho e política*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.
- \_\_\_\_\_. A crise da sociedade do trabalho em debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 35, p. 167-81, 1995.
- \_\_\_\_\_. Cidadania e/ou trabalho: o dilema da questão social neste final de século. *Idéias*, Campinas, v. 5, n. 2-v. 6, n. 1, p. 125-44, 1998-1999.
- SILVA, Josué Pereira da. O “Adeus ao proletariado” de Gorz, vinte anos depois. *Lua Nova*, São Paulo, n. 48, p. 161-74, 1999.
- SUE, Roger. *La richesse des hommes: vers l'économie quaternaire*. Paris: Odile Jacob, 1997.
- TENÓRIO, Fernando G. *Flexibilização organizacional: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- TOMÁS, Robert. En la cultura del despilfarro. *Clarín*, Buenos Aires, 26 ago. 2003.
- WAGNER, Eugênia Sales. *Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho*. São Paulo: Ateliê, 2000.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Economía e sociedad*. 12. reimpr. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.